

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 090/2024  
Data: 04/09/2024



### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>5</b>
MINISTROS ESTARÃO EM SANTOS PARA REUNIÃO COM TRABALHADORES E DISCUSSÃO SOBRE LEILÃO DE TERMINAL .....	5
STJ PROÍBE COBRANÇA DE THC2 NOS PORTOS BRASILEIROS.....	6
<b>ME – MOVIMENTO ECONÔMICO</b> .....	<b>8</b>
IGUÁ VENCE LEILÃO DO SANEAMENTO DE SERGIPE COM PROPOSTA DE R\$ 4,5 BI.....	8
KROMA ENERGIA VAI CONSTRUIR UM NOVO PARQUE SOLAR NO INTERIOR DO CEARÁ.....	9
TEMPORADA DE CRUZEIROS: PORTO DE MACEIÓ PUBLICA EDITAL PARA EXPOSITORES .....	10
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>12</b>
ANTAQ ABRE TOMADAS DE SUBSÍDIOS PARA A AGENDA REGULATÓRIAE PARA A AGENDA DE AVALIAÇÃO DE RESULTADO REGULATÓRIO.....	12
ANTAQ E MPOR ASSINAM CONTRATO DE DRAGAGEM DE TRECHO DA HIDROVIA DO RIO AMAZONAS.....	13
ANTAQ REALIZA REUNIÃO PARTICIPATIVA PARA DISCUTIR AGENDA REGULATÓRIA 2025-2028 .....	13
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF</b> .....	<b>14</b>
NAVEGAÇÃO - GOVERNO FEDERAL ASSINA CONTRATAÇÃO DE R\$ 92,8 MILHÕES PARA DRAGAGEM ENTRE MANAUS E ITACOATIARA.....	14
FINANCIAMENTO - PROJETOS DE EMPRESAS COM MAIOR PARTICIPAÇÃO FEMININA TERÃO PRIORIDADE NA OBTENÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE.....	15
INFRAERO PASSA A OPERAR AEROPORTOS DE CANELA E DE TORRES, NO RIO GRANDE DO SUL .....	17
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF</b> .....	<b>17</b>
RODOVIAS - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INVESTE R\$5 1,7 MILHÕES E RECUPERA MAIS UMA ESTRADA NO RIO GRANDE DO SUL.....	18
RENAN FILHO DEBATE GOVERNANÇA DE INFRAESTRUTURA EM EVENTO PROMOVIDO PELO TCU NESTA QUINTA (5).....	18
RENAN FILHO INAUGURA PASSAGEM NA BR-343 PARA DESAFOGAR O TRÂNSITO NO CORAÇÃO DA CAPITAL TERESINA.....	19
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>21</b>
EDITORIAL – A DESCARBONIZAÇÃO COMO PRIORIDADE.....	21
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	21
<i>Marcos Pereira desiste 1</i> .....	21
<i>Marcos Pereira desiste 2</i> .....	22
<i>Marcos Pereira desiste 3</i> .....	22
<i>Prêmio</i> .....	22
<i>Disputa sustentável</i> .....	22
NACIONAL - ANTAQ PRETENDE FINALIZAR 1º PARTE DO INVENTÁRIO DE EMISSÕES ATÉ O FIM DO ANO .....	22
NACIONAL - REUNIÃO PARTICIPATIVA DA ANTAQ DISCUTE AGENDA REGULATÓRIA 2025-2028 .....	23
NACIONAL - ANP PREVÊ INVESTIMENTO DE R\$ 10 BI NA EXPLORAÇÃO DE GÁS E PETRÓLEO.....	24
REGIÃO NORDESTE - GOVERNO ENTREGA NOVA OBRA EM RODOVIA DO PIAUÍ.....	25
PORTO DE SANTOS - TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS APROVAM ACORDO SOBRE FUNDO DE PENSÃO .....	26
NACIONAL - GABRIELA COSTA ASSUME DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS .....	27
REGIÃO NORDESTE - ZPE DO CEARÁ REGISTRA CRESCIMENTO 7,9% DE JANEIRO A JULHO.....	28
REGIÃO SUL - AEROPORTO DE PORTO ALEGRE VOLTA A RECEBER VOOS NACIONAIS EM OUTUBRO .....	29
REGIÃO SUDESTE - AEROPORTO DE VIRACOPOS RECEBE EQUIPAMENTOS PARA 1º JOGO DA NFL NO BRASIL .....	30
NACIONAL - ANAC E ANP FIRMAM ACORDO PARA REGULAMENTAÇÃO DO SAF.....	31
REGIÃO NORTE - MPOR ASSINA CONTRATAÇÃO PARA DRAGAGEM DA HIDROVIA DO RIO AMAZONAS .....	31
AEROPORTOS - GOL RETOMA VOOS DIRETOS ENTRE O RIO DE JANEIRO E MONTEVIDÉU .....	32
REGIÃO SUDESTE - NEVOEIRO ENCOBRE O LITORAL DE SP E FECHA CANAL DO PORTO DE SANTOS .....	33
NACIONAL - REUNIÃO PARTICIPATIVA DA ANTAQ DISCUTE AGENDA REGULATÓRIA 2025-2028 .....	34
<b>BAHIA ECONÔMICA - BA</b> .....	<b>35</b>
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES VAI LANÇAR PROJETO DE PPP FERROVIÁRIA E BAHIA TERÁ UM DOS PRIMEIROS PROJETOS. VEJA DETALHES.....	35
BANCO CENTRAL: PACHECO AGENDA PARA 8 DE OUTUBRO VOTAÇÃO DE GALÍPOLO NO PLENÁRIO .....	35
OBRAS DA BYD ESTARÃO PRONTAS PARA RECEBER LINHA DE PRODUÇÃO EM OUTUBRO. PRÉDIOS RESIDENCIAIS JÁ ESTÃO EM CONSTRUÇÃO. VEJA O ANDAMENTO .....	36



## **O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP..... 37**

CONEXÃO SOPESP – FLÁVIO DA ROCHA COSTA, DIRETOR DE LOGÍSTICA DA ELDORADO BRASIL FALA SOBRE O PRIMEIRO ANO DE OPERAÇÕES DO TERMINAL PORTUÁRIO EBLOG.....	37
GOVERNO DE SP DÁ INÍCIO À OPERAÇÃO DO PRIMEIRO PÓRTICO FREE FLOW DO ESTADO.....	37
IBL E FRENLOGI ACOMPANHAM REUNIÃO DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA DO SENADO QUE APROVOU PL DOS COMBUSTÍVEIS DO FUTURO.....	39
PROJETO DO GOVERNO AUTORIZA CRIAÇÃO DE COMPANHIA DOCAS DE ALAGOAS.....	40
LICENCIAMENTO 2024 CHEGA ÀS PLACAS 5 E 6 EM SETEMBRO NO ESTADO DE SP.....	41

## **JORNAL O GLOBO – RJ..... 42**

IGUÁ VENCE LEILÃO DE SANEAMENTO DE SERGIPE COM OFERTA DE R\$ 4,5 BILHÕES.....	42
ANEEL MUDA BANDEIRA TARIIFÁRIA PARA VERMELHA NÍVEL 1 APÓS CORREÇÃO DE DADOS DO ONS; AUMENTO NA CONTA DE LUZ SERÁ MENOR.....	44
GM INVESTE R\$ 5,5 BI EM SÃO PAULO, VAI TRAZER MODELO INÉDITO CHEVROLET E DESENVOLVER HÍBRIDOS FLEX.....	44
JUSTIÇA DETERMINA SUSPENSÃO DE CONTAS DA HURB NAS REDES SOCIAIS E DE BUSCAS NO GOOGLE.....	47
STF TEM MAIORIA A FAVOR DE LEI QUE OBRIGOU DEVOLUÇÃO DE TRIBUTOS RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE A CONSUMIDORES DE ENERGIA.....	47
SENADO APROVA ‘COMBUSTÍVEL DO FUTURO’, QUE MUDA MISTURA DO ETANOL NA GASOLINA E ESTABELECE METAS PARA AVIAÇÃO.....	48
SENADO APROVA INCENTIVO DE R\$ 18,3 BI ATÉ 2032 PARA HIDROGÊNIO VERDE.....	49
PETROBRAS ESTÁ ‘CONFORTÁVEL’ COM PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS, DIZ PRESIDENTE DA ESTATAL.....	50

## **O ESTADO DE SÃO PAULO - SP..... 51**

DEGRADAÇÃO INSTITUCIONAL É NEGATIVA PARA O CLIMA DE NEGÓCIOS, DIZ SCHWARTSMAN SOBRE A SUSPENSÃO DO X.....	51
TEMAS SOCIOAMBIENTAIS AVANÇAM COMO FATORES DE RISCO PARA EMPRESAS.....	52
AGRO PEDE EM CARTA A MINISTÉRIO MAIOR PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO CLIMA.....	53
ANÁLISE - GALÍPOLO TEM CONVERSAS ‘CORDIAIS’ COM A OPOSIÇÃO NO SENADO E ADIAMENTO DA SABATINA NÃO PREOCUPA.....	56
PROJETO DO ‘COMBUSTÍVEL DO FUTURO’ É DERROTA PARA A PETROBRAS EM SEUS PRINCIPAIS MERCADOS; ENTENDA.....	57

## **VALOR ECONÔMICO (SP)..... 58**

VALE TENTA NO STJ DERRUBAR EXECUÇÃO MILIONÁRIA DE ISS.....	58
MARCOS PEREIRA ABRE MÃO DE DISPUTA PELO COMANDO DA CÂMARA.....	60
CHINA DEVE ANUNCIAR INVESTIGAÇÕES SOBRE PRODUTOS AGRICULTURA E QUÍMICOS DO CANADÁ.....	61
APÓS SERGIPE, PRÓXIMOS LEILÕES DE SANEAMENTO DEVEM SER DE PIAUÍ, PARÁ, PERNAMBUCO E RONDÔNIA.....	62
IGUÁ FINANCIARÁ CONCESSÃO EM SERGIPE COM AUMENTO DE CAPITAL DOS ACIONISTAS E FINANCIAMENTO.....	63

## **AGÊNCIA BRASIL - DF..... 64**

ECONOMIA - SILVEIRA PEDE PLANO DE CONTINGÊNCIA AO OPERADOR DO SISTEMA ELÉTRICO.....	64
DINO PRORROGA PRAZO PARA CGU APRESENTAR RELATÓRIO SOBRE EMENDAS.....	65

## **PORTAL PORTOS E NAVIOS..... 66**

CAMORIM LANÇA PRIMEIRO DA SÉRIE DE 5 REBOCADORES AZIMUTAIS.....	66
DTA ENGENHARIA ASSUMIRÁ DRAGAGEM NO RIO AMAZONAS.....	67
FINANCIAMENTO DO FMM SEGUIRÁ 5 ORDENS DE PRIORIDADE.....	67
DRAGAGEM E INFRAESTRUTURA SÃO APONTADAS COMO ESSENCIAIS PARA PREPARAÇÃO DA COP30.....	69
SUBSEA7 ABRE 56 VAGAS DE EMPREGO NO RIO DE JANEIRO.....	70
GUSTAVO SANTI ASSUME A VICE-PRESIDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS DA CEVA LOGISTICS NA AMÉRICA LATINA.....	70
NOVO PORTÊINER AUMENTA PRODUTIVIDADE EM 15% NO PORTO ITAPOÁ.....	71
GABRIELA COSTA ASSUME DIRETORIA DA ATP.....	71
FPSO ANITA GARIBALDI COMPLETA UM ANO DE PRODUÇÃO.....	71
ACIDENTE EM DATACENTER DEIXA PORTOS E NAVIOS OFFLINE.....	72
GOVERNO FEDERAL DESTINA R\$ 400 MILHÕES PARA REVITALIZAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO.....	72
TCP TORNA-SE O PRIMEIRO TERMINAL PORTUÁRIO DO BRASIL AUTORIZADO A REALIZAR AMOSTRAGEM DE AMENDOIM PARA A EUROPA.....	73
APROVADO ACORDO QUE PAGARÁ R\$ 1,15 BILHÃO A MAIS DE 8 MIL PARTICIPANTES DO PORTUS.....	74
SUAPE ESPERA HOMOLOGAÇÃO DE CANAL DE ACESSO ATÉ FINAL DE OUTUBRO.....	75
IMO CONVOCA INDÚSTRIA MARÍTIMA A PARTICIPAR DE ESTUDO PARA PROMOVER A DIVERSIDADE DE GÊNERO.....	76
INVESTIMENTOS EM EXPLORAÇÃO DE E&P PARA 2024 SÃO ESTIMADOS EM R\$ 10 BILHÕES.....	76
CORIO GENERATION MIRA 5 PROJETOS EÓLICOS OFFSHORE.....	77
LUCROS COM PORTA-CONTÊINERES DISPARAM NO SEGUNDO TRIMESTRE.....	78
ECONOMIZAR ENERGIA E DESENVOLVER TECNOLOGIA SÃO O CAMINHO IMEDIATO PARA REDUZIR AS EMISSÕES, REVELA NOVO RELATÓRIO DA DNV.....	79



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 090/2024  
Página 4 de 84  
Data: 04/09/2024  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

'MSC MARIE' ESTABELECE NOVO RECORDE DE CAPACIDADE DE CARGA NO CANAL DO PANAMÁ.....	80
COSCO ENCOMENDA 12 PORTA-CONTÊINERES MOVIDOS A METANOL.....	80
TRANSPETRO: O TP 25 É BOM PARA O BRASIL!.....	81
CBO CONTRATA ENEL PARA AQUISIÇÃO DE CRÉDITO DE CARBONO.....	81
FROTA OFFSHORE TEM MAIS DE 15% DAS EMBARCAÇÕES COM BANDEIRA ESTRANGEIRA.....	83
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....</b>	<b>84</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="http://LINKEDIN.COM">LINKEDIN.COM</a> .....	84



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### MINISTROS ESTARÃO EM SANTOS PARA REUNIÃO COM TRABALHADORES E DISCUSSÃO SOBRE LEILÃO DE TERMINAL

Rui Costa, da Casa Civil, e Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, têm encontro com portuários  
Por Bárbara Farias



*O arrendamento do Ecoporto venceu em 2023 e foi prorrogado por três vezes, com último prazo até dezembro deste ano; há divergências sobre a renovação do contrato (Divulgação/ Porto de Santos)*

Os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, devem cumprir agenda no Porto de Santos nesta quinta-feira (5), segundo fontes ouvidas por A Tribuna. A Reportagem apurou que o objetivo é que Rui Costa, principal ministro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), conheça de perto a atual realidade do cais santista, especialmente da área do terminal STS10, no cais do Saboó. O Governo Federal vem sofrendo pressões de grandes empresas para o leilão do espaço.

Ainda não há agenda oficial confirmada pelos ministérios ou pela Autoridade Portuária de Santos (APS). Porém, a expectativa é de que os ministros façam reunião com trabalhadores portuários. O Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva) é contra o leilão do STS10, a ser destinado para contêineres, reivindica a manutenção do cais público e a garantia de emprego no Porto de Santos. Além disso, os trabalhadores querem a manutenção do Ecoporto no local, para evitar perda de postos de trabalho.

Para A Tribuna, o presidente do Sindestiva, Bruno José dos Santos, afirmou que a expectativa é “sensibilizar” o ministro Rui Costa. “Queremos garantia de empregos para os trabalhadores portuários avulsos. Essa é uma reivindicação de todos os sindicatos que representam oito categorias de trabalhadores avulsos. Há três berços públicos ao lado da Ecoporto e os avulsos só têm garantia de emprego em cais público.

#### Menos trabalho

O sindicalista explicou que a ideia é instalar no local um terminal ultramoderno e automatizado. “Um ‘terminal fantasma’, que elimina postos de trabalho. Hoje, em terminais muito avançados, cerca de 30 trabalhadores fazem o trabalho de mais de 2 mil homens”.

Segundo Bruno Santos, a permanência do terminal Ecoporto Santos é importante porque, “além de ter 500 trabalhadores avulsos como vinculados, a Ecoporto faz mais de 2 mil requisições para todas as categorias de avulsos do Porto, pois trabalha com muita carga geral, embarque de veículos e cargas de projeto”.

Os avulsos são requisitados via Órgão de Gestão de Mão de Obra (Ogmo Santos) conforme estabelece a Lei 12.815/2013, a chamada Lei dos Portos.

#### Greve não está descartada

“Nós esperamos que o ministro Rui Costa se sensibilize e apresente alguma solução, mas se não houver acordo, nós vamos intensificar as mobilizações, podendo até deflagrar uma greve em defesa do mercado de trabalho”, ressaltou Bruno Santos.

### Reunião acertada

Dirigentes sindicais realizaram uma manifestação em frente à sede da Autoridade Portuária de Santos (APS), na Avenida Rodrigues Alves, no Macuco, na última sexta-feira. O objetivo do ato foi pressionar o Governo Federal a não realizar o leilão do STS10, pois, para a categoria, a instalação de um grande terminal de contêineres representará a perda de cais público e, conseqüentemente, de postos de trabalho aos portuários avulsos.

Naquela ocasião, os sindicalistas foram recebidos pelo presidente da APS, Anderson Pomini, e ficou acertada uma reunião com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, para quarta ou quinta-feira desta semana. Porém, o encontro inicialmente seria em Brasília.

O protesto foi organizado pelo Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva) e contou com a participação de várias outras entidades. Mais de 200 trabalhadores participaram do ato.

“O ministro (Silvio Costa Filho) pediu para estudarmos um formato que prestigie a manutenção dos trabalhadores. O ministro está absolutamente sensível à manutenção da única empresa que presta esse serviço de movimentação de cargas gerais, mas ao mesmo tempo há necessidade de expandirmos o Porto de Santos com a realização do leilão do STS10”, disse Pomini.

### STS10 e discursos

Na véspera da manifestação, o presidente da APS informou em nota para A Tribuna que estudava a implementação de um terminal STS10 em formato menor para contêineres. Assim poderia permanecer com o Ecoporto e receber ainda o terminal de cruzeiros do Concais (cuja transferência de Outeirinhos é dada como certa). A ideia também foi transmitida para os sindicalistas.

“Faremos uma consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de renovarmos com o Ecoporto, com uma cláusula de permuta de área”, disse Pomini. “Após o leilão do STS10, o Ecoporto teria um prazo de dois ou três anos, que é o tempo para implementação desse terminal, para que fizesse a transferência da sua área dentro da própria região do Porto”, continua.

O presidente da APS afirma que a expansão do Porto será feita com responsabilidade. “Faremos essa reunião com o ministro para projetarmos o bom debate. Levaremos os representantes dos sindicatos para dialogarmos em conjunto sobre todos esses projetos, não só da região do Sabóó, mas da expansão do Porto”, comentou Pomini.

No último dia 21, o ministro Silvio Costa Filho disse, durante leilão de terminais, em São Paulo, que pretendia fazer o leilão do STS10 em 2025. No dia seguinte, em Santos, ele desconversou sobre o prazo. Antes, em 1º de agosto, o presidente da APS havia dito que o STS10 não seria viabilizado antes de quatro anos, o que mostra descompasso nos discursos.

Já sobre o Ecoporto, segundo o Valor Econômico, o ministro havia dito que não faria a renovação do contrato. Mas não confirmou para A Tribuna. O arrendamento do Ecoporto venceu em 2023 e foi prorrogado por três vezes, com último prazo até dezembro deste ano.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

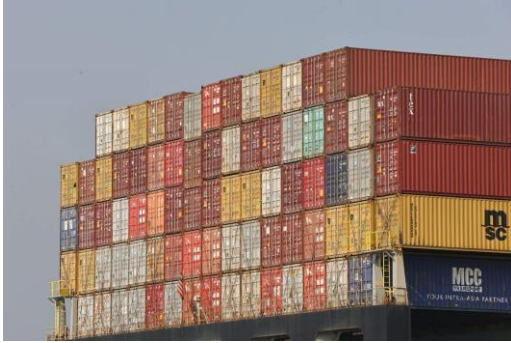
*Data: 04/09/2024*

### STJ PROÍBE COBRANÇA DE THC2 NOS PORTOS BRASILEIROS

Decisão do Superior Tribunal de Justiça contra a taxa cobrada dos recintos alfandegados ocorreu em processo movido pela Marimex

*Por Ted Sartori*

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) proibiu a cobrança, nos portos, da Terminal Handling Charge 2 (THC2, a Taxa de Manuseio de Terminal), também conhecida como Serviço de Segregação e Entrega (SSE). Trata-se de um valor cobrado pelos terminais portuários que realizam operações de cais (portos molhados) para movimentar e entregar contêineres aos recintos alfandegados (terminais retroportuários e portos secos).



*Valor era cobrado pelos terminais portuários para entregar contêineres às empresas retroportuárias (Vanessa Rodrigues/AT)*

O julgamento foi de duas ações movidas pela empresa Marimex contra a Embraport, atual DP World Brasil. A cobrança já estava proibida há mais de dois anos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em território nacional. “Foram 24 anos de disputas administrativas e judiciais até que o STJ finalmente se posicionasse a respeito. O STJ funciona como última instância sobre o assunto”, explica o advogado Bruno Burini, que representou a Marimex no

caso.

Burini acredita que, diante da extensa e profunda fundamentação no STJ e das características do caso, é improvável que os recursos cabíveis tenham sucesso. “Agora, todos os processos em que se debate a ilegalidade da THC2 receberão o teor da decisão do STJ e a tendência é que sigam a orientação”, explica o advogado da Marimex.

Ele acha improvável a questão ser levada ao Supremo Tribunal Federal (STF), pois já existem precedentes sobre a impossibilidade de discussão do tema por lá. “O mercado estava muito atento a esse julgamento pela ciência de que o primeiro precedente do STJ, por se tratar de potencial última instância sobre o assunto, orientará todos os julgamentos a respeito do tema. Afinal, a missão do STJ é a uniformização da interpretação das leis, ressalta Burini.

O advogado acrescenta ainda que, embora o caso envolva duas empresas privadas, o julgamento contou com a participação efetiva de órgãos relevantes, como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

“Ambos foram convidados a apresentar manifestação sobre o tema. Portanto, tratou-se de decisão informada. Ela analisa a ilegalidade da THC2 em todas as suas vertentes, por intenção clara de pacificação do assunto pelo STJ. Os votos examinam a ilegalidade pelas perspectivas civil, regulatória e concorrencial”, completa.

### **Outro lado**

Procurada, a DP World informou, em nota, que a decisão “abordou de forma equivocada o aspecto concorrencial do serviço, deixando de apreciar questões relevantes da relação comercial entre as duas empresas privadas envolvidas na ação. Além disso, não se trata da decisão final, cabendo ainda recurso ao próprio STJ e ao STF”.

A decisão, segundo a DP World, “se baseou em posição do Cade já superada pelo Memorando de Entendimento firmado pelo próprio órgão mais recentemente, e não considerou a auditoria operacional em curso no TCU que reconhece a legalidade do serviço”.

A DP World lembra, ainda, “que existem duas outras decisões com trânsito em julgado no STJ, e uma no STF, todas pelo direito à cobrança, e que, em sessão do STJ em 20 de agosto último, foi proferida decisão final em Ação Civil Pública de repercussão geral, reconhecendo a legalidade do SSE”.

## ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

### IGUÁ VENCE LEILÃO DO SANEAMENTO DE SERGIPE COM PROPOSTA DE R\$ 4,5 BI

Iguá ofereceu proposta de mais de R\$ 4,5 bilhões, a maior entre quatro concorrentes

Por Vanessa Siqueira - [vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br](mailto:vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br)



Vencedora do leilão, Iguá será responsável pelo abastecimento de água e esgoto de Sergipe por 35 anos. Foto: Arthur Soares

A Iguá Saneamento foi a vencedora do leilão para concessão da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Microrregião de Água e Esgoto de Sergipe (Maes), realizado na tarde desta quarta-feira (04) da sede da B3, em São Paulo. A companhia ofereceu proposta de mais de R\$ 4,5 bilhões e foi a vencedora entre os quatro concorrentes.

A concessão do saneamento de Sergipe recebeu quatro propostas, enviadas pelo Consórcio Xingó, formado pelas empresas SF830 Participações Societárias e BRK Ambiental, Consórcio AEGEA, Iguá Saneamento e Infraestrutura BR5 Saneamento Holding.

A Iguá ofereceu a maior proposta entre as participantes, com valor de outorga R\$ 4.536.936.990,00 bilhões e será responsável pelo abastecimento de 74 municípios de Sergipe pelos próximos 35 anos.

O projeto de Sergipe foi estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES). O município de Capela, que não será atendido pela nova concessionária, terá o atendimento de água e esgoto feito pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do estado.

A Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) é atualmente responsável pelos serviços de abastecimentos de água e esgoto em 71 dos 75 municípios de Sergipe e agora seguirá como responsável pela produção de água, que será vendida à Iguá, e pelo fornecimento de água bruta aos clientes e industriais e comerciais.



CONCESSÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO - MAES				
		CORTE PARA CLASSIFICAÇÃO	VALOR DE REFERÊNCIA	
		R\$ 3.629.549.592,00	R\$ 2.037.844.899,00	
RANKING	PROPONENTE	PARTICIPANTE	VALOR	ÁGIO
1º	IGUÁ SANEAMENTO	TERRA INVESTIMENTOS	R\$ 4.536.936.990,00	122,63%
2º	CONSÓRCIO AEGEA	NECTON INVESTIMENTOS	R\$ 3.627.363.920,22	78,00%
3º	CONSÓRCIO XINGÓ	ITAÚ	R\$ 3.250.000.000,00	59,48%
4º	INFRAESTRUTURA BR V SANEAMENTO HOLDING II	GUIDE INVESTIMENTOS	R\$ 2.700.100.021,00	32,50%

Quatro propostas concorreram ao leilão da concessão do saneamento de 74 municípios de Sergipe. Foto: Reprodução



O presidente da Desenvolve Sergipe, Milton Andrade, destacou que a concessão do saneamento de Sergipe foi o mais concorrido do país, demonstrando a competitividade e seriedade do governo.

“Daremos fim a uma época de século 19 no quesito de saneamento e daremos as boas-vindas ao século 21, acabando com o fim de água, com a intermitência de quase 1 milhão de sergipanos que moram nas mais longínquas cidades. Também teremos outros benefícios, com a geração de 7 mil empregos diretos, 13 mil indiretos, além de uma economia na saúde até 2033 de R\$ 270 milhões e um incremento em nosso PIB de R\$16 milhões de reais até o ano de 2040. O que significa dizer que a partir de agora Sergipe se abre para um novo ciclo econômico de um crescimento de 1.6% ao PIB todos os anos, somente com o que aconteceu agora a pouco no dia de hoje”, afirmou.

Presente ao leilão, o governador de Sergipe, Fábio Mitidieri, destacou que a concessão do saneamento marca um novo ciclo na política de desenvolvimento, universalizando serviços de água e esgoto para a população.

“A Iguá se torna mais um parceiro pelos próximos 35 anos e vamos encerrar aquela página triste que nós tínhamos de ter caixa d’água na porta de casas no interior do estado, onde você tem todo dia a população clamando por ter água. Essa etapa vai ficar no passado”, disse.

A assinatura do contrato com a Iguá deve ocorrer em um prazo de 30 dias e os primeiros seis meses de atuação serão de forma assistida pela Deso. Após esses prazos, todo o trabalho e responsabilidade ficará a cargo da nova companhia.



**Iguá Saneamento já está presente em outros seis estados; Sergipe será segunda maior concessão. Foto: Arthur Soares**

### **Iguá chega ao 7º estado do país**

Fundada em 2017, a companhia já está presente em 27 municípios nos estados de Alagoas, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, atendendo mais de 3 milhões de pessoas.

O representante da companhia no leilão, Roberto Barbuti, parabenizou o processo para concessão dos serviços, o que deu segurança para a companhia realizar a oferta que acabou ganhando o leilão.

“Temos a convicção que iremos ajudar a transformar a realidade do estado nesse aspecto do saneamento, além dos investimentos, a saúde, a questão toda ligada a qualidade de vida e à cidadania de forma geral. Será uma população atendida pela Iguá com muito carinho, com muito profissionalismo. Para nós representa um passo muito importante, pois será a nossa concessão com o maior número de pessoas atendidas e a segunda maior concessão da Iguá. Então para nós é um passo extremamente significativo”, afirmou.

**Fonte: ME – Movimento Econômico**

**Data: 04/09/2024**

## **KROMA ENERGIA VAI CONSTRUIR UM NOVO PARQUE SOLAR NO INTERIOR DO CEARÁ**

A previsão é de que o novo parque de geração solar da Kroma entre em operação em janeiro de 2026

Por **Ângela Fernanda Belfort** - [angela.belfort@movimentoeconomico.com.br](mailto:angela.belfort@movimentoeconomico.com.br)

A empresa pernambucana Kroma Energia assinou um contrato na ordem de R\$ 630 milhões com a companhia WEG para a construção do Complexo Arapuá, que vai produzir energia solar fotovoltaica no município de Jaguaruana, na região do Vale do Jaguaribe, no interior do Ceará. A construção do empreendimento deve gerar 1700 empregos. O parque terá a capacidade instalada para gerar 250 megawatt-pico (MWp).



***O complexo de geração solar Arapuá será o terceiro construído pela Kroma. Foto: Divulgação***

“Esta energia é suficiente para abastecer cerca de 210 mil residências que apresentem, cada uma, um consumo médio de 200 quilowatt-hora por mês”, diz o gerente de Desenvolvimento de Projetos da Kroma Energia, Felipe Souza.

“A assinatura do contrato com a WEG representa um marco crucial para a construção do Complexo Arapuá, reforçando o nosso compromisso, na Kroma Energia, com a transição energética e a sustentabilidade. Este empreendimento não apenas contribui significativamente para a ampliação da matriz energética limpa do país, mas também impulsiona o desenvolvimento econômico e a geração de empregos na região”, afirma o CEO da Kroma Energia, Rodrigo Mello.



***O Complexo Fotovoltaico São Pedro e Paulo, da foto, foi o segundo empreendimento de geração solar construído pela Kroma Energia. Foto: Kroma/Divulgação***

O contrato assinado com a WEG prevê o fornecimento completo dos equipamentos que serão usados no parque solar, como os módulos fotovoltaicos, inversores, subestação de energia, entre outros. A WEG também ficará responsável pela engenharia e montagem eletroeletrônica do empreendimento. “Este contrato, simboliza a relevância e a escala deste projeto, além de reforçar nosso compromisso com a transição energética e o desenvolvimento sustentável do país”, argumenta o diretor superintendente de Automação da WEG, Manfred Peter Johann.

**É o terceiro parque solar construído pela Kroma**

A Kroma começou a sua atuação no mercado como comercializadora de energia. O atual empreendimento vai ser o terceiro parque de geração solar construído pela empresa. O primeiro foi um parque em Quixeré, em parceria com uma empresa norueguesa, que hoje é dona de 100% do empreendimento.

O segundo parque da empresa foi implantado em Flores, a 387 km do Recife. Trata-se do Complexo São Pedro e Paulo que está em operação desde março último, sendo fruto de uma parceria com a Eletro Energy.

A mobilização para dar início as obras do empreendimento cearense vão começar este mês. A previsão é de que o empreendimento entre em operação em janeiro de 2026. “O local tem um ótimo potencial solarimétrico e também está a dois quilômetros de uma subestação de energia”, afirma Felipe Souza, se referindo aos requisitos que levaram a empresa a escolher uma cidade no interior do Ceará para receber o empreendimento.

**\*Com informações da Kroma e da WEG**

*Fonte: ME – Movimento Econômico*

*Data: 04/09/2024*

## **TEMPORADA DE CRUZEIROS: PORTO DE MACEIÓ PUBLICA EDITAL PARA EXPOSITORES**

Credenciados ficarão dispostos em 14 estandes para expor produtos como vestuário, artesanato, alimentos e bebidas em cada parada dos navios no Porto de Maceió

Por Vanessa Siqueira - [vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br](mailto:vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br)



**Temporada 2024/25 terá 33 paradas de cruzeiros no Porto de Maceió. Foto: Ascom Porto de Maceió**

A Administração do Porto de Maceió publicou um edital para o credenciamento de expositores no Terminal dos Passageiros durante a temporada de cruzeiros 2024/2025. O chamamento público pretende credenciar pessoas físicas ou jurídicas com interesse em expor peças de artesanato, artes plásticas e do ramo alimentício. As inscrições acontecem de

2 a 27 de setembro, no site do Porto de Maceió, e a divulgação da pré-seleção está prevista para o dia 8 de outubro.

Conforme o edital, a exposição acontecerá durante a temporada de cruzeiros, de acordo com a escala das embarcações, podendo haver alterações. No Terminal de Passageiros, serão disponibilizados 14 estandes para exposição em cada parada dos navios, sendo estes espaços divididos por categorias: vestuário; cama, mesa e banho; produtos em cerâmica, artesanato de palha, madeira e vestuário promocional do destino Alagoas e alimentos e bebidas.

Após o grande sucesso da temporada de cruzeiros 2023/2024, que foi encerrada no final de abril, a expectativa é que a próxima seja ainda maior. Segundo dados do Porto de Maceió, a temporada 2023/2024 foi a maior da história, com fluxo intenso de navios em cinco meses de operação. Ao todo, foram 10 navios, que realizaram 28 paradas, movimentando mais de 100 mil passageiros no Terminal de Passageiros do Porto de Maceió.

A temporada 2024/25 terá um aumento de quatro navios que passarão pelo Porto de Maceió. A expectativa é que haja um impacto econômico que ultrapasse os R\$ 80 milhões durante o período na cidade.

A capital alagoana vem se consolidando como destino turístico e parada obrigatória dos navios de cruzeiro que percorrem a costa brasileira. Na temporada 2022/2023, Maceió recebeu uma média de 75 mil turistas que desembarcaram na cidade durante as paradas das embarcações.

Naquela temporada, oito navios fizeram 21 paradas, movimentando cerca de R\$ 45,4 milhões na economia. Se compararmos com a previsão para a temporada 24/25, os valores que movimentarão a economia da cidade serão mais que o dobro.

Segundo estudo feito pela Associação Internacional de Linhas de Cruzeiros (Clia), é estimado que cada turista a bordo gere um impacto financeiro de R\$ 606 no local de parada.



**Considerado um dos principais setores econômicos de Alagoas, o turismo tende a se manter em crescimento. Foto: Secom Maceió**

### **Turismo de bilhões em Alagoas**

A próxima temporada turística do estado deve injetar mais de R\$ 2 bilhões na economia alagoana, com a temporada de cruzeiros, voos internacionais e o fluxo de turistas no verão.

A rede hoteleira vem se expandindo e vai ofertar sete mil leitos a mais do que na temporada anterior, saindo de 141 mil para 148 mil leitos disponíveis.

As principais companhias aéreas do país também anunciaram incrementos de voos domésticos e internacionais para Alagoas no período.

São esperados voos extras semanais da Argentina, voos de Lisboa para o réveillon, além de outros 46 voos semanais vindos de diversos estados brasileiros.

“O turismo é um setor transversal, que impacta cerca de 100 atividades econômicas distintas e que, por consequência, também traz grandes impactos para a geração de emprego e renda. Prova disso é que fomos o estado que mais cresceu no PIB em 2023, chegando a 6,5%, mais que o dobro da média nacional. O nosso trabalho também contribuiu para que Alagoas, no ano passado, se tornasse o estado nordestino que mais gerou empregos, ficando entre os cinco primeiros entre todos os estados da federação”, disse a secretária de Turismo de Alagoas, Bárbara Braga, em recente entrevista ao Movimento Econômico.

\*Com informações Porto de Maceió

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 04/09/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### ANTAQ ABRE TOMADAS DE SUBSÍDIOS PARA A AGENDA REGULATÓRIA E PARA A AGENDA DE AVALIAÇÃO DE RESULTADO REGULATÓRIO

O período de envio de contribuições inicia hoje (04/09) e serão finalizadas no dia 04 de outubro de 2024

Brasília, 04/09/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) inicia, nesta quarta-feira (04), período de contribuições de duas tomadas de subsídios. Sugestões podem ser enviadas até o dia 4 de outubro de 2024.



A Tomada de Subsídios nº 01/2024-ANTAQ, de iniciativa da Diretoria Colegiada, tem como objetivo colher contribuições, subsídios e sugestões para a elaboração da Agenda Regulatória para o quadriênio 2025-2028.

A Agenda Regulatória é uma ferramenta de priorização e planejamento dos temas regulatórios da Agência que permite o aprimoramento dos processos, aumenta a transparência e confere previsibilidade às ações da ANTAQ.

Ao longo do período de tomada de subsídio serão feitas três reuniões participativas presenciais abrangendo os três grandes temas da Agenda Regulatória 2025-2028: Navegação interior, navegação marítima e instalações portuárias.

A que trata de navegação marítima aconteceu na última terça-feira (03), na sede da FGV no Rio de Janeiro (RJ). As próximas reuniões serão em São Paulo (SP) no dia 17 de setembro (tema: instalações portuárias) e em Manaus (AM) no dia 3 de outubro (tema: navegação interior).

#### Agenda de ARR

Por sua vez, a Tomada de Subsídios nº 01/2024-SRG, de iniciativa da Superintendência de Regulação, busca obter contribuições, subsídios e sugestões acerca da Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) 2023-2026.

A Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) é uma importante ferramenta da Agência que integra o monitoramento e a avaliação quanto aos resultados alcançados com a regulação implementada no processo regulatório.

Para mais informações e envio das contribuições acesse o link. As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 04 de outubro de 2024, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ.

**Fonte:** ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários  
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

**Fone:** (61) 2029-6520

**FAX:** (61) 2029-6517

**E-mail:** asc@antaq.gov.br

**Data:** 04/09/2024

## ANTAQ E MPOR ASSINAM CONTRATO DE DRAGAGEM DE TRECHO DA HIDROVIA DO RIO AMAZONAS

Ato aconteceu nesta quarta-feira (04), no Ministério de Portos e Aeroportos



Brasília, 04/09/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) assinou, em conjunto com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) contrato de dragagem de trecho da hidrovia do Rio Amazonas.

O contrato abrange, além de dragagem de manutenção, a sinalização náutica do trecho entre Manaus (AM) e Itacoatiara (AM) da hidrovia.

Estavam presentes no ato, o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery; o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio

Costa Filho; a secretária-executiva da pasta, Mariana Pescatori; e o secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes.

**Fonte:** ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários  
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

**Fone:** (61) 2029-6520

**FAX:** (61) 2029-6517

**E-mail:** asc@antaq.gov.br

**Data:** 04/09/2024

## ANTAQ REALIZA REUNIÃO PARTICIPATIVA PARA DISCUTIR AGENDA REGULATÓRIA 2025-2028



O encontro presencial discutiu o tema Navegação Marítima. Ainda serão realizadas mais duas reuniões participativas sobre a Agenda Regulatória

Brasília, 03/09/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta terça-feira (03), reunião participativa voltada a discutir o tema Navegação Marítima, no âmbito da Proposta de Agenda Regulatória 2025-2028.

A agenda regulatória é uma ferramenta de priorização e planejamento dos temas regulatórios da Agência que permite o aprimoramento dos processos, aumenta a transparência e confere previsibilidade às ações da ANTAQ.

O diretor-geral da Agência, Eduardo Nery, que relatou o processo que aprovou a realização da reunião participativa, destacou que “a Agenda Regulatória é um instrumento de planejamento para a

Agência e permite que o regulado se programe para contribuir para as regulações que serão elaboradas ao longo dos anos”

Ele completou afirmando que a agenda é “uma forma de garantir previsibilidade, estabilidade regulatória e segurança jurídica”. Os diretores Flávia Takafashi e Wilson Lima Filho também pontuaram a importância da Agenda Regulatória.

O encontro aconteceu na sede da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro (RJ). No total foram feitas quatro contribuições presenciais. Esta é a primeira de três reuniões. As próximas reuniões vão tratar dos outros dois grandes temas da Agenda Regulatória 2025-2028: instalações portuárias, que vai ser realizado em São Paulo (SP) no dia 17 de setembro; e navegação interior, que vai ocorrer em Manaus (AM) no dia 3 de outubro.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**  
**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone: (61) 2029-6520**

**FAX: (61) 2029-6517**

**E-mail: asc@antag.gov.br**

**Data: 04/09/2024**

## GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

### NAVEGAÇÃO - GOVERNO FEDERAL ASSINA CONTRATAÇÃO DE R\$ 92,8 MILHÕES PARA DRAGAGEM ENTRE MANAUS E ITACOATIARA

Pela primeira vez, medida garante a navegabilidade para transporte de passageiros e insumos pelos próximos cinco anos



**Dragagem vai permitir a navegabilidade segura durante todo o ano, desde a fronteira com Peru e Colômbia até Itacoatiara - Foto: Eduardo Oliveira/MPor**

O Governo Federal anunciou, nesta quarta-feira (4), a empresa vencedora da licitação para iniciar a dragagem do rio Amazonas no trecho de 200 quilômetros entre Manaus e Itacoatiara (AM). O investimento total será de R\$ 92,8 milhões para a realização do serviço. Esse montante faz parte do planejamento do ministério de Portos e Aeroportos em investir cerca de R\$ 500 milhões de recursos nos próximos cinco anos, como forma de permitir a navegabilidade segura durante todo o ano, desde a fronteira com Peru e Colômbia até Itacoatiara, um percurso fluvial de mais de 1500 quilômetros de distância.

Com a assinatura do contrato com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a DTA Engenharia, empresa vencedora, poderá começar os trabalhos a tempo de mitigar os efeitos da estiagem sobre a navegabilidade e o escoamento de insumos. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que o objetivo é recuperar permanentemente a capacidade de navegação dos rios. "Estamos empenhados em garantir a navegabilidade dos rios durante todo o ano, pois eles são essenciais para o transporte de pessoas, bens de primeira necessidade e o escoamento de mercadorias", afirmou.

O secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes, afirmou que os trabalhos serão iniciados nos próximos dias e deverão minimizar os impactos na região Norte. "Hoje nós demos continuidade ao processo iniciado há alguns meses. Por meio dessa assinatura, estamos garantindo a contratação do serviço de dragagem para os próximos cinco anos. Isso vai garantir que não haja

sobressaltos nos próximos anos. Nos próximos dias vamos emitir a ordem de serviço, o que vai viabilizar o início dos trabalhos”, afirmou.

Essa iniciativa faz parte das ações anunciadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos para prevenir os impactos da estiagem em 2024. O destaque do programa é o planejamento minucioso e a previsibilidade que se estenderá pelos próximos cinco anos. O Ministério está comprometido em implementar projetos com uma perspectiva estratégica e bem definida, antecipando necessidades e preparando soluções eficazes e sustentáveis para um futuro mais previsível e estruturado.

### **Trabalho para mitigação da seca no Norte**

Em junho deste ano, o Ministério de Portos e Aeroportos assinou editais de contratação para serviço de dragagem em quatro trechos dos rios Amazonas e Solimões.

Além do trecho Manaus-Itacoatiara, serão contemplados, Coari-Codajás, Benjamin Constant-Tabatinga, e Benjamin Constant-São Paulo de Olivença.

Apesar da extensão abrangida pelos contratos, a dragagem é feita apenas em pontos específicos, chamados de passos críticos. Esses trechos foram definidos após uma inspeção técnica do Dnit, realizada em abril.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF  
Data: 04/09/2024*

## **FINANCIAMENTO - PROJETOS DE EMPRESAS COM MAIOR PARTICIPAÇÃO FEMININA TERÃO PRIORIDADE NA OBTENÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE**

Portaria estabelece novos critérios para financiamento e empréstimos do FMM e prevê prioridade para construção de embarcações em estaleiro brasileiro



*Portaria estabelece prioridade para projetos de empresas com mais de 40% de seu quadro societário e diretivo formado por mulheres. - Foto: Portos do Paraná*

Portaria publicada nesta quarta-feira (3) no Diário Oficial estabelece critérios para a priorização de pedidos de financiamento e concessão de empréstimos com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM). A nova normativa visa otimizar a alocação de recursos, assegurando que projetos essenciais e estratégicos recebam o suporte necessário. Com ela, haverá maior transparência quanto ao uso dos recursos públicos do FMM, e uma visão mais clara dos impactos desses investimentos na geração de empregos, de renda e, ainda, dos efeitos positivos na economia como um todo.

Uma das principais inovações da portaria é a priorização de projetos de empresas que têm mais de 40% de seu quadro societário e diretivo formado por mulheres. Com um olhar atento ao equilíbrio de gênero, a novidade é um reflexo do crescente reconhecimento do papel das mulheres na economia e na inovação, além de também abrir portas para mais mulheres em posições de liderança e decisão.

São cinco ordens de prioridade para os projetos financiáveis com recursos do FMM, cada uma com suas especificidades e critérios:

***Primeira ordem: visa apoiar diretamente a indústria naval nacional e garantir que as embarcações sejam construídas e mantidas com recursos locais***

Projetos prioritários: Inclui a construção de embarcações em estaleiros brasileiros e a modernização, jumborização, conversão, manutenção ou reparação de embarcações, realizadas por estaleiros ou empresas especializadas brasileiras.



Financiamento: Até 90% do valor do projeto aprovado pode ser financiado para esses projetos. Esta prioridade apoiará diretamente a indústria naval nacional e garantir que as embarcações sejam construídas e mantidas com recursos locais.

### ***Segunda ordem: prioriza o desenvolvimento contínuo da indústria naval nacional***

Projetos de empresas brasileiras e entidades públicas: Engloba projetos destinados a empresas brasileiras para construção, jumborização, conversão, modernização, manutenção e reparo de embarcações. Também abrange projetos de entidades públicas vinculadas ao Ministério da Defesa para construção e reparos de embarcações auxiliares e oceanográficas.

Financiamento: Até 90% do valor do projeto aprovado para empresas brasileiras e até 100% para entidades públicas.

### ***Terceira ordem: visa fortalecer a capacidade produtiva e de reparo da indústria naval brasileira, além de melhorar a infraestrutura associada***

Projetos para estaleiros e infraestrutura: Inclui o financiamento de estaleiros para a produção e reparo de embarcações e para a expansão e modernização das instalações dos estaleiros, arsenais e bases navais.

Financiamento: Até 90% do valor do projeto aprovado.

### ***Quarta ordem: busca a fomentação da cooperação internacional e o avanço tecnológico no setor naval***

Projetos para empresas estrangeiras e instituições de pesquisa: Destina-se a projetos de empresas estrangeiras para construção e modernização de embarcações realizadas por estaleiros brasileiros e a instituições para construção de embarcações auxiliares e projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Financiamento: Até 80% do valor do projeto aprovado para empresas estrangeiras e até 100% para instituições públicas e de pesquisa.

### ***Quinta ordem: almeja a modernização e expansão da infraestrutura portuária e aquaviária, promovendo a eficiência do comércio e do transporte marítimo***

Projetos de infraestrutura portuária e aquaviária: Inclui obras relacionadas a concessões portuárias, melhorias em áreas portuárias, e terminais de uso privado.

Financiamento: Até 90% do valor do projeto aprovado, com uma limitação de 30% da receita anual do FMM destinada a esses projetos.

### ***Processo de avaliação e seleção***

A equipe técnica do Comitê de Financiamento do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) será responsável por avaliar os projetos de acordo com esses critérios de prioridade e em caso de empate serão priorizados aqueles com maior potencial de geração de empregos.

Essa nova ordem de priorização visa assegurar que os recursos do FMM sejam alocados de maneira eficiente, fomentando a indústria naval brasileira e apoiando projetos que têm um impacto significativo no setor naval e nas infraestruturas relacionadas.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 04/09/2024**



### INFRAERO PASSA A OPERAR AEROPORTOS DE CANELA E DE TORRES, NO RIO GRANDE DO SUL

Transição operacional deverá ser concluída no prazo de até 120 dias, contados da data de publicação das portarias



*Infraero ficará responsável pela operação e exploração dos terminais - Foto: Divulgação/Infraero*

Os aeroportos de Canela e Torres, no Rio Grande do Sul, passam a ser operados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). A decisão foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (4). Além da administração, a Infraero ficará responsável pela operação e exploração dos terminais e encerra a operação do Estado nos locais.

Essa mudança deverá minimizar o impacto do fechamento temporário do Aeroporto Internacional Salgado Filho/RS, além de garantir a continuidade dos serviços prestados aos passageiros que chegam ou saem do estado.

A Infraero fica autorizada também a representar o Ministério de Portos e Aeroportos nos atos de transição operacional, do Estado para a empresa, que deverá ser concluída no prazo de até 120 dias contados da data de publicação da portaria.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destaca que essa medida é um passo importante para minimizar o impacto do fechamento temporário do Aeroporto Internacional Salgado Filho/RS, além de garantir a continuidade dos serviços prestados aos passageiros que chegam ou saem do estado.

O presidente da Infraero, Rogério Barzellay, destaca que o recebimento dessas outorgas faz parte do compromisso do governo federal, via Ministério de Portos e Aeroportos e da Infraero, na retomada do movimento aéreo do Rio Grande do Sul, por meio do desenvolvimento de sua aviação regional. “A Infraero realizou uma análise técnica da situação atual dos aeroportos de Canela e Torres e, agora, colocará em prática o plano de ação visando à retomada dos voos regulares, com foco no aprimoramento da infraestrutura oferecida e segurança das operações”, destacou.

#### Voos regulares

A Infraero vai habilitar os dois aeroportos para que as aéreas possam operar voos regulares, dentro da capacidade operacional dos aeroportos. Para isso, serão feitos investimentos na pista de pouso e decolagem, nas pistas de táxi, pátio de aeronaves, em equipamentos de auxílio à navegação aérea, no terminal de passageiros, nas cercas de proteção, entre outros.

A partir do recebimento das outorgas pela Infraero, em 15 dias o Aeroporto de Canela estará apto para operação com aeronaves de categoria 1B (Grand Caravan - até 9 passageiros), e o de Torres de categoria 2C (ATR-72 - até 72 passageiros). E em 45 dias após o início da gestão, Canela poderá receber aeronaves 2C (ATR-72 - até 72 passageiros), e Torres da categoria 3C (B737, A320 - média de 165 passageiros).

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 04/09/2024**

### RODOVIAS - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INVESTE R\$51,7 MILHÕES E RECUPERA MAIS UMA ESTRADA NO RIO GRANDE DO SUL

Cerca de 4 mil veículos circulam diariamente por trecho revitalizado da BR-158/RS



*Foram recuperados 42,5 quilômetros da BR-158/RS - Foto: DNIT*

Os motoristas que utilizam a BR-158/RS, entre as cidades de Cruz Alta e Tupanciretã (RS), já circulam pelo trecho com mais segurança e conforto. É que o Ministério dos Transportes investiu R\$51,7 milhões para recuperar uma extensão de 42,5 quilômetros da rodovia, que recebe, diariamente, um fluxo de 4 mil veículos, em média.

Essa é uma rota importante para o escoamento de grãos, frutas e carnes, que seguem para o Porto de Rio Grande.

De olho no menor impacto ambiental, na obra realizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, foram utilizadas técnicas como a reciclagem de base com adição de cimento, em que o material degradado é reaproveitado na reconstrução da pista e restauração dos acostamentos, evitando a geração de resíduos.

As melhorias foram realizadas entre o Km 198,5 (entroncamento com a RS-342) e o Km 241 (entroncamento com a RS-392) da BR-158/RS.

#### **Sobre a BR-158**

Criada na década de 1970, é uma das principais rodovias do Rio Grande do Sul, e liga o norte ao sudoeste do estado. Com um papel fundamental para a economia gaúcha, a rodovia corta cidades como Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, Panambi, Cruz Alta, Santa Maria, Rosário do Sul e chega até Santana do Livramento.

Com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*

*Data: 04/09/2024*

### RENAN FILHO DEBATE GOVERNANÇA DE INFRAESTRUTURA EM EVENTO PROMOVIDO PELO TCU NESTA QUINTA (5)

Impactos climáticos, ampliação da malha logística e renegociação de contratos estão entre os temas do Fórum

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participa nesta quinta-feira (5), do 8º Fórum Nacional de Controle, com o tema "Governança de Infraestrutura: Planejamento, Financiamento e Impactos Climáticos", realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

No encontro serão abordados temas como os desafios da infraestrutura diante os impactos climáticos, a manutenção e ampliação da malha logística em tempos de escassez de recursos, o futuro dos transportes, a renegociação de contratos e exemplos de boas práticas na elaboração de projetos de infraestrutura.

Além de Renan Filho, participam também da abertura do evento o presidente do TCU, Bruno Dantas, e Vinícius de Carvalho, ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), entre outras autoridades.

#### **Cobertura de imprensa**

Profissionais de imprensa interessados em cobrir o evento devem se credenciar na recepção do TCU.

O 8º Fórum Nacional poderá ser acompanhado ao vivo pelo canal do TCU no Youtube: <https://www.youtube.com/live/PAJGVLYMPRw>

## SERVIÇO

O quê: 8º Fórum Nacional de Controle - "Governança de Infraestrutura: Planejamento, Financiamento e Impactos Climáticos"

Quando: Quinta-feira (5), às 9h

Onde: Tribunal de Contas da União - Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 04, LT 01

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 04/09/2024

## RENAN FILHO INAUGURA PASSAGEM NA BR-343 PARA DESAFOGAR O TRÂNSITO NO CORAÇÃO DA CAPITAL TERESINA



*Ladeira do Uruguai, na interseção da rodovia BR-343/PI com a Avenida João XXIII - Foto: DNIT*

"O nordeste brasileiro dá bons exemplos ao país, o governo do presidente Lula investe no Piauí e vê os resultados", declarou o ministro dos Transportes. Obra de R\$46 milhões faz parte de pacote de melhorias no estado

O trecho da Ladeira do Uruguai, na BR-343/PI, em Teresina (PI), é conhecido pelos engarrafamentos. O alto fluxo de veículos que passam pela via diariamente culmina o encontro de duas importantes avenidas da cidade e, sem a passagem de nível, a única opção do motorista era esperar preso no trânsito. Agora, o principal ponto de estrangulamento na rodovia acabou. O Ministério dos Transportes, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), entregou nesta terça (3) a Trincheira Ladeira do Uruguai, na interseção da rodovia BR-343/PI com a Av. João XXIII, entre os Km 340,98 e Km 341,50, com uma extensão total de 1,027 km. A obra vai permitir o fim da espera no cruzamento das estradas.



*A BR-343 é uma rodovia diagonal do Piauí que conecta o litoral ao sul do estado, de Luís Correia a Bertolândia, passando por Teresina, com 742 km de extensão - Foto: Marcio Ferreira/MT*

O ministro dos Transportes, Renan Filho, destacou a importância da obra no evento de inauguração da trincheira. "Essa obra ajudou a gerar emprego e vai ajudar a acelerar a vida das pessoas, o que significa mais tempo para o lazer, para o trabalho produtivo e isso ajuda o Brasil a avançar. O nordeste brasileiro dá bons exemplos ao país. O Piauí cresce mais do que a média nordestina e demonstra que a gente pode ir mais longe. O governo do presidente Lula investe aqui e vê os resultados, junto com o governo estadual do Rafael Fonteles", pontuou.

"Hoje gasto em média 7 minutos parada no trecho. Parada mesmo. Após a entrega da obra, espero eliminar esse tempo e o estresse com engarrafamento, respirando poluição. Penso que até esteticamente a via vai ficar melhor", relata a professora Iraneide Soares da Silva. Moradora do bairro Novo Uruguai, ela explica que essa é a única via de acesso ao colégio da filha, ao supermercado que frequenta e ao seu trabalho, na Universidade Estadual do Piauí, que fica no Pirajá, região norte de Teresina.



Além de agilizar o trânsito, a trincheira aumenta a segurança em uma região com aumento de moradores. “O número de conjuntos habitacionais e residências vem crescendo nessa saída para a região norte do estado. A trincheira também vai melhorar o fluxo de veículos em direção à saída para o litoral”, avalia o inspetor da PRF do Piauí, Adel Barbosa. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal do estado, os acidentes em rodovias ocorrem com maior frequência do que em trechos não urbanizados. Para se ter uma ideia, em 2023 foram 366 acidentes em áreas não urbanizadas e 460 em regiões urbanizadas da BR-343/PI.

Renan Filho ainda reforçou que esta é só uma das melhorias que a pasta está promovendo na malha rodoviária do estado. “Temos na verdade 3 conjuntos importantes de obras no estado. As melhorias urbanas da BR-343, esses 5,2 quilômetros e faremos a duplicação deles. Construiremos 5 viadutos, inclusive uma nova ponte, essa é uma obra de R\$150 milhões. A terceira obra importante é a duplicação de Teresina até Altos, 27 quilômetros, também incluída no Novo PAC. Projeto pronto, e publicaremos o edital ainda dentro do mês de setembro, uma obra de R\$290 milhões de reais.”

Um dos beneficiados por esses investimentos é o gerente administrativo Sabino Feitosa Lopes, que trabalha no bairro Horto, na zona leste de Teresina. Ele vai usar a trincheira todos os dias para ir e voltar do serviço. “Antes era um sacrifício fazer o balão que existia lá. Com o aumento de veículos, devido ao crescimento da cidade mesmo, se formavam engarrafamentos quilométricos”, avalia Sabino. “A trincheira vai melhorar substancialmente a mobilidade aqui. Estou muito feliz com essa obra. Demorou, mas vai valer a pena”, comemora.

Após a cerimônia de inauguração, a passagem já está liberada ao trânsito. Também participaram da entrega o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, o governador do Piauí, Rafael Fonteles, entre outras autoridades.

### **Sobre a obra**

A trincheira, que permite a passagem de veículos por baixo da via que já existia, vai melhorar as condições de segurança e trafegabilidade, proporcionando maior fluidez e segurança, já que elimina cruzamentos. Com o aporte de aproximadamente R\$ 46 milhões, a obra tem extensão de 420m sob a rótula (ou balão) existente, onde será composta de duas pistas, cada uma com 7,20m de largura, separadas por uma barreira New Jersey, faixas de segurança com 0,50m e acostamentos com 1,50m; entre o acostamento e o muro existe a previsão de um refúgio/guarda-rodas com largura de 0,40m.

Integrado ao Contorno Rodoviário de Teresina, o empreendimento inclui os viadutos do Mercado do Peixe e do Dirceu, a duplicação de um trecho da BR-343 entre a Ladeira do Uruguai e a ponte sobre o rio Poti, no Conjunto Tancredo Neves. O projeto desenvolvido pelo DNIT disciplina o tráfego na confluência das BR-343 (Av. João XXIII) Timon – Altos, com melhoria nas alças que dão sentido a BR-316/PI (através da BR-343/PI) e Avenida Zequinha Freire.

A BR-343 é uma rodovia diagonal do Piauí, que liga o litoral ao sul do estado, iniciando na cidade de Luís Correia e finalizando na cidade de Bertolínia, passando pela capital Teresina, com uma extensão total de 742 quilômetros. Além disso, contribui para o desenvolvimento do Estado, visto que liga a capital (Teresina) ao litoral, o que proporciona o desenvolvimento do turismo, além de interligar o Piauí ao Ceará, no entroncamento com a BR-404.

No Piauí, o Ministério dos Transportes também atua na construção da ponte que fará a ligação entre os municípios de Santa Filomena, no Piauí, e Tasso Fragoso, no Maranhão. A obra faz parte do projeto de implantação da BR-330/PI e deve ser uma importante ligação para facilitar o escoamento da produção de grãos da região, conectando os municípios do sul piauiense à região produtora de Balsas/MA. Nas próximas semanas, a autarquia deve licitar obras de duplicação nas BRs 343/PI e 316/PI, que trarão impactos positivos para a mobilidade urbana da capital Teresina.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF**

**Data: 04/09/2024**



# BE NEWS

## BE NEWS – BRASIL EXPORT

### EDITORIAL – A DESCARBONIZAÇÃO COMO PRIORIDADE

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A iniciativa da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), de realizar o primeiro inventário setorial de emissões de carbono dos portos brasileiros, marca um avanço importante na busca por um setor portuário mais sustentável e em linha com as metas globais de combate às mudanças climáticas. Ao mapear as emissões de gases de efeito estufa (GEE) nos portos, a Antaq demonstra um compromisso com a transparência e com a promoção de práticas mais sustentáveis no setor.

O inventário de emissões é fundamental para que o setor portuário brasileiro possa avaliar seu desempenho ambiental, identificar as principais fontes de emissões e estabelecer metas mais ambiciosas de redução. Com base nos dados coletados, será possível desenvolver políticas públicas e implementar medidas mais eficazes para reduzir a pegada de carbono dos portos.

A descarbonização do setor portuário é um desafio complexo, mas também uma grande oportunidade. Ao investir em tecnologias limpas, em fontes de energia renovável e em práticas mais eficientes, os portos podem reduzir seus custos operacionais, aumentar sua competitividade e contribuir para a construção de um futuro mais sustentável.

Além do inventário de emissões, a Antaq também está conduzindo estudos sobre a transição energética no setor, o que demonstra a importância que a agência atribui à questão da sustentabilidade. A adoção de novos combustíveis, como o GNL (gás natural liquefeito) e o hidrogênio verde, pode contribuir significativamente para a redução das emissões de gases de efeito estufa nos portos.

A integração entre a infraestrutura portuária e as cidades é outro ponto crucial para a construção de um futuro mais sustentável. Ao promover a multimodalidade e a integração com outros modais de transporte, os portos podem contribuir para a redução do congestionamento nas cidades e para a melhoria da qualidade do ar.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, anunciou que a realização do inventário nessa terça-feira, no Rio de Janeiro, durante o 2º Seminário de Planejamento Portuário da Praticagem do Brasil, um evento que teve a sustentabilidade como um dos temas de debate. Nesse fórum, ficou claro que a iniciativa da agência é um passo importante para a descarbonização do setor e para a construção de um futuro mais sustentável. Ao investir em tecnologias limpas, em práticas mais eficientes e em uma maior integração com as cidades, os portos brasileiros podem se tornar modelos de sustentabilidade para o mundo, ajudando a construir um futuro mais limpo e próspero para as próximas gerações.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 04/09/2024

### NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

#### **MARCOS PEREIRA DESISTE 1**

O presidente do Republicanos, o deputado federal Marcos Pereira (SP), desistiu da candidatura à presidência da Câmara. A decisão foi tomada na noite dessa terça-feira, dia 3, e confirmada na manhã desta quarta-feira, dia 4, em nota divulgada à imprensa. Ele informou que irá apoiar o líder de seu partido, Hugo Moa (PB), na disputa ao cargo. Segundo o parlamentar, esta foi "uma decisão em prol da Câmara, de todos os deputados e do Brasil".

## **MARCOS PEREIRA DESISTE 2**

Sobre a desistência, Pereira, que é o atual vice-presidente da Câmara, afirmou que, nessa terça-feira, recebeu apelos de líderes de pardos que não possuem candidaturas para que buscasse uma solução mais consensual, com mais chances de unificar os deputados. “A candidatura à presidência da Câmara é uma construção coletiva com todos os líderes partidários e deputados. Sou mais um entre os 513”, destacou.

## **MARCOS PEREIRA DESISTE 3**

Marcos Pereira comunicou sua decisão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na tarde dessa terça-feira, em encontro no Palácio do Planalto. A reunião teve a participação do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, filiado ao Republicanos.

## **PRÊMIO**

A Portonave, o primeiro terminal portuário privado de contêineres do Brasil, localizado em Navegantes (SC), conquistou o Prêmio Expressão de Ecologia na categoria Conservação de Energia. Foi um reconhecimento a seu projeto “Transição Energética na Atividade Portuária e seu Impacto na Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)”. A cerimônia de entrega do troféu Onda Verde foi realizada pela Editora Expressão em Florianópolis, no último sábado, dia 31. Segundo a organização, 121 projetos se inscreveram e 30 receberam o prêmio, que destaca as organizações engajadas com atitudes sustentáveis.

## **DISPUTA SUSTENTÁVEL**

O Porto do Açu (RJ) é um dos finalistas do Prêmio Mundial de Sustentabilidade da Associação Internacional de Portos (IAPH), na categoria Infraestrutura, com seu case Hub de Hidrogênio e Derivados de Baixo Carbono. Ele concorre com o Porto de Bilbao (Espanha) e o de Gladstone (Austrália). O ganhador será escolhido a partir do voto do público, pelo link <https://bit.ly/3z66OXx>.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/09/2024

## **NACIONAL - ANTAQ PRETENDE FINALIZAR 1º PARTE DO INVENTÁRIO DE EMISSÕES ATÉ O FIM DO ANO**

Informação foi dada por Eduardo Nery, durante sua apresentação no 2º Seminário de Planejamento Portuário da Praticagem do Brasil

Por Yousefe Sipp [yousefe.sipp@redebnews.com.br](mailto:yousefe.sipp@redebnews.com.br)



*Segundo Eduardo Nery, a expectativa é que o inventário de emissões de carbono da Antaq seja lançado em breve, seguindo o modelo do levantamento estatístico mensal da agência. Foto: Divulgação/Antaq*

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, anunciou que a conclusão da primeira parte do inventário setorial de emissões de carbono (GEE) deve ser finalizada até o fim deste ano. A declaração foi feita nesta terça-feira (03), durante o 2º Seminário de Planejamento Portuário da Praticagem do Brasil.

“Este inventário é fundamental para sabermos se estamos no caminho certo para a descarbonização e para cumprir as metas estabelecidas pelo Acordo de Paris, com redução de 50% das emissões até 2030 e atingindo o net zero até 2050,” afirmou Nery.

O inventário foi anunciado pela Agência em fevereiro deste ano como uma de suas ações dentro da estratégia ESG (Environmental, Social, and Governance). A proposta inclui um levantamento detalhado de todos os portos do país. O projeto deve ser lançado seguindo o modelo do levantamento estatístico de movimentação de cargas mensal da Agência.

“Já está em andamento e bastante avançado. Este é o ponto de partida para saber onde estamos e para que possamos formular políticas públicas e exercer uma regulação aderente ao cumprimento das normas,” explicou o diretor-geral.

O Acordo de Paris e o Net Zero visam combater as mudanças climáticas e reduzir globalmente as emissões de gases de efeito estufa (GEE), promovendo uma economia sustentável e resiliente. O governo brasileiro adotou os compromissos durante a 21ª Conferência das Partes (COP21), em 2015.

Além disso, Eduardo Nery também reforçou que a Agência está conduzindo estudos sobre a transição energética no setor, como a adoção de novos combustíveis, e estratégias para melhorar a integração entre a infraestrutura portuária e as cidades.

### Seminário

O 2º Seminário de Planejamento Portuário da Praticagem do Brasil abordou questões cruciais para o desenvolvimento do setor. O evento reuniu especialistas que discutiram temas relevantes para a eficiência e a sustentabilidade das operações portuárias.

Na parte da manhã, o professor Eduardo Tannuri (TPN-USP) apresentou pesquisas sobre a integração de novas tecnologias para melhorar o desempenho dos portos. Já o outro docente, Paulo de Tarso (COPPE-UFRJ), analisou a otimização de cascos para a manobrabilidade dos navios, utilizando modelos reduzidos e relatórios da Associação Mundial de Infraestrutura de Transporte Aquaviário (PIANC).

Marcos Almeida, presidente da Associação Internacional de Auxílios Marinhos à Navegação e Autoridades de Faróis (IALA), falou sobre os desafios dos apoios à navegação na instituição. Luiz Carlos Veloso e Marcos Martinelli (Praticagem da Barra do Pará) analisaram as dimensões e limites dos canais de acesso para navios de cruzeiro.



### Confira entrevista com o Presidente da Praticagem do Bras

<https://youtu.be/Vgupm62bo0g>

O evento também contou com apresentações e exposições de outros especialistas e autoridades, que contribuíram para o debate sobre inovações e desafios enfrentados pelo setor portuário. Este ano, o seminário recebeu o apoio da seção nacional da Associação Mundial de Infraestrutura de Transporte Aquaviário

(PIANC) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/09/2024

## NACIONAL - REUNIÃO PARTICIPATIVA DA ANTAQ DISCUTE AGENDA REGULATÓRIA 2025-2028

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) promoveu na terça-feira (3) uma reunião participativa focada na discussão sobre Navegação Marítima, no contexto da Proposta de Agenda Regulatória 2025-2028. A agenda regulatória é uma ferramenta que prioriza e planeja os temas regulatórios da agência, visando o aprimoramento dos processos, aumentando a transparência e conferindo previsibilidade às ações da Antaq.

O diretor-geral, Eduardo Nery, que foi o responsável pelo processo que autorizou a realização da reunião participativa, ressaltou que “a Agenda Regulatória é um instrumento de planejamento para a agência e permite que o regulado se programe para contribuir para as regulações que serão elaboradas ao longo dos anos”. Ele acrescentou que a agenda é “uma forma de garantir

previsibilidade, estabilidade regulatória e segurança jurídica”. Os diretores Flávia Takafashi e Wilson Lima Filho também destacaram a relevância da Agenda Regulatória.

O evento ocorreu na sede da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro (RJ), e contou com quatro contribuições presenciais. Esta foi a primeira de três reuniões. As próximas abordarão os outros dois grandes temas da Agenda Regulatória 2025-2028. Uma delas será sobre instalações portuárias, marcada para ocorrer em São Paulo, no próximo dia 17. A outra tratará da navegação interior e será realizada em Manaus (AM) no dia 3 de outubro.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/09/2024**

## NACIONAL - ANP PREVÊ INVESTIMENTO DE R\$ 10 BI NA EXPLORAÇÃO DE GÁS E PETRÓLEO

Mais de 80% serão concentrados na perfuração de poços

Da Redação [redacao.jornal@redeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redeneews.com.br)



*Dos investimentos previstos apenas para 2024, R\$ 9,50 bilhões serão alocados em ambiente marítimo, sendo R\$ 8,50 bilhões na perfuração de poços. Para o ambiente terrestre, a previsão é de R\$ 470 milhões.  
Foto: Saulo Cruz/MME*

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) prevê que, em 2024, os investimentos na fase de

exploração dos contratos de petróleo e gás natural cheguem a cerca de R\$ 10 bilhões (R\$ 9,97 bilhões). O número está no Relatório Anual de Exploração 2023, publicado nesta segunda-feira (2). As informações são da Agência Brasil.

Para o período de 2024 a 2027, está previsto um total de R\$ 18,31 bilhões em investimentos. Em 2025, a previsão é de R\$ 7,64 bilhões, enquanto em 2026 e 2027, o montante estimado é de R\$ 701 milhões.

Nas previsões sobre a distribuição dos investimentos por atividades entre 2024 e 2027, 88% serão concentrados na perfuração de poços (R\$ 16,04 bilhões). Os 12% restantes (R\$ 2,27 bilhões) serão distribuídos entre teste de poço (8%), levantamento geofísico exclusivo (3%) e levantamento geofísico não exclusivo (1%).

Dos investimentos previstos apenas para 2024, R\$ 9,50 bilhões serão alocados em ambiente marítimo, sendo R\$ 8,50 bilhões na perfuração de poços. Para o ambiente terrestre, a previsão é de R\$ 470 milhões.

A ANP explica que a fase de exploração tem início com a assinatura dos contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural. E que nela são realizados estudos para detectar a presença desses combustíveis nas áreas sob contrato, chamadas de blocos, em quantidade suficiente para tornar sua extração economicamente viável. Tendo sucesso nessa etapa, as empresas poderão passar para a fase de produção, quando iniciarão a produção e a área contratada passará a ser chamada de campo.

### Números de 2023

O relatório também traz dados de 2023. O ano foi encerrado com 251 blocos sob contrato: 13 sob o regime de partilha de produção e 238 sob o regime de concessão. Entre 2022 e 2023, houve queda de 44 blocos. A ANP explica que essa redução pelo baixo quantitativo de contratos assinados e ao alto número de blocos devolvidos.



Sobre os blocos sob contrato por ambiente, o terrestre permaneceu na liderança, com 151 blocos contra 100 blocos no marítimo, dos quais 18 localizados no pré-sal. O ambiente terrestre registrou a maior área contratada (52%), cerca de 84 mil km<sup>2</sup>, e o marítimo, 48% de área sob contrato, cerca de 77 mil km<sup>2</sup>.

O ano teve 14 poços com notificações de descoberta em terra e quatro em mar. Foram encontrados indícios de hidrocarbonetos apenas em poços perfurados nas bacias de Santos e Campos, com duas notificações cada. Dos poços em bacias terrestres, nove foram registradas em bacias de nova fronteira: Amazonas (6) e Parnaíba (3). E cinco em bacias maduras: Espírito Santo (4) e Recôncavo (1).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/09/2024

A trincheira, com extensão de 1,027 km, está situada em uma das áreas de maior tráfego da região. A intervenção incluiu duas pistas com 7,20 metros de largura, separadas por uma barreira de segurança, além de faixas de segurança e acostamentos. Foto: DNIT

## REGIÃO NORDESTE - GOVERNO ENTREGA NOVA OBRA EM RODOVIA DO PIAUÍ

Trincheira Ladeira do Uruguai teve investimento de aproximadamente R\$ 46,1 milhões

Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)



*Renan Filho ressaltou o avanço nas condições das rodovias no Piauí, destacando que a malha avaliada como “em boas condições” cresceu de 63% para 85% entre 2022 e 2024*

O ministro dos Transportes, Renan Filho, inaugurou nesta terça-feira (3) a trincheira Ladeira do Uruguai, localizada na interseção da BR-343, no Piauí. O investimento total do Governo no projeto foi de R\$ 46,1 milhões em um conjunto de intervenções para melhorar a mobilidade urbana na capital do Piauí, Teresina.

A trincheira, com extensão de 1,027 km, está situada em uma das áreas de maior tráfego da região. A intervenção incluiu duas pistas com 7,20 metros de largura, separadas por uma barreira de segurança, além de faixas de segurança e acostamentos. A responsabilidade pelas obras foi do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

“É um empreendimento que dará mais segurança e conforto à população, além de fomentar a economia de todo o estado”, afirmou o diretor-geral do DNIT, Fabrício Galvão.

A BR-343 é uma via estratégica para o Piauí, conectando o litoral ao sul do estado e passando pela capital, Teresina. Com 742 quilômetros de extensão, é considerada fundamental para o desenvolvimento do turismo e para a integração regional com o Ceará.

O ministro Renan Filho ressaltou o avanço nas condições das rodovias no estado, destacando que a malha avaliada como “boas condições” no Piauí cresceu de 63% para 85% entre 2022 e 2024, segundo o Índice de Condição de Manutenção (ICM).

“O Nordeste brasileiro dá bons exemplos ao país. O Piauí cresce mais do que a média nordestina e demonstra que a gente pode ir mais longe”, disse Renan Filho.

### Intervenções Federais

O DNIT também está conduzindo outras obras no estado, como a construção de uma ponte que ligará Santa Filomena (PI) a Tasso Fragoso, no Maranhão, com o objetivo de facilitar o escoamento da produção agrícola da região. Segundo a autarquia, nas próximas semanas, estão previstas ainda

licitações para obras de duplicação das BRs 343 e 316, com o intuito de melhorar ainda mais a mobilidade urbana em Teresina

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/09/2024

## PORTO DE SANTOS - TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS APROVAM ACORDO SOBRE FUNDO DE PENSÃO

Na Baixada Santista são quase 4 mil participantes do Portus. Proposta ainda será votada em outros estados

Por JÚNIOR BATISTA [junior.basta@redeneews.com.br](mailto:junior.basta@redeneews.com.br)



*A aprovação da proposta em Santos aconteceu durante assembleia realizada na sede do Sindaport, que teve a participação de representantes da Autoridade Portuária de Santos (Foto: Divulgação/APS)*

Dirigentes sindicais que representam os trabalhadores do Porto de Santos fecharam um acordo com a Autoridade Portuária de Santos (APS) para receberem direitos trabalhistas do fundo de pensão Portus. De acordo com a empresa pública que administra o complexo portuário, 3.949 mil

beneficiários serão atendidos na Baixada Santista.

Ficou acertado o pagamento do 13º salário do ano de 2020, que não foi pago na ocasião, além de reajuste em 12,41% os valores mensais recebidos, já computados a partir de março deste ano. Também está no acordo que, a partir de janeiro de 2025, sejam aplicados os reajustes determinados pelos índices nacionais, além da volta do seguro de vida e a pensão por falecimento, inclusive aos que deixaram de receber a partir de 2020 até o presente. Será permitida ainda a instituição de um empréstimo consignado para os associados.

O acordo, para ser validado, ainda depende de aprovação nas assembleias de outros portos pelo país. Além dos portuários da Baixada Santista, há 592 beneficiários no Espírito Santo (Vports); 1.417 no Rio de Janeiro (PortosRio); 324 no Pará (CDP); 574 na Bahia (Codeba), e 1.195 participantes do PBP1 (Plano de Benefícios Previdenciários do Portus) em outros estados.

Se a proposta for aprovada nessas assembleias, terá de receber ainda a chancela do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, além de cumprir trâmites na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e na Advocacia-Geral da União. O último passo será a assinatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os pagamentos serão feitos pelas companhias docas patrocinadoras, que deverão desembolsar algo em torno de R\$ 1,150 bilhão.

### Assembleia

A aprovação da proposta em Santos aconteceu durante assembleia realizada na segunda-feira (2), na sede do Sindaport (Sindicato dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia, nos Terminais Privativos e Retroportuários e na Administração em Geral dos Serviços Portuários do Estado de São Paulo), conduzida pelo presidente da entidade, Everandy Cirino.

Representando a APS estavam o presidente Anderson Pomini, o diretor de Administração e Finanças, Júlio César de Oliveira, e o diretor de Operações, Beto Mendes. Outros dirigentes sindicais também participaram.

Na opinião de Pomini, a decisão é fruto de uma postura firme do presidente Lula, do ministro Silvio Costa Filho e de seu antecessor Márcio França (hoje ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

“Apoiados por Lula e pelos ministros foi realizado um esforço jurídico e político pelos sindicatos, em respeito aos que, com seu suor, construíram o Porto de Santos que temos hoje. Este recurso vai beneficiar indiretamente mais de 40 mil pessoas no Brasil, sendo 52% de famílias de baixa renda”, afirmou Pomini.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/09/2024**

## NACIONAL - GABRIELA COSTA ASSUME DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS

Gabriela atuava como secretária-executiva adjunta do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor)

**Da Redação [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)**

Gabriela Costa é a nova diretora executiva da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). A servidora pública federal deixou a Secretaria Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), onde estava desde dezembro de 2023, para assumir o novo desafio na entidade, ao lado do diretor-presidente Murillo Barbosa.



**A servidora pública federal deixou a Secretaria Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), onde estava desde dezembro de 2023, para assumir o novo desafio na entidade, ao lado do diretor-presidente Murillo Barbosa. Foto: Arquivo**

Com extensa experiência no setor portuário, Gabriela

passa a compor a equipe executiva da ATP sendo responsável pelo planejamento, organização interna e externa, coordenação e controle das atividades administrativas e técnicas da Associação, que defende os interesses e atua em defesa do segmento portuário privado e na modernização dos portos brasileiros. As empresas associadas, que representam 60% da movimentação portuária do país, aprovaram, por unanimidade, o nome de Gabriela Costa para o cargo.

“Temos a certeza de que a chegada da Gabriela vai agregar ainda mais conhecimento e competência técnica a nossa diretoria, representando os agentes privados do setor portuário, que têm avançado cada vez mais na representatividade econômica do nosso país”, disse Murillo Barbosa.

Formada em Relações Internacionais e pós-graduada na mesma área pela Universidade de Brasília (UnB) e em Gestão de Operações Portuárias pela Associação Brasileira de Consultoria e Assessoria em Comércio Exterior (Abracomex), Gabriela atuou por quase 13 anos como Especialista em Regulação na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e foi a primeira mulher a assumir um cargo de direção na Agência. Em 2023, também atuou como chefe de gabinete da então Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários.

Gabriela está animada com o novo desafio profissional. “As instalações portuárias privadas são parte fundamental dessa engrenagem que é o setor portuário brasileiro. Será muito gratificante poder atuar em busca de novas oportunidades para seu contínuo desenvolvimento”, declarou.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/09/2024**

## REGIÃO NORDESTE - ZPE DO CEARÁ REGISTRA CRESCIMENTO 7,9% DE JANEIRO A JULHO

Foram 6.140.402 toneladas movimentadas no período pela área, que completou 11 anos de operação em agosto

Por JÚNIOR BATISTA [junior.basta@redenenews.com.br](mailto:junior.basta@redenenews.com.br)



*O início das atividades da ZPE Ceará foi em agosto de 2013. Três anos depois, foi exportada a primeira placa de aço produzida na siderúrgica instalada no Setor I do complexo*

A Zona de Processamento e Exportação (ZPE) do Ceará movimentou, de janeiro a julho deste ano, 6.140.402 toneladas, um incremento de 7,9% quando comparado ao mesmo período de 2023.

Entre as principais cargas movimentadas na poligonal de ZPEs, o minério de ferro ocupa o primeiro lugar com 2.791.313 toneladas, crescimento de cerca de 20,3% na comparação com o mesmo período do ano passado. Em seguida estão as placas de aço, que apresentaram um aumento de 7,5%, totalizando 1.684.005 toneladas movimentadas. Também apresentou crescimento o carvão mineral, com 1.535.928 toneladas, alta de 42% na comparação com os sete primeiros meses de 2023.

AZPE completou, em agosto, 11 anos de operação com quase 90 milhões de toneladas movimentadas no período. Para o presidente da ZPE Ceará, Fábio Feijó, o resultado positivo representa que o espaço está no caminho certo para o desenvolvimento e crescimento continuado.

Ele afirma que, normalmente, um grande investimento industrial se instala em uma região que possui matéria-prima para sua produção ou próximo ao seu mercado consumidor. Segundo ele, o Ceará conseguiu atrair uma siderúrgica mesmo sem ter reservas expressivas de minério de ferro, carvão mineral e mercado consumidor.

“Obtivemos sucesso na atração deste investimento e permanecemos alcançando resultados significativos porque temos uma ZPE integrada a um porto. Acredito que o futuro dessa política pública de ZPEs é ainda mais promissor com o projeto do hub de hidrogênio verde, que chegará para mudar novamente a história do nosso estado”, afirma.

### Histórico

O início das atividades da ZPE Ceará foi em agosto de 2013. Em 2016, foi exportada a primeira placa de aço produzida na siderúrgica instalada no Setor I. Naquele ano, o município de São Gonçalo do Amarante – onde a empresa está localizada – tornou-se o maior exportador do Ceará.

Até hoje, os produtos siderúrgicos seguem sendo as principais cargas movimentadas pelo estado.

Para o secretário-executivo do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), Fábio Pucci, a ZPE Ceará foi uma divisora de águas na história da política pública de Zonas de Processamento de Exportação no Brasil. Segundo ele, mesmo 11 anos depois, a ZPE Ceará ainda é a principal referência do país. “A ZPE tem entregado resultados consistentes para os principais pilares dessa política: orientação exportadora, promoção da difusão tecnológica e externalidades positivas para o desenvolvimento industrial, econômico e social da região e do país. Congratulo a ZPE Ceará pelos seus 11 anos. Juntos trabalharemos para resultados ainda maiores”, diz.

O presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueiredo, ressalta a importância do equipamento para o desenvolvimento econômico do Estado e para a implementação do hub de hidrogênio verde no Pecém. Para ele, além da proximidade com o porto, as vantagens que as empresas encontram para

se instalarem na ZPE são o grande diferencial do Complexo do Pecém para atrairmos tantos investimentos para o Ceará, especialmente na instalação do hub.

“Temos o propósito de transformar gerações e a ZPE é parte fundamental nesse processo, principalmente agora, com maturidade”, diz.

Com o Setor II pronto para receber novos investimentos, especialmente os de hidrogênio verde, a ZPE cearense assume um papel significativo no processo de transição energética do Brasil.

Hoje são seis pré-contratos assinados para instalação de unidades fabris de H2V em área de ZPE, com as empresas AES Brasil, Casa dos Ventos, Cactus Energia, Fortescue, FRV e Voltalia. Somente esses pré-contratos somam mais de US\$8 bilhões em investimentos até 2030, com mais de 500 hectares já reservados.

O secretário de Desenvolvimento Econômico do Ceará, Salmite Filho, ressalta que a ZPE Ceará é um exemplo de como planejamento e políticas de Estado podem induzir e impulsionar o desenvolvimento econômico, gerando oportunidades de negócios e empregos. Ele afirma que um exemplo de entrega à economia cearense é a instalação da siderúrgica no Complexo do Pecém, realizada graças à política pública da ZPE, que, sozinha, dobrou o PIB industrial do Ceará à época.

“Estamos determinados a avançar com a ZPE Ceará, transformando nossas vantagens comparativas em vantagens competitivas globais”, conclui.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 04/09/2024*

## REGIÃO SUL - AEROPORTO DE PORTO ALEGRE VOLTA A RECEBER VOOS NACIONAIS EM OUTUBRO

Inicialmente serão 50 voos diários. Companhias aéreas Azul, Gol e Latam já abriram as vendas de passagens

*Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)*



**Aeroporto retomará operações com 50 voos diários, segundo o Ministério de Portos e Aeroportos (Foto: Divulgação)**

As obras de recuperação no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre (RS), estão na reta final. O equipamento, que teve 75% de sua pista de pousos e

decolagens submersa durante a enchente que atingiu o estado em maio, voltará a receber voos domésticos no dia 21 de outubro, com um total inicial de 50 voos diários (350 por semana) entre 10h e 22h. As companhias aéreas Azul, Gol e Latam já abriram as vendas de passagens.

Até o momento, foram confirmadas rotas para as cidades de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campinas (SP), Curitiba (PR), Guarulhos (SP), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Conforme a Fraport Brasil, concessionária que administra o Salgado Filho, a recuperação está na fase 2. A pista em sua extensão completa deve estar pronta até 16 de dezembro, data prevista para a retomada dos voos internacionais.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou a importância da recuperação rápida do aeroporto. “O retorno das operações é um marco significativo para a mobilidade e para a economia do Rio Grande do Sul. Estamos comprometidos em garantir que o aeroporto retorne à sua plena operação com máxima eficiência e segurança. Estamos monitorando de perto o progresso para assegurar que todas as etapas sejam cumpridas conforme o planejado”, afirmou o ministro.

Nesta fase da recuperação, estão sendo realizados trabalhos simultâneos de fresagem e recomposição da massa asfáltica. No dia 17 de agosto, foi finalizada a instalação da usina de asfalto automatizada, que se junta às duas usinas externas que prestam serviço ao aeroporto, aumentando a agilidade dos trabalhos. Também foram iniciadas a limpeza de valas, a recuperação do sistema de balizamento e a restauração de componentes para a reinstalação da sinalização vertical.

No Terminal de Passageiros, a recuperação do piso 1 está em andamento, com o desbaste e polimento do granito e a remoção e troca de drywalls. Cada área de check-in possui seu próprio sistema de BHS (Baggage Handling System), responsável por levar as bagagens dos balcões de atendimento até o pátio. Na área internacional, o sistema já está energizado e em fase de testes, o que significa que a infraestrutura elétrica e os sistemas relacionados estão fornecendo a energia necessária para as operações do aeroporto.

No sistema da área doméstica, as esteiras de restituição de bagagens já foram limpas e lubrificadas, e estão sendo remontadas para os testes finais. Outros equipamentos elétricos, como elevadores, escadas rolantes e pontes de embarque, também foram limpos e estão em processo de remontagem.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/09/2024**

## REGIÃO SUDESTE - AEROPORTO DE VIRACOPOS RECEBE EQUIPAMENTOS PARA 1º JOGO DA NFL NO BRASIL

Terminal de cargas recebeu 45 toneladas de equipamentos que vieram dos Estados Unidos

Por Cássio Lyra [jcassio.lyra@redebeneews.com.br](mailto:jcassio.lyra@redebeneews.com.br)

O Terminal de Cargas (TECA) do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), recebeu no último final de semana uma carga especial composta por diversos equipamentos da NFL, liga profissional de futebol americano dos Estados Unidos, que vai realizar pela primeira vez na história um jogo no Brasil, na próxima sexta-feira (6).

Foram desembarcados no Terminal de Carga de Viracopos 20 paletes fechados, totalizando aproximadamente 45 toneladas de equipamentos, que foram transportados por um Boeing 767-300F, que decolou da cidade de Nova Jersey.



**Equipamentos para jogo da NFL vão retornar para os Estados Unidos também pelo terminal de Viracopos (Foto: Divulgação/Viracopos)**

Segundo informou a concessionária que administra o terminal, o retorno dos equipamentos aos EUA por Viracopos está previsto para o dia 7 de setembro. Ainda de acordo com a gestão, a chegada dos equipamentos consolida o Terminal de Carga de Viracopos como uma das principais portas de entrada de equipamentos de grandes eventos internacionais no Brasil. “Com uma infraestrutura moderna e uma equipe altamente capacitada, o terminal se destaca por sua expertise em operações logísticas para grandes volumes de carga, como as necessárias para grandes eventos internacionais”, pontua em comunicado.

### NFL no Brasil

O evento histórico será realizado na Neo Química Arena, estádio do Corinthians. O jogo será entre o Philadelphia Eagles e o Green Bay Packers.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/09/2024**

## NACIONAL - ANAC E ANP FIRMAM ACORDO PARA REGULAMENTAÇÃO DO SAF

Ideia é que grupo dure 5 anos e elabore controles técnicos e coletas de dados para mercado no País  
Por JÚNIOR BATISTA [junior.basta@redeneews.com.br](mailto:junior.basta@redeneews.com.br)



*Um fórum informal, denominado Conexão SAF, reunirá os principais representantes de setores da sociedade civil interessados no desenvolvimento de um mercado de SAF no país, ao lado das agências. Foto: Honeywell/Divulgação*

Foi publicado nesta quarta-feira (4), no Diário Oficial da União, o acordo de cooperação técnica

entre a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Com duração de 60 meses (5 anos), o acordo visa ao desenvolvimento de arcabouço regulatório para inserção dos combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) no Brasil.

Segundo a publicação, os objetivos são: reunir esforços para o desenvolvimento de metodologias para cálculo das intensidades de carbono dos SAFs e harmonização com os critérios da OACI; aprimorar controles atinentes à relação entre manutenção de aeronaves e abastecimento e qualidade dos combustíveis de aviação; viabilizar a atuação conjunta em discussões dos desafios técnicos, regulatórios, tributários, comerciais, produtivos e logísticos concernentes ao estabelecimento de um sólido mercado de SAF no Brasil; e viabilizar a criação e manutenção de base de dados de produção, importação, distribuição e preços de combustíveis de aviação, incluindo SAF, em território nacional.

Para isso, a ideia é ter um fórum informal, denominado Conexão SAF, com os principais representantes de setores da sociedade civil interessados no desenvolvimento de um mercado de SAF no país, participando ambas as Agências de sua gestão.

Uma vez que há relação entre ações da ANP e da ANAC em algumas atividades da regulação do setor aéreo, o acordo também prevê a disponibilização de informações que viabilizem a atuação conjunta de ambos os órgãos para criação de base de dados relativa à manutenção de aeronaves, movimentação e preços de combustíveis de aviação, em território nacional.

A celebração do acordo de cooperação técnica entre as duas agências está em linha com o Projeto de Lei nº 528/2020, denominado PL do Combustível do Futuro, que institui, entre outras iniciativas, o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV).

O Programa prevê a redução de emissões de gases de efeito estufa para o setor aéreo, a ser cumprido mediante utilização de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF).

O texto do PL, já aprovado na Câmara dos Deputados e em apreciação pelo Senado Federal, trará novas obrigações à ANP, dentre as quais o estabelecimento dos valores das emissões totais equivalentes das rotas tecnológicas de produção de SAF, observado o alinhamento metodológico à Organização de Aviação Civil Internacional – ICAO em relação aos requisitos de certificação para o SAF.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 04/09/2024

## REGIÃO NORTE - MPOR ASSINA CONTRATAÇÃO PARA DRAGAGEM DA HIDROVIA DO RIO AMAZONAS

Contrato foi assinado junto a DTA Engenharia, vencedora da licitação; investimentos são de R\$ 92,8 milhões

Da Redação [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)



**Assinatura para contratação de dragagem em trecho do Rio Amazonas aconteceu nesta quarta-feira, na sede do MPor, em Brasília (Foto: Divulgação/MPor)**

O Governo Federal anunciou nesta quarta-feira, 4, a vencedora da licitação para iniciar os trabalhos de dragagem da hidrovía do Rio Amazonas, que corresponde a um trecho de 200

quilômetros entre Manaus e o município de Itacoatiara. A expectativa é que os serviços já iniciem nos próximos dias.

A assinatura do contrato entre a empresa DTA Engenharia e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) ocorreu em Brasília com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, da secretária-executiva da pasta, Mariana Pescatori, do secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes, e do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery.

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o investimento total é de R\$ 92,8 milhões para o serviço. O montante faz parte do planejamento da pasta em investir cerca de R\$ 500 milhões nos próximos cinco anos a fim de permitir a navegabilidade segura durante todo o ano, desde a fronteira com Peru e Colômbia até Itacoatiara, um percurso fluvial de mais de 1500 quilômetros de distância.

Costa Filho destacou que o objetivo principal com o acordo é recuperar permanentemente a capacidade de navegação dos rios da região amazônica. “Estamos empenhados em garantir a navegabilidade dos rios durante todo o ano, pois eles são essenciais para o transporte de pessoas, bens de primeira necessidade e o escoamento de mercadorias”, disse.

Dino Antunes afirmou que os trabalhos de dragagem serão iniciados nos próximos dias, e deverão minimizar os impactos da região. “Hoje nós demos continuidade ao processo iniciado há alguns meses. Por meio dessa assinatura, estamos garantindo a contratação do serviço de dragagem para os próximos cinco anos. Isso vai garantir que não haja sobressaltos nos próximos anos. Nos próximos dias vamos emitir a ordem de serviço, o que vai viabilizar o início dos trabalhos”, pontuou o secretário.

### **Trabalhos para mitigação**

Em junho deste ano, o Ministério de Portos e Aeroportos assinou editais de contratação para serviço de dragagem em quatro trechos dos rios Amazonas e Solimões.

Além do trecho Manaus-Itacoatiara, serão contemplados, Coari-Codajás, Benjamin Constant-Tabatinga, e Benjamin Constant-São Paulo de Olivença.

Apesar da extensão abrangida pelos contratos, a dragagem é feita apenas em pontos específicos, chamados de passos críticos. Esses trechos foram identificados e definidos após uma inspeção técnica do Dnit, realizada no mês de abril.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/09/2024**

## **AEROPORTOS - GOL RETOMA VOOS DIRETOS ENTRE O RIO DE JANEIRO E MONTEVIDÉU**

A rota é sazonal e retorna durante o segundo semestre deste ano para a temporada de verão

Da Redação [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)





**A partir de 28 de outubro, serão 4 decolagens semanais, nos dois sentidos, que chegam para suprir a demanda aquecida do verão. Foto: Divulgação/Gol**

A rota Rio de Janeiro-Montevideu, que é sazonal, retorna neste segundo semestre para a temporada de verão. No período entre 1º de setembro e 26 de outubro, a GOL Linhas Aéreas retoma os voos sem escala entre um dos principais cartões postais do País e a capital uruguaia, de início com 3 frequências semanais de ida e volta. A partir do fim de outubro, incluindo o período que encampa a alta temporada de verão 2024/2025, a rota ganha 4 voos semanais, nos dois sentidos.

Os novos voos entre o Aeroporto Internacional Tom Jobim, o RIOgaleão (GIG), e o Aeroporto Internacional de Carrasco (MVD) representam uma maior presença da GOL no Uruguai e uma diversificação da oferta de voos da Companhia no já movimentado RIOgaleão, no período noturno. Além disso, são operações que, a partir de setembro, virão a complementar a disponibilidade de voos diurnos e regulares da GOL rumo ao país vizinho, a partir do aeroporto de São Paulo/Guarulhos (GRU).

Entre os dias 1º e 14 de setembro, são 3 saídas semanais diretas entre o Rio e Montevideu. A ida acontece às quartas, sextas e domingos, e a volta, às segundas, quintas e sábados. De 18 de setembro a 26 de outubro, as frequências ao Uruguai recuam para 2 semanais, partindo da capital fluminense às quartas e sextas, com retorno às quintas e sábados.

Já a partir de 28 de outubro de 2024, passam a valer 4 decolagens semanais, nos dois sentidos, que chegam para suprir a demanda aquecida do verão. As saídas do RIOgaleão acontecem às segundas, quartas, sextas e domingos, enquanto a volta de Montevideu, às segundas, terças, quintas e sábados.

A pouco mais de três horas de voo do Rio, o Uruguai é um destino próximo do Brasil com atrativos que vão da natureza e tradições culturais aos vinhos, às carnes e às compras. É fácil, pois dispensa os brasileiros de apresentarem o passaporte para a entrada no país – basta o RG. Montevideu, a capital, ainda é um conveniente ponto de partida para cidades próximas aclamadas pelos turistas brasileiros, como o balneário de Punta del Este e a Colônia do Sacramento.

“A América do Sul é um mercado tradicional para a GOL, e Montevideu é parte importante disso. Estamos animados em ampliar a oferta internacional para a Cidade Maravilhosa, contribuindo com o aumento do turismo, dos negócios e do comércio fluminense. A opção de viajar a Montevideu também a partir do Rio de Janeiro, e não apenas de São Paulo/Guarulhos, é uma forma de diversificarmos a nossa malha aérea internacional no Rio de Janeiro e oferecermos novas e cômodas conexões aos Clientes uruguaios que desembarcam no Brasil”, afirmou Bruno Balan, gerente executivo de Planejamento de Malha Aérea da GOL.

Os voos são operados com as aeronaves Boeing 737 da GOL, que em configuração internacional têm capacidade para 176 passageiros.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 04/09/2024

## REGIÃO SUDESTE - NEVOEIRO ENCOBRE O LITORAL DE SP E FECHA CANAL DO PORTO DE SANTOS

Capitania dos Portos informou que visibilidade de navegação está abaixo de 500m

Da Redação [redacao.jornal@redbenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redbenews.com.br)



***Câmeras da Praticagem mostram nevoeiro encobrindo a cidade de Santos na manhã desta quarta-feira (4) (Foto: Divulgação)***

Um forte nevoeiro encobriu a costa de Santos na manhã desta quarta-feira (4). Por questões de segurança, o canal do Porto de Santos ficou fechado por cerca de 5 horas.

De acordo com a Autoridade Portuária de Santos (APS), o canal foi fechado para o tráfego de navios a partir das 5h10. Posteriormente, a APS informou que a navegação no canal foi retomada às 10 horas.

Além disso, a travessia de balsas e barcas, entre os municípios de Santos e Guarujá, também teve de ser suspensa durante a manhã em razão do mau tempo.

A Capitania dos Portos de São Paulo informou que a visibilidade de navegação ficou abaixo da marca dos 500 metros, sendo assim, causando a condição de impraticabilidade no canal do maior complexo portuário do país.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/09/2024**

## **NACIONAL - REUNIÃO PARTICIPATIVA DA ANTAQ DISCUTE AGENDA REGULATÓRIA 2025-2028**

Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)



***Segundo informou a agência, ainda serão realizadas mais duas reuniões participativas envolvendo o tema (Foto: Divulgação/Antaq)***

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) promoveu na terça-feira (3) uma reunião participativa focada na discussão sobre Navegação Marítima, no contexto da Proposta de Agenda Regulatória 2025-2028. A agenda regulatória é uma ferramenta que prioriza e planeja os temas regulatórios da agência, visando o aprimoramento dos processos, aumentando a transparência e conferindo previsibilidade às ações da Antaq.

O diretor-geral, Eduardo Nery, que foi o responsável pelo processo que autorizou a realização da reunião participativa, ressaltou que “a Agenda Regulatória é um instrumento de planejamento para a agência e permite que o regulado se programe para contribuir para as regulações que serão elaboradas ao longo dos anos”. Ele acrescentou que a agenda é “uma forma de garantir previsibilidade, estabilidade regulatória e segurança jurídica”. Os diretores Flávia Takafashi e Wilson Lima Filho também destacaram a relevância da Agenda Regulatória.

O evento ocorreu na sede da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro (RJ), e contou com quatro contribuições presenciais. Esta foi a primeira de três reuniões. As próximas abordarão os outros dois grandes temas da Agenda Regulatória 2025-2028. Uma delas será sobre instalações portuárias, marcada para ocorrer em São Paulo, no próximo dia 17. A outra tratará da navegação interior e será realizada em Manaus (AM) no dia 3 de outubro.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/09/2024**

## BAHIA ECONÔMICA - BA

### MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES VAI LANÇAR PROJETO DE PPP FERROVIÁRIA E BAHIA TERÁ UM DOS PRIMEIROS PROJETOS. VEJA DETALHES

Redação - 04/09/2024 19:40 - Atualizado 04/09/2024



O plano que o Ministério dos Transportes vai lançar um plano ferroviário que tem como um dos pilares um novo modelo de financiamento, que se assemelha a uma PPP (Parceria Público-Privada) com aporte inicial, que depende de recursos que virão de outorgas das ferrovias existentes. Agora que a Vale já tem novo presidente e as possibilidades de acordo para a renovação das ferrovias aumentaram o lançamento ficou mais próximo.

No plano estão previstos oito projetos de PPP ferroviária e um deles envolve diretamente a Bahia.

Um dos projetos mais avançados para ter suas consultas públicas levadas ao mercado é o do corredor Fico-Fiol (Ferrovias de Integração Centro-Oeste/Oeste-Leste), que uniria as concessões da Fico I e II, e Fiol II e III.

A conexão entre essas duas ferrovias potencializa o corredor logístico que atravessa o Brasil de oeste a leste, facilitando o transporte de cargas do Centro-Oeste, como soja e milho, até os portos do Nordeste. A interseção entre as ferrovias ocorre na região de Barreiras (BA), permitindo que produtos do Mato Grosso e Goiás sejam direcionados eficientemente para exportação por meio de portos da Bahia.

Outro projeto adiantado é o da EF-118, estrada de ferro que liga o Espírito Santo à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (AI)

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 04/09/2024

### BANCO CENTRAL: PACHECO AGENDA PARA 8 DE OUTUBRO VOTAÇÃO DE GALÍPOLO NO PLENÁRIO

Por LUIZA SANTOS - 04/09/2024 18:33

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, anunciou nesta quarta-feira (4) que a indicação do economista Gabriel Galípolo para o cargo de presidente do Banco Central será votada em Plenário dia 8 de outubro, após as eleições municipais.



— Quero destacar o nosso reconhecimento sobre a boa qualidade do indicado, o qual conviveu conosco aqui, inclusive em discussões relevantes como a da reforma tributária. E, naturalmente, nesse tempo, terá o Gabriel Galípolo a oportunidade de estar com todos os senadores e senadoras para apresentar o seu pensamento sobre a política monetária, os seus pensamentos para o Banco Central do Brasil — explicou o presidente do Senado.

Pacheco pediu ao senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO),

presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que também agende a sabatina do indicado no colegiado para antes de 8 de outubro.

Os senadores Marcos Rogério (PL-RO) e Esperidião Amin (PP-SC), entretanto, pediram a Pacheco que a data da votação seja definida para a terceira semana de outubro, para dar tempo do indicado ser recebido por todos os senadores, especialmente os da oposição.

Os senadores Jaques Wagner (PT-BA), Rogério Carvalho (PT-SE) e Randolfe Rodrigues (PT-AP) apoiaram a definição de Pacheco e aproveitaram para elogiar Galípolo.

Na segunda-feira (2), o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, enviou ao Senado a mensagem que indica Gabriel Galípolo para a presidência do BC. Ele vai substituir Roberto Campos Neto, que tem mandato até o fim de 2024.

De acordo com o art. 52 da Constituição Federal, toda indicação para a diretoria do BC precisa passar pelo Senado, com sabatina e votação na CAE e, em seguida, votação no Plenário. As votações são secretas.

Galípolo é o atual diretor de Política Monetária do Banco Central. Ele foi sabatinado na CAE e sua indicação confirmada no Plenário do Senado em julho de 2023. Galípolo também foi secretário-executivo do Ministério da Fazenda no início da gestão do ministro Fernando Haddad.

Roberto Campos Neto tomou posse em 2019, no início do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Durante a sua gestão, a lei da autonomia do Banco Central, que teve origem em projeto do senador Plínio Valério (PSDB-AM), entrou em vigor (Lei Complementar 179, de 2021), garantindo mandatos de quatro anos para presidente e diretores do órgão. Já no governo Lula, Campos Neto recebeu críticas pela prática de juros elevados, que estariam travando, de acordo com seus críticos, entre eles o presidente da República, a reindustrialização do país e a retomada do crescimento econômico.

*Fonte: Bahia Econômica*

*Data: 04/09/2024*

## OBRAS DA BYD ESTARÃO PRONTAS PARA RECEBER LINHA DE PRODUÇÃO EM OUTUBRO. PRÉDIOS RESIDENCIAIS JÁ ESTÃO EM CONSTRUÇÃO. VEJA O ANDAMENTO

*Redação - 04/09/2024 09:00 - Atualizado 04/09/2024*



As obras do galpão de 120 mil metros quadrados, o ponto de partida da fábrica da BYD em Camaçari (BA), estarão concluídas em outubro deste ano, e a construção estará pronta para receber a primeira linha de produção, de onde, ainda neste ano, sairão os primeiros veículos da marca montados no Brasil.

A informação é do vice-presidente da BYD Brasil, Alexandre Baldy, que afirmou que na fábrica, os carros elétricos serão montados inicialmente com kits de peças que virão da China. Segundo ele, o equipamento da linha de montagem já está no mar, a caminho, vindo da Ásia. A nacionalização só começará em 2025, incluindo fornecedores de componentes para veículos híbridos movidos a etanol.

O vice-presidente disse que cerca de 1,2 mil pessoas trabalham hoje no local e que a antiga fábrica da Ford está passando por uma transformação gigante. Em Camaçari, trabalham não só operários da construção, mas também técnicos e engenheiros dedicados ao desenvolvimento de produtos e em setembro 100 brasileiros embarcarão para a China e, no sentido inverso, chineses também têm vindo para o Brasil.

Em Camaçari também já começaram as obras de construção de prédios residenciais, onde os funcionários poderão morar. Trata-se de um modelo que a companhia já adota em sua sede, em



Shenzhen, China. As moradias ficarão a 3,5 quilômetros da fábrica, em área de 81 mil metros quadrados e terão capacidade para 4,2 mil pessoas.

A preocupação do executivo é com as montadoras veteranas, que têm se mobilizado contra a concorrência chinesa sob a alegação de que essas empresas produzem na China com subsídios e tentam convencer o governo brasileiro a antecipar o aumento do Imposto de Importação para carros híbridos e elétricos, mas o governo já decidiu pelo aumento gradual do imposto, entre janeiro deste ano e julho de 2026, quando, então, entrará em vigor a alíquota máxima, de 35%, para todos os tipos de carros.

Segundo Baldy, hoje, sete de cada dez veículos 100% elétricos vendidos no país são da BYD, que já ocupa a décima posição, com 3% das vendas de veículos leves em agosto, segundo dados da Fenabrave. (Veja aqui).

E destaca também que a marca também tem sido agressiva na escolha de grupos sólidos para a nomeação de concessionárias. Segundo Baldy, o plano é elevar das atuais 130 para 250 concessionárias até o fim de 2025. A informações foram dadas por Baldy ao jornal Valor Econômico

*Fonte: Bahia Econômica*

*Data: 04/09/2024*



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### CONEXÃO SOPESP – FLÁVIO DA ROCHA COSTA, DIRETOR DE LOGÍSTICA DA ELDORADO BRASIL FALA SOBRE O PRIMEIRO ANO DE OPERAÇÕES DO TERMINAL PORTUÁRIO EBLOG

*Informações: Conexão SOPESP (04 de setembro de 2024)*

Flávio da Rocha Costa, diretor de logística da Eldorado Brasil, é o convidado especial do próximo episódio do **Conexão SOPESP**.

Em uma conversa leve e descontraída com Vanessa Martins e Ricardo Molitzas, diversos temas serão explorados, incluindo o primeiro ano de operações da Eldorado Brasil Celulose no terminal portuário Eldorado Brasil Logística (EBLog), a geração de empregos por meio do Terminal EBLog, a entrega de estruturas e equipamentos públicos, e a recente inauguração do novo viaduto e do viário interno que beneficia o cluster de celulose no Porto de Santos.

#### **ASSISTA :**

<https://youtu.be/vSNUpKK0crY>

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 04/09/2024*

## GOVERNO DE SP DÁ INÍCIO À OPERAÇÃO DO PRIMEIRO PÓRTICO FREE FLOW DO ESTADO

*Informações: ARTESP (04 de setembro de 2024)*

As praças de Itápolis e Jaboticabal, na SP-333, serão as primeiras a receber a nova tecnologia de pedágio eletrônico, facilitando o fluxo de veículos nas rodovias paulistas

O Governo de São Paulo dá início à operação do free flow no Estado. A partir desta quarta-feira (4), a praça de pedágio de Itápolis, na Rodovia Carlos Tonani, Nemésio Cadetti e Laurentino Mascari (SP-333) passa a operar com a nova tecnologia, substituindo o modelo tradicional.



A ação faz parte do Programa Siga Fácil SP, que tem como objetivo promover a implementação do free flow, que é um sistema automático para cobrança da tarifa por meio de pórticos, nas rodovias estaduais concedidas à iniciativa privada. O investimento no primeiro pórtico foi de R\$ 17,5 milhões.

A implantação do sistema faz parte do contrato firmado pela ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo, o Governo do Estado e a concessionária EcoNoroeste, responsável pela administração do trecho concedido. Em Itápolis, o pórtico está instalado no km 179 da rodovia. Já a praça de Jaboticabal, localizada no km 110 da mesma rodovia, tem a implantação do sistema previsto para ocorrer ainda este ano.

A ARTESP reforça que o novo sistema trará mais agilidade e fluidez no tráfego das rodovias paulistas. Até 2030, todas as praças de pedágio do trecho sob concessão da EcoNoroeste serão substituídas, de maneira gradual, por pórticos de cobrança automática.

Essas estruturas, que substituirão as tradicionais praças de pedágio, são equipadas com tecnologia avançada para a leitura e identificação dos veículos, possuindo um sistema de câmeras, antenas e sensores, que permitem que os usuários sigam viagem sem precisar parar em cabines ou reduzir a velocidade.

### **Benefícios**

O free flow se destaca como uma solução inovadora que visa aprimorar a experiência dos usuários nas rodovias, proporcionando mais fluidez, segurança e comodidade. O sistema elimina a necessidade de paradas em praças de pedágio, otimizando o tempo de viagem, além de trazer um impacto positivo no meio ambiente.

A eliminação das paradas e da marcha lenta dos veículos nas praças de cobrança diminui as emissões de poluentes, contribuindo para o meio ambiente. É menos combustível consumido e, conseqüentemente, menos gases lançados na atmosfera. Para os usuários que possuem adesivos (tag) instalados nos veículos, o valor da tarifa é debitado de forma direta, sem a necessidade de interação direta do motorista.

Além de proporcionar mais agilidade e conforto nas viagens, os usuários que optarem pelo pagamento com a tag receberão desconto de 5% no valor da tarifa, além do benefício do Desconto de Usuário Frequente (DUF), exclusivo para carros.

### **Meios de pagamento**

Para quem possui uma tag ativa, o veículo será identificado nos pórticos da mesma forma que acontece atualmente nas pistas automáticas das cabines atuais e a cobrança da tarifa será realizada automaticamente.

Os usuários que não tiverem o dispositivo, ao passar pelo sistema automático de cobrança, a placa e o veículo serão identificados pelas câmeras do pórtico que irá, posteriormente, gerar uma guia de pagamento. De acordo com a legislação vigente, a quitação do valor deve ser efetuada em até 15 dias nos canais disponibilizados pela concessionária. Confira as opções:

- Site da concessionária;
- Aplicativo (disponível para sistemas iOS e Android);
- WhatsApp: 0800 326 3663;
- Presencialmente nos Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) da SP-333.

Os pagamentos no SAU poderão ser feitos com cartão de crédito, débito, pix e dinheiro. Nessa opção, o usuário poderá ter o auxílio uma atendente ou poderá ser via totem de autoatendimento.

### **Descontos tarifários**

Os veículos de passeio e comerciais possuem descontos em cada passagem com uma tag válida, podendo variar de 5% a 96%. Entenda os descontos:

**Desconto de Usuário Freqüente (DUF):** Disponível apenas para veículos de passeio, os descontos são aplicados a partir da segunda passagem por uma mesma praça de pedágio, no mesmo sentido e dentro do mesmo mês. Esse benefício concede uma redução adicional e progressiva sobre o valor da última tarifa paga. Ao chegar a 30ª passagem, o valor com o desconto permanece fixo até o último dia do mês.

**Desconto Básico da Tarifa (DBT):** Em todas as passagens é aplicado um desconto de 5% na tarifa de veículos comerciais e de passeio, incluindo reboque e semirreboque, se houver.

### **Multa por evasão**

O não pagamento da tarifa é considerado infração grave de trânsito pelo CTB (Código de Trânsito Brasileiro) com uma multa de evasão no valor de R\$ 195,23 e cinco pontos na carteira de habilitação.

Para garantir uma viagem tranquila e evitar autuações, é fundamental que os usuários planejem sua rota antecipadamente, verificando as tarifas ao longo do trajeto e os métodos de pagamento aceitos pelas respectivas concessionárias. Além disso, ao utilizar as pistas automáticas, os motoristas devem certificar-se de que seus dispositivos eletrônicos estão devidamente liberados para cobrança e obedecer às regulamentações de velocidade e distância, assim como às sinalizações de passagem e cancela.



### **Ver página da empresa de Grupo EcoRodovias, gráfico Grupo EcoRodovias**

Free Flow chega à SP-333: mais agilidade e comodidade para os motoristas. A partir de amanhã, 4 de setembro, a experiência de viajar pela rodovia SP-333 será revolucionada com a chegada do Free Flow, o sistema de pedágio eletrônico. Itápolis será a primeira cidade do interior paulista a adotar essa tecnologia, seguida por Jaboticabal em novembro.

Com o Free Flow, os motoristas poderão passar pelos pórticos sem precisar parar, garantindo mais agilidade e fluidez no trânsito. O pagamento pode ser realizado de forma automática por meio de TAG ou em diversos canais disponibilizados pela concessionária EcoNoroeste.

Saiba mais em: [https://lnkd.in/dvAgg\\_8S](https://lnkd.in/dvAgg_8S)

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 04/09/2024

## **IBL E FRENLOGI ACOMPANHAM REUNIÃO DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA DO SENADO QUE APROVOU PL DOS COMBUSTÍVEIS DO FUTURO**

**Informações: IBL (04 de setembro de 2024)**

Nesta terça-feira (03) o Instituto Brasil Logística (IBL) e a Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura do Congresso Nacional (FRENLOGI) acompanharam a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Na ocasião, os parlamentares aprovaram, em votação simbólica, o Projeto de Lei 528/2020, dos combustíveis do futuro.

O IBL e a FRENLOGI apoiam o PL, que deverá tramitar em regime de urgência no Plenário.

A proposta, que teve o relatório do deputado federal Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP), membro da FRENLOGI, aprovado na Câmara dos Deputados, cria programas nacionais de diesel verde, de combustível sustentável para aviação e de biometano, além de aumentar a mistura de etanol e de biodiesel à gasolina e ao diesel, respectivamente.



O texto recebeu parecer favorável do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), também membro da FRENLOGI, que analisou 13 emendas, das quais uma foi acatada por completo, cinco parcialmente e as demais, rejeitadas.

Entre as principais alterações propostas por Veneziano, está a emenda sugerida pelo senador Fernando Farias (MDB-AL), que incentiva o uso de matérias-primas produzidas pela agricultura familiar na produção dos biocombustíveis.

Pela matéria, o novo percentual de mistura de etanol à gasolina será de 27%, podendo variar entre 22% e 35%. Atualmente, a mistura pode chegar a 27,5%, sendo, no mínimo, de 18% de etanol.

Quanto ao biodiesel, que é misturado ao diesel de origem fóssil no percentual de 14% desde março deste ano, poderá ser acrescentado um ponto percentual de mistura anualmente, a partir de março de 2025, até atingir 20% em março de 2030. Ainda de acordo com o texto, caberá ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definir o percentual da mistura, que poderá ficar entre 13% e 25%.

Para assegurar a qualidade do óleo diesel, um regulamento definirá a metodologia para a adoção de um sistema de rastreamento dos combustíveis do ciclo diesel em todos os elos da cadeia produtiva.

A adição voluntária de biodiesel em percentual superior ao fixado será permitida para determinados usuários listados no projeto, devendo isso ser informado à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP):

- transporte público;
- transporte ferroviário;
- navegação interior e marítima;
- frotas cativas;
- equipamentos e veículos usados em extração mineral;
- na geração de energia elétrica; e
- tratores e maquinários usados na agricultura.

Outra novidade é de que a ANP regulará e fiscalizará os combustíveis sintéticos (como os produzidos a partir de processos termoquímicos e catalíticos), que podem substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil.

O projeto também incumbe a ANP de regular a atividade da indústria da estocagem geológica de CO<sub>2</sub> e autoriza a Petrobras a atuar nas atividades relacionadas à movimentação e estocagem de CO<sub>2</sub>, à de transição energética e à de economia de baixo carbono.

Para estabelecer as mudanças, o PL altera quatro leis: a Lei 9.478, de 1997, que regula o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo; a Lei 9.847, de 1999, que fiscaliza o abastecimento nacional de combustíveis; a Lei 8.723, de 1993, que trata da redução de emissão de poluentes por automóveis; e a Lei 13.033, de 2014, que trata da adição obrigatória de biodiesel ao diesel.

### **Com informações da Agência Senado**

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 04/09/2024

## **PROJETO DO GOVERNO AUTORIZA CRIAÇÃO DE COMPANHIA DOCAS DE ALAGOAS**

Informações: Agência Porto (04 de setembro de 2024)

O Projeto de Lei 3034/24, do Poder Executivo, cria a Companhia Docas de Alagoas, empresa pública que vai administrar o Porto de Maceió. A estatal será vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos. A Câmara dos Deputados analisa a proposta.





A nova empresa será criada a partir da cisão da Companhia Docas Rio Grande do Norte (Codern), que hoje responde pelo Porto de Maceió, além dos portos de Natal e de Areia Branca (RN).

O governo alega que a criação da Companhia Docas é importante para consolidar o processo de expansão do Porto de Maceió. Além disso, a medida atende à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU).

O Porto de Maceió conta hoje com áreas de movimentação e armazenagem, além de um terminal de passageiros e sete berços de atracação (seis operantes). Entre os principais produtos transportados no porto estão açúcar, adubo e gasolina.

### Deliberação

Pelo projeto, a cisão parcial da Codern ocorrerá por meio de deliberação da assembleia geral da companhia. Como etapa prévia, fica autorizada a constituição de uma subsidiária da Codern para administrar o Porto de Maceió.

A subsidiária funcionará como uma medida de transição, segundo o governo, até a constituição legal da companhia docas alagoana, e transferência de todo o patrimônio, contratos e convênios para a nova empresa.

### BNDES

O texto autoriza ainda a União a contratar, sem licitação, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar a reestruturação de estatais, incluindo as companhias docas.

O governo afirma que a medida permitirá que o banco realize estudos para a recomposição do papel estratégico e da sustentabilidade econômico-financeira dos portos federais. Pelo projeto, o BNDES poderá contratar consultorias privadas para a elaboração dos estudos.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo  
Data: 04/09/2024*

### LICENCIAMENTO 2024 CHEGA ÀS PLACAS 5 E 6 EM SETEMBRO NO ESTADO DE SP

*Informações: Governo do Estado de SP (04 de setembro de 2024)*

O calendário do licenciamento 2024 teve início em julho, com placas de final 1 e 2; em outubro, será a vez das placas de final 7 e 8

Já está aberto o licenciamento obrigatório das placas de final 5 e 6 de veículos de passageiros, ônibus, reboque e semirreboque, no estado de São Paulo. O calendário do licenciamento 2024 teve início em julho, com placas de final 1 e 2. Em outubro, será a vez das placas de final 7 e 8. O cronograma, definido pela Portaria nº 17/2023, estipula prazo diferente para os veículos de carga (caminhão e trator), de setembro a dezembro. Confira o calendário completo do licenciamento 2024 abaixo.

“É importante ficar atento ao prazo de cada placa, pois o calendário não será estendido neste ano”, diz Lucas Papais, diretor de Atendimento ao Cidadão do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP), órgão vinculado à Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD).

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo  
Data: 04/09/2024*



## JORNAL O GLOBO – RJ

### IGUÁ VENCE LEILÃO DE SANEAMENTO DE SERGIPE COM OFERTA DE R\$ 4,5 BILHÕES

Proposta representou ágio de 122,6% de valor mínimo colocado em edital  
*Por Juliana Causin — São Paulo*



**Sergipe espera levantar R\$ 6,3 bilhões em investimento com leilão de saneamento — Foto: Deso/Divulgação**

Em uma disputa com as principais operadoras de saneamento do país, a Iguá saiu vencedora do leilão de saneamento de serviços de água e esgoto do estado de Sergipe. A oferta foi de R\$ 4,53 bilhões, o que representou um ágio de 122,6%.

O leilão teve participação também da BRK e da Aegea, que lideraram consórcios que apresentaram propostas de R\$ 3,2 bilhões e R\$ 3,6 bilhões, respectivamente. Chamou a atenção do mercado a entrada do Pátria, sem uma parceria com operadores tradicionais do setor. O fundo de investimento ofereceu a menor proposta, de R\$ 2,7 bilhões.

Pelo edital, o vencedor seria aquele que apresentasse o maior valor de oferta. A outorga mínima definida foi de R\$ 2 bilhões.

A previsão de investimentos, ao longo dos 35 anos da concessão, é de R\$ 6,3 bilhões. Nos primeiros dez anos serão destinados R\$ 4,7 bilhões. Com o leilão, o governo estadual espera que os 74 municípios cheguem a 90% da cobertura dos serviços nos próximos nove anos, dentro do prazo previsto para a universalização desses serviços no país.

Fundada em 2017, a Iguá opera em 27 municípios de seis estados (Alagoas, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro). As 16 concessões, ao todo, atendem 3 milhões de pessoas, sendo a principal delas no Rio do Janeiro.

#### Só um município de fora

O projeto de Sergipe, que teve modelagem conduzida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), feita em bloco único, abrange o atendimento a 2,3 milhões de pessoas contempladas na Microrregião de Água e Esgoto de Sergipe (Maes). O único município do estado que não entrará na concessão é o de Capela, de 31 mil habitantes.

Essa será a maior a maior concessão da Iguá em número de pessoas atendidas. Nos próximos seis meses após celebração do contrato, haverá uma fase de transição da operação para a concessionária. Roberto Correa Barbuti, CEO da Iguá, afirmou que "em breve" a empresa vai apresentar detalhes de como levantará os recursos para os investimentos previstos:

— O que eu antecipei é que será um componente de aporte de capital dos acionistas, um aporte que já está aprovado, e financiamento. Já temos bancos financiadores que nos deram uma garantia firme para essa oferta. A estrutura de financiamento, naquilo que é possível estar pronto no momento, está pronto.

Barbuti disse, que após o leilão, a Iguá irá analisar "com muito cuidado" próximos projetos de saneamento. Entre os elementos atrativos para a concessão de Sergipe estão o potencial de avanço na cobertura de esgotamento no estado e de ganho de eficiência com a redução de perdas na distribuição de água, acrescentou o executivo.

A cobertura de água em Sergipe, em 2022, era de cerca de 91% e a de esgoto de aproximadamente 35%, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Já o índice de perda de águas é superior a 50% e terá que ser reduzido a 25%, pelas regras do contrato.

A concessão é parcial. No caso da água, vai incluir apenas o sistema chamado de downstream, que abrange a distribuição aos usuários finais. A Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) seguirá responsável pela operação da captação e tratamento de água. A relação entre a Deso e o concessionário será regida por um contrato que será celebrado nos próximos 60 dias.

### **Recursos para universalização de serviços**

Sem a concessão, a Deso não teria capacidade de investimento necessária para atingir a meta, até 2033, de universalização dos serviços de água e esgoto prevista no Marco Legal do Saneamento, afirmou o governador de Sergipe, Fábio Mitidieri (PSD). Ele comemorou o resultado e disse que haverá um "acompanhamento firme" da agência reguladora sobre os serviços.

— A empresa, ao longo do tempo, perdeu sua capacidade de investimento [...]. Ela jamais conseguiria atingir (os investimentos necessários) sem uma parceria público-privada como essa — afirmou Mitidieri. — A gente espera que a empresa atenda a tudo aquilo que está no edital e ao que a população espera, o que o Estado infelizmente ao longo de décadas não conseguiu atender.

O especialista em saneamento e gestão da água, Percy Soares Neto, diretor da Ikigai Consultoria, avalia que a disputa foi um farol para o que chama de "um novo ciclo" para concessões de saneamento no país, depois de um período de desaceleração no ritmo de estruturação de projetos. No radar, estão as concessões principalmente no Pará e em Pernambuco, com leilões previstos para o primeiro trimestre de 2025.

### **Fiscalização é desafio**

Para Soares Neto, o ágio do leilão (a diferença do valor inicial mínimo proposto para o montante da oferta vencedora) mostra que o certame foi bem-sucedido. Ele destaca que o modelo de concessão parcial, com a Deso como responsável pelo captação e tratamento de água, é bem visto pelo mercado.

— Agora existe uma responsabilidade imensa para a Iguá de performar e compor o financiamento do projeto, com um um Capex (investimento) importante. Já o estado vai precisar garantir a regulação e fazer com que as regras do contrato sejam cumpridas. Para os outros estados, fica o recado que um leilão bem modelado faz a diferença.

O projeto estima a contratação de 20 mil empregos diretos e indiretos para o setor de saneamento no estado. Caberá à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Agrese) fiscalizar os serviços concedidos.

A estrutura que divide a operação de água (com o setor privado responsável pela distribuição e as companhias estaduais pela captação) já foi "validado" em outras concessões, como do Rio Janeiro e do Alagoas, avalia Fernando Gallacci socio de infraestrutura do Souza Okawa Advogados.

— Isso ajuda, de certa forma, a organizar os investimentos. Tem um porém nesse tipo de contrato que é o fato dele ter um potencial de gerar renegociações a frente, caso a companhia estadual não consiga cumprir com as obrigações de fornecimento de água. O ponto positivo é que permite que o privado foque na operação comercial ao passo que também traz uma racionalização da participação público e privada.



Fernando Vernalha, advogado especialista em infraestrutura, diz que a estruturação do projeto colaborou para que o leilão tivesse um “bom nível de competição”. Ele cita que o contrato traz uma distribuição de riscos equilibrada e estipula bons mecanismos de enforcement, para garantir o cumprimento dos termos da concessão.

— O bom resultado deste leilão reflete também as mudanças estruturais que vêm sendo implementadas no setor de saneamento com o objetivo de ampliar a participação privada na operação destes serviços — acrescenta Vernalha.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 04/09/2024*

## **ANEEL MUDA BANDEIRA TARIFÁRIA PARA VERMELHA NÍVEL 1 APÓS CORREÇÃO DE DADOS DO ONS; AUMENTO NA CONTA DE LUZ SERÁ MENOR**

Operador inseriu dados incorretos de uma usina termelétrica  
*Por Eliane Oliveira — Brasília*

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mudou a bandeira tarifária nas contas de luz de setembro. No lugar de bandeira vermelha 2, foi acionada a bandeira vermelha 1. Dessa forma, o aumento nas contas de luz dos brasileiros neste mês será menor.

Mais cedo, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, já havia dito que poderia haver uma revisão na decisão da agência.

A mudança foi causada por uma "correção" de informações do Programa Mensal de Operação (PMO), de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema (ONS).

"Diante dessa alteração, a Aneel solicitou para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) avaliação das informações e recálculo dos dados, o que indicou o acionamento da bandeira vermelha patamar 1", disse a Aneel em nota.

Além disso, a diretoria da Aneel definiu que serão instaurados processos de fiscalização para auditar os procedimentos dos agentes envolvidos na definição da PMO e cálculo das bandeiras.

- A bandeira vermelha no patamar 1 significa um acréscimo de R\$ 4,463 para cada 100 quilowatt-hora consumidos.
- A bandeira vermelha 2 é a maior do sistema e significa um adicional de R\$ 7,877 para cada 100 quilowatt-hora consumidos.

A mudança vem após o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) informarem ao mercado terem identificado uma “inconsistência” nos dados que foram usados pela Aneel para definir a bandeira vermelha 2, na semana passada. Essa inconsistência ocorreu na inserção de dados de uma termelétrica.

Segundo os órgãos, isso impactou o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que é o custo da energia no mercado à vista. O PLD foi determinante para a Aneel decidir pela bandeira vermelha, o maior patamar na escala da agência. Esses dados foram corrigidos, diz o ONS.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 04/09/2024*

## **GM INVESTE R\$ 5,5 BI EM SÃO PAULO, VAI TRAZER MODELO INÉDITO CHEVROLET E DESENVOLVER HÍBRIDOS FLEX**

'Brasil será o primeiro mercado de híbrido flex do mundo', afirma Shilpan Amin, presidente da GM Internacional

*Por João Sorima Neto — São Paulo*



**Complexo industrial da GM em São Caetano do Sul: montadora vai investir um total de R\$ 7 bilhões no Brasil — Foto: Divulgação**

A General Motors revelou que dos R\$ 7 bilhões de investimentos no Brasil previstos no ciclo 2024/2028, R\$ 5,5 bilhões serão destinados às unidades de São Paulo. O R\$ 1,2 bilhão restante já foi direcionado para a fábrica de Gravataí, no Rio Grande do Sul, e R\$ 300 milhões deverão ser investidos na fábrica de motores de Joinville, em Santa

Catarina.

Rory Harvey, vice-presidente executivo e presidente de Mercados Globais da General Motors, fez o anúncio no Centro Tecnológico da GM, em São Caetano do Sul, no ABC paulista.

— Estamos trabalhando no desenvolvimento de veículos elétricos, conectividade em soluções para carros autônomos. E a América do Sul não será exceção, e especialmente o Brasil — disse o executivo.

O Brasil é um dos três maiores mercados globais para os veículos da GM e, segundo afirmou Harvey, o país terá veículos globais da marca, além de trazer um modelo com design específico desenvolvido para os consumidores brasileiros.

Os recursos serão alocados em produção e desenvolvimento de novas tecnologias para o mercado local, como os motores híbridos flex (a etanol e gasolina).

Além da fábrica de São Caetano, a GM tem mais cinco unidades no estado, incluindo a fábrica de São José dos Campos, o Centro Tecnológico e o campo de provas em Indaiatuba, além de unidades em Sorocaba, onde há um centro logístico, e Mogi das Cruzes, onde são produzidos componentes estampados para as linhas de montagem.

— Serão feitas atualizações das instalações e o desenvolvimento de híbridos flex — disse Harvey.

A ideia da GM é trazer um modelo inédito da marca Chevrolet no Brasil, mas a montadora não revelou qual será esse veículo. Também já estão sendo desenvolvidos dois novos modelos híbridos.

Na renovação geral de seu portfólio, a Chevrolet terá novos Onix, Onix Plus e Tracker no Brasil, com visual remodelado e novas tecnologias. A linha de utilitários composta por Chevrolet S10 e Trailblazer também deverá ser reestilizada.

Shilpan Amin, presidente da GM Internacional, lembrou que a empresa completará cem anos no Brasil no próximo mês de janeiro. O país será o primeiro mercado de motores híbrido flex do mundo, revelou.

— Sabemos que o Brasil é um mercado desafiador e competitivo, mas poucas companhias conseguem alcançar 100 anos. Estamos trabalhando para desenvolver veículos com mais conectividade, segurança e eficiência energética. O país será o primeiro mercado de híbrido flex do mundo — disse ele, confirmando o compromisso da montadora com a descarbonização.

A montadora vem desenvolvendo também outras inovações como o híbrido plug in flex, tecnologia que permite que o veículo seja abastecido com etanol, gasolina ou energia elétrica. A empresa tem planos de ampliar sua linha de elétricos já a partir de 2025.

A GM vai colocar mais 250 robôs em suas linhas de produção em São Paulo, ampliando a automação das fábricas, e vem desenvolvendo a Smart Factory, que pretende melhorar processos de fabricação com uso de inteligência artificial.

### Competição China

Amin acrescentou que a competição com os veículos chineses que se vê no Brasil acontece em todo o mundo. Mas diz que o sucesso da parceria com o país cria uma relação forte com os clientes.

— A China concorre em todo o mundo. Fizemos o investimento aqui para fortalecer nossa cadeia e ficar numa posição de liderança apesar da competição — disse.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, esteve na cerimônia do anúncio e lembrou que o Produto Interno Bruto (PIB) paulista cresceu 3,3% no primeiro semestre de 2024 (janeiro a junho), em relação ao mesmo período do ano anterior. Ele disse que o estado representa 30% do emprego formal no Brasil:

— O investimento está chegando. E isso é geração de emprego, que é a nossa preocupação. Queremos abrir caminhos para aumentar a produção industrial.



*O complexo da GM em São Caetano do Sul incorpora diversas novas tecnologias da indústria 4.0 — Foto: Divulgação*

O governador afirmou ainda que haverá liberação de créditos de ICMS para serem usados no investimento.

Ele afirmou que a GM tem a ver com a história do país, já que muitos brasileiros aprenderam a dirigir num modelo Chevette, fabricado pela companhia. Depois, o sonho era ter um Opala e um Monza.

### Novo ciclo de investimentos

A General Motors, além da Toyota e da Volkswagen, foi uma das companhias que se opuseram à prorrogação do prazo de incentivos fiscais para montadoras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste até 2032, sete anos a mais do que o previsto.

Santiago Chamorro, presidente da GM América do Sul, disse que a assimetria ainda persiste, mas que a liberação de créditos de ICMS que o governo de São Paulo se comprometeu a fazer vai ajudar a consolidar esse ciclo de investimentos:

— Essa assimetria é existente, mas o anúncio da renegociação dos créditos de ICMS, feita pelo governo de São Paulo, vai ser importante para executar os investimentos anunciados hoje — disse o executivo, sem revelar o valor dos créditos que serão liberados.

A General Motors anunciou o novo ciclo de investimentos no país em janeiro passado, em Brasília, para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Geraldo Alckmin.

### Fábricas mais ágeis e sustentáveis

O valor total representa uma redução de 30% em relação aos R\$ 10 bilhões do ciclo de investimentos anterior, mas os executivos garantiram que os valores podem crescer, de acordo com as condições do mercado.

O foco do novo ciclo de investimentos será acelerar a mobilidade sustentável, com a renovação do portfólio de veículos e desenvolvimento de novas tecnologias. As atuais fábricas no país serão modernizadas, para serem mais "ágeis e sustentáveis", de acordo com o grupo.

Para a empresa, o cenário por aqui é muito favorável à eletrificação: há minérios para a fabricação das baterias, o parque industrial é robusto e a matriz energética é limpa. A GM defende que o Brasil pode ser um polo de produção e exportação de veículos elétricos e se reindustrializar com o avanço da eletrificação.

A GM e subsidiárias vendem veículos sob as marcas Chevrolet, Buick, GMC, Cadillac, Baojun e Wuling.

Em outubro do ano passado, a empresa anunciou mais de 1.000 demissões nas fábricas de São Caetano do Sul, São José dos Campos e Mogi das Cruzes. O anúncio das demissões foi feito por telegramas ou e-mails. Os cortes depois foram cancelados, por decisão judicial, e a empresa abriu um programa de incentivo para demissão voluntária.

Fonte: O Globo - RJ  
Data: 04/09/2024

## JUSTIÇA DETERMINA SUSPENSÃO DE CONTAS DA HURB NAS REDES SOCIAIS E DE BUSCAS NO GOOGLE

Débitos com clientes em ações em fase de execução passam de R\$ 100 milhões

Por Mariana Barbosa



Hurb é ré em mais de 34 mil ações judiciais — Foto: Luis Lima Jr/Agência O Globo

A Justiça do Rio determinou a suspensão de todas as contas do Hurb nas redes Facebook, Instagram, Tik Tok e Telegram, bem como o bloqueio de todas as publicidades que façam menção à marca da empresa. A decisão se estende também ao Google, que tem 5 dias para retirar o link da operadora de turismo das primeiras três páginas de buscas sempre que alguém pesquisar por palavras e termos relacionados a viagens, pacotes baratos ou em

promoção.

A decisão é do juiz Luis Augusto Tuon, do 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, e é resultado da força tarefa criada em julho por oito Juizados Especiais Cíveis do Rio, que resolveram unir esforços para tentar fazer com que a Hurb cumpra decisões judiciais — e impedir que novos consumidores venham a ser lesados.

A sentença proferida na terça-feira (03/09) também determinou o congelamento do CNPJ da empresa “como forma de compelir a empresa a cumprir suas obrigações perante o Poder Judiciário”.

Um novo levantamento do Tribunal de Justiça encontrou 34.643 processos contra a Hurb nos Juizados Especiais Cíveis desde 2018. Destes, 25.319 foram abertos entre agosto do ano passado e julho. Já são 12.727 processos em fase de execução ou extintos com expedição de certidão de débito e que somam R\$ 101,9 milhões. Isso significa uma média de R\$ 8 mil por execução. No entanto, as tentativas de execução esbarram em contas bancárias sem saldo, apesar da empresa seguir operando.

Em reunião com a força tarefa, o Hurb alega ter feito acordo em 212 processos, totalizando R\$ 439.555, ou cerca de R\$ 2 mil por ação, valores que estão sendo quitados em prestações.

Fonte: O Globo - RJ  
Data: 04/09/2024

## STF TEM MAIORIA A FAVOR DE LEI QUE OBRIGOU DEVOÇÃO DE TRIBUTOS RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE A CONSUMIDORES DE ENERGIA

Ministros divergem sobre prazo; julgamento foi interrompido por vista  
*Por Daniel Gullino — Brasília*

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria nesta quarta-feira para considerar constitucional uma lei que determinou que distribuidoras de energia elétrica — como Light e Enel — devem devolver aos consumidores tributos que foram recolhidos indevidamente. Ainda há divergências, contudo, sobre o prazo para essa devolução. O julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli.

A discussão é uma consequência do julgamento da chamada "tese do século". Nele, o STF decidiu que o ICMS, que é um imposto estadual, deveria ser excluído da base de cálculo do PIS/Cofins, que são federais. Isso significa que houve uma cobrança indevida. Em 2022, foi sancionada uma lei criando um mecanismo para a devolução desses valores que não deveriam ter sido tributados, por meio da redução da conta de luz.

Em 2022, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee) questionou no STF a determinação, alegando que ela teria que ter sido feita por uma lei complementar, e não por uma lei ordinária. Outro argumento é de que há ações judiciais encerradas reconhecendo o direito das distribuidoras aos créditos tributários.

O relator, ministro Alexandre de Moraes, votou pela improcedência do pedido, alegando que o imposto a mais foi repassado para as tarifas de energia. Com isso, caberia aos consumidores receber a restituição.

— (A distribuidora) Pagou a mais, mas repassou a mais na tarifa. Se o poder público está devolvendo, deve chegar a quem também pagou a mais. Aqui é distribuição do prejuízo. Todos que tiveram prejuízo naquele momento devem receber o valor — afirmou o ministro, acrescentando depois: — Se vocês tiveram essa repetição do indébito, isso tem reflexos tarifários. Houve o repasse lá atrás, vocês socializaram o prejuízo. Então, agora, socializem o lucro.

Os cinco ministros que votaram em seguida — Luiz Fux, Flávio Dino, Cristino Zanin, André Mendonça e Nunes Marques — concordaram que a lei é constitucional. Entretanto, discordam sobre o prazo de prescrição: dez anos, cinco anos ou nenhum.

— Quanto à constitucionalidade, todos os seis votos até agora proferidos afirmam a constitucionalidade da lei — afirmou o vice-presidente do STF, ministro Edson Fachin, que presidiu a sessão.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 04/09/2024*

## SENADO APROVA 'COMBUSTÍVEL DO FUTURO', QUE MUDA MISTURA DO ETANOL NA GASOLINA E ESTABELECE METAS PARA AVIAÇÃO

Proposta amplia cotas mínimas de biocombustíveis em gasolina e óleo diesel e traz meta para inclusão do biometano como parcela obrigatória no gás natural

*Por Camila Turtelli — Brasília*



*Lula discursa durante o lançamento do programa 'Transição Energética: Combustível para o Futuro' — Foto: Evaristo Sá/AFP*

O Senado aprovou o projeto do "combustível do futuro" que altera os percentuais mínimos e máximos de mistura de etanol na gasolina e de biodiesel no óleo e que estabelece o incentivo ao diesel verde e ao combustível sustentável.

O texto volta agora à Câmara, onde foi aprovado em março, por ter sofrido alterações feitas pelos senadores. O



relator, senador Veneziano Vita do Rego (MDB-PB) acatou sete sugestões de mudanças dos colegas na íntegra, além de outros oito pedidos acatados parcialmente.

De acordo com o relatório aprovado, o percentual de mistura de etanol na gasolina deve ser de 27%, mas o Poder Executivo poderá reduzir para até 22% ou aumentar para até 35%. Atualmente, a mistura pode chegar a 27,5%, com um mínimo de 18% de etanol.

Sobre a mistura do biodiesel no diesel, estabelecida em 14% desde março deste ano pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o projeto estabelece que poderá ser acrescentado um ponto percentual de mistura anualmente a partir de março de 2025 até atingir 20% em março de 2030.

O mesmo projeto também obriga as companhias aéreas a reduzirem emissões de gases de efeito estufa a partir de 2027, partindo de 1% até 10%, em 2037, por meio do Sustainable Aviation Fuel (SAF), o combustível sustentável de aviação.

A proposta ainda estabelece que o diesel verde poderá ter participação volumétrica mínima obrigatória nos combustíveis, sob definição do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), até 2037. O percentual, porém, não poderá exceder o limite de 3% ao ano. O diesel verde é produzido a partir de matérias-primas exclusivamente derivadas de biomassa renovável.

### Estocagem de carbono

O projeto estabelece regras para a autorização de estocagem geológica de dióxido de carbono, processo de injeção do gás em reservatórios geológicos, por meio de perfuração do solo.

Empresas ou consórcios de empresas constituídas sob leis brasileiras, com sede e administração no País, poderão pedir autorização à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP) para a atividade. A agência irá regular e fiscalizar a estocagem.

O Senado também aprovou três mudanças no plenário. Uma delas de autoria do senador Irajá (PSD-TO) para ampliar o prazo de subsídio para investimentos em energia solar.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 04/09/2024*

## SENADO APROVA INCENTIVO DE R\$ 18,3 BI ATÉ 2032 PARA HIDROGÊNIO VERDE

Projeto corresponde a trecho vetado por Lula na sanção do marco regulatório do setor em agosto  
*Por Camila Turtelli — Brasília*



*Energia limpa, através da eólica, para geração de hidrogênio verde — Foto: divulgação*

O Senado aprovou nesta quarta-feira projeto com regras para o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), trecho que havia sido vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a sanção do marco regulatório do setor, em agosto deste ano.

O projeto cria R 18,3 bilhões em incentivos fiscais para o chamado “hidrogênio verde”. A aprovação foi simbólica, sem contagem de votos. O projeto vai para sanção do presidente Lula.

O projeto original é da Câmara, de autoria do líder do governo na Casa, deputado José Guimarães (PT-CE). No Senado, a relatoria ficou a cargo do senador Otto Alencar (PSD-BA).

O projeto institui o programa que tem como finalidade constituir fonte de recursos para a transição energética a partir do uso do hidrogênio de baixa emissão de carbono. O programa tem também como objetivo dar suporte às ações em prol da transição energética, estabelecer metas objetivas para o desenvolvimento do mercado interno

O programa também deverá conceder crédito fiscal na comercialização de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados produzidos no território nacional.

O total de crédito fiscal passível de ser concedido entre 2028 a 2032 será de R\$ 18,3 bilhões. Mas são estabelecidos limites atuais, começando com R\$ 1,7 bilhão em 2028, até alcançar R\$ 5 bilhões em 2023.

Lula havia vetado esses trechos alegando questões orçamentárias.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 04/09/2024*

## PETROBRAS ESTÁ 'CONFORTÁVEL' COM PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS, DIZ PRESIDENTE DA ESTATAL

Magda Chambriard descartou mudança na política 'por enquanto'

*Por Bernardo Lima — Brasília*



*O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao lado da CEO da Petrobras, Magda Chambriard, durante sua posse no comando da companhia na última quarta-feira (19) — Foto: Pablo Porciuncula/AFP*

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou nesta quarta-feira a empresa está confortável com o nível dos preços dos combustíveis vendidos pela estatal petroleira e a estatal não deve fazer "nada" a respeito desse assunto por enquanto.

— Estamos confortáveis com o nível dos preços dos combustíveis. E este mês fizemos uma redução do preço do QAV [combustível de aviação] — disse, ao ser questionada sobre uma possível alteração no valor — Não vamos fazer nada por enquanto — completou.

Segundo Chambriard, os combustíveis atualmente são vendidos a preços menores do que a estatal cobrava no início do ano passado.

— A população não percebe isso porque tem outras margens, distribuição e revenda — disse.

As declarações da presidente da Petrobras ocorreram após um evento em Brasília para anunciar um pacto entre as empresas estatais pela diversidade, equidade e inclusão.

Nesta semana, os preços do petróleo no mercado internacional atingiram os seus menores valores desde o fim de 2023. Desde 26 de agosto, o valor da commodity caiu de US\$ 81,43 para US\$ 72,89.

O governo Lula acabou com a política de paridade de preços internacionais em maio de 2023.

Agora, a estatal não leva em conta apenas o custo para importar os produtos. A Petrobras incluiu em seus parâmetros também o custo de combustíveis concorrentes como etanol e diesel importado.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 04/09/2024*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### DEGRADAÇÃO INSTITUCIONAL É NEGATIVA PARA O CLIMA DE NEGÓCIOS, DIZ SCHWARTSMAN SOBRE A SUSPENSÃO DO X

Ex-diretor do Banco Central alerta para recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e de como elas podem afetar a decisão de investimento no Brasil

Por Luiz Guilherme Gerbelli



#### **Entrevista com Alexandre Schwartzman - Ex-diretor do Banco Central**

No fim de semana, o economista Alexandre Schwartzman publicou um relatório em que alertava para o impacto na economia da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes de suspender o X (antigo Twitter).

“Mesmo sem qualquer simpatia por Musk, é difícil negar que tais decisões não abram precedentes perigosos para atividades em geral no Brasil, e atividades econômicas em particular”, escreveu ele.

Schwartzman, que é colunista do Estadão, avalia que o Brasil enfrenta uma degradação institucional, que prejudica o ambiente de negócios do País. “É essa degradação institucional que eu vejo como negativa para o clima de negócio de maneira geral do País.”

#### ***A seguir os principais trechos da entrevista.***

#### **Em um relatório, o sr. apontou uma preocupação com impactos nos investimentos após decisão de suspensão do X. Poderia detalhar?**

O X é um pedaço relativamente pequeno. Ninguém vai deixar de investir no Brasil por causa do X. Embora eu participe muito, tenha muitos seguidores, vamos falar a verdade: aquilo é um ambiente tóxico. Não é a decisão do X em si, mas é o grau de arbitrariedade que estamos vendo nessas decisões. Regras básicas estão sendo desrespeitadas. Tudo bem, o X tem de alguma forma pagar, mas você pega 20 milhões de usuários e deixa eles se ferrarem; coloca o negócio nitidamente ilegal, que é o da VPN (a multa de R\$ 50 mil). Que diabos o STF está fazendo? Agora ficou um pouquinho mais disfarçado. Jogou na primeira turma. Dá uma aparência de algo constitucional. Não levou ao Plenário, onde a coisa até poderia adquirir outra feição. Institucionalmente, a coisa está se degradando a olhos vistos. E é essa degradação institucional que vejo como negativa para o clima de negócio de maneira geral do País. Como cidadão, eu fico preocupado com tudo. Como sou economista, eu dou na minha análise um peso maior para essa questão de ambiente de negócios, de investimentos, etc. A preocupação é generalizada. Não é só se vai investir mais ou menos; diz respeito a segurança jurídica que se vive nesse País.

#### **E tem alguma outra insegurança que o sr. destacaria?**

Houve várias. Já não é tão recente. Um ano e meio ou dois anos atrás, o próprio Supremo disse que poderia voltar atrás em decisões que ele tivesse tomado sobre tributos. Enfim, quem tivesse tocado o seu negócio de acordo com a decisão poderia ter um passivo tributário em cima disso. Tem aquela frase famosa do Pedro Malan (ministro da Fazenda nos governos de FHC), de que “no Brasil até o passado é incerto”. Não pode ser mais verdadeira depois de um negócio desses. Como você pode esperar ter um passivo, sendo que agiu de acordo com as decisões que foram tomadas pela própria Corte? E é um negócio absolutamente casuístico, porque o governo atual precisa de mais dinheiro.

#### **De fato, o Brasil já carrega esse problema de mudanças de regras, contratos. Esse tipo de preocupação é uma visão generalizada do investidor?**

Não sei até que ponto essa é uma visão generalizada. Falei com uma advogada hoje (terça-feira, 3) e ela comentou uma frase minha que falei no Jornal da Cultura de que: “Lei é mera sugestão no Brasil”. O contexto era um pouco diferente, mas é isso. Você tem uma lei, a lei diz uma coisa, e o juiz decide o que quiser. E dane-se a lei. Para ficar num caso mais notório, também com o STF, o Rodrigo Maia (ex-presidente da Câmara dos Deputados) tentou ver se o Supremo viabilizava a reeleição para as mesas da Câmara e do Senado dentro um mesmo mandato. Já é um negócio meio mandraque essa história de vale de um mandato para outro. A Constituição fala que não pode reeleger. Os caras queriam dentro do mesmo mandato. E foi 6 a 5 contra. Cinco juizes do Supremo olharam para a Constituição, viram que era vedado, mas acharam que vedado quer dizer outra coisa. Ou quando a Dilma foi impedida e não teve seus direitos políticos cassados, sendo que a Constituição é absolutamente explícita a esse respeito. Em várias instâncias, você olha para isso e vê que a lei é uma mera sugestão. E imagino que isso acabe tendo um impacto do ponto de vista do que poderia ser investimento.

### **E por que o Brasil chegou nessa situação?**

O problema é mais antigo, mas houve uma mudança de grau - e aqui é uma hipótese de um cientista político amador, no caso eu - de que começou com o Mensalão. Até o Mensalão, as nomeações para o Supremo eram, em algum grau, politizadas, mas havia uma ideia de que se colocava gente com um certo grau de competência, com história. Então, colocava-se um Nelson Jobim, um Paulo Brossard. Gente que tinha um histórico político, mas, do ponto de vista como jurista, era gente parruda. Começa no Mensalão. Com a condenação de uma série de nomes do PT, o que a gente viu foi um movimento no sentido de, de fato, partidizar a Corte, de ministros indicados por proximidade com partido político. E dos dois lados, diga-se de passagem. A gente viu o Supremo crescentemente partidizado. É uma opinião de um leigo, mas, enfim, é um negócio que venho dizendo há algum tempo. E, uma vez que isso for publicado, quero que, pelo menos, você me mande uma cartela de cigarros para a cadeia.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 04/09/2024*

## **TEMAS SOCIOAMBIENTAIS AVANÇAM COMO FATORES DE RISCO PARA EMPRESAS**

Mas questões regulatórias ainda são as mais citadas, diz pesquisa da KPMG

*Por Alexandre Rocha (Broadcast)*



**Sidney Ito, da KPMG: 'As empresas vêm incluindo o aspecto socioambiental na estratégia e no modelo de negócios' Foto: Divulgação/KPMG**

Os riscos regulatórios são os mais citados pelas empresas em seus formulários de referência apresentados à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). De acordo com a KPMG, isso ocorre desde 2017. Segundo pesquisa da consultoria com base nos documentos, 95% das companhias mencionam as questões regulatórias.

Outros tipos de risco, porém, vêm avançando significativamente na percepção das empresas. “Os riscos relacionados a questões socioambientais, do capital humano, da disrupção tecnológica (incluindo a inteligência artificial), da segurança cibernética e de proteção de dados e da efetividade da estrutura da governança vêm tendo a sua divulgação aumentada de forma significativa pelas empresas abertas nos últimos anos”, disse à Coluna o sócio em Riscos e Governança da KPMG no Brasil, Sidney Ito, que também é CEO do ACI Institute, braço da empresa dedicado a difundir boas práticas de governança.

Para se ter uma ideia, os riscos socioambientais foram citados por apenas 32% das empresas em 2017, mas em 2024 o percentual subiu para 89%. No mesmo período, as citações de riscos relacionados ao capital humano subiram de 34% para 83%.

No caso dos riscos socioambientais, o executivo destaca que o tema tem sido “abordado de forma mais profunda” desde a pandemia de 2019. “Vemos uma tendência de crescimento nos próximos



anos, pois as empresas vêm incluindo o aspecto socioambiental na sua estratégia e no modelo de negócios, além do arcabouço regulatório e ativismo dos stakeholders com relação à divulgação de metas, ações, resultados e inovações”, afirmou Ito, por escrito.

### **Choque de realidade**

Ele avalia que a percepção das empresas sobre os riscos socioambientais pode aumentar ainda mais no futuro próximo, diante de desastres climáticos e ambientais recentes, como as enchentes no Rio Grande do Sul, e a seca e as queimadas espalhadas pelo País este ano.

“Normalmente, um risco que é considerado remoto e, portanto, normalmente não divulgado, passa a ter uma maior divulgação no momento que ele se efetiva”, declarou Ito. “Foi assim com o risco financeiro após a crise dos derivativos em 2008, o risco de logística após a greve nacional dos caminhoneiros [no Brasil, em 2018] e do risco de pandemia e de saúde pública após a covid19”, acrescentou.

Na mesma linha, ele destaca que houve um aumento das citações a riscos de desastres naturais após as quedas das barragens da Samarco, em Mariana (MG), e da Vale, em Brumadinho (MG), e que “a divulgação dos riscos de desastres naturais irá aumentar significativamente” no futuro.

Na seara dos riscos regulatórios, o executivo ressalta que “alguns setores são mais regulados que os outros, mas todos os setores têm regulação própria ou geral, seja no aspecto ambiental, operacional, de produto, do consumidor ou cliente e nos aspectos econômicos, financeiros, tributários e legais”. Além disso, a maioria das empresas está sob algum tipo de regulação e, frente a crises políticas, econômicas e financeiras, os governos tendem a ampliar o rigor regulatório. Daí a razão da maioria das empresas mencionarem as questões regulatórias.

### **Estruturas internas**

Ao mesmo tempo em que as empresas veem crescer os riscos em diferentes áreas, a KPMG avalia que há uma maior e melhor estruturação das atividades de gerenciamento de risco nas empresas, com a criação de áreas específicas na maioria delas e nomeação de especialistas para chefiá-las. “É um executivo que atua diretamente com o conselho de administração para mapear os riscos estratégicos, com a diretoria para mapear os riscos na condução dos negócios e com as áreas operacionais para mapear os riscos operacionais”, observou Ito.

Ele considera que o estudo, que está em sua 9ª edição, deixa entender que atualmente o tema do gerenciamento de riscos “permeia toda uma corporação e é item frequente na agenda do conselho de administração, do comitê de auditoria, do conselho fiscal e da gestão”. “Um dos motivos, além da responsabilização da administração com relação ao seu dever de diligência, tem sido o ativismo dos próprios acionistas e demais stakeholders, na figura dos reguladores, dos consumidores, dos próprios funcionários e da população em geral com relação à responsabilidade corporativa”, concluiu.

A pesquisa feita pelo ACI Institute e pelo Board Leadership Center da KPMG n Brasil teve como base os formulários de referência de 282 companhias abertas.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 04/09/2024*

## **AGRO PEDE EM CARTA A MINISTÉRIO MAIOR PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO CLIMA**

Como exemplo da exclusão do setor na elaboração do plano que o Brasil vai apresentar em novembro na COP-29, no Azerbaijão, signatários do texto ao Ministério do Meio Ambiente citam que medidas de remoção de gases do efeito estufa são ignoradas em inventário

*Por Isadora Duarte (Broadcast) e Tania Rabello*

SÃO PAULO E BRASÍLIA - Em carta endereçada à Secretaria Nacional de Mudança do Clima, do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, representantes do setor agropecuário pedem à secretária, Ana Toni, uma maior participação nas discussões do Plano Clima 2024-2025, em

elaboração pelo governo federal. Tendo em vista a extrema dependência da atividade agropecuária em relação ao clima, ressaltam os signatários, “o setor é perdedor pelo que ocorre (na atual crise climática)”. “Reforçamos, por isso, a relevância de estarmos envolvidos nas discussões para construir possíveis soluções”, dizem os signatários da carta, que reiteram a “disposição de atuar em conjunto” e dão várias sugestões. O Plano Clima será apresentado pelo governo brasileiro em novembro, durante a 29ª Conferência do Clima (COP-29), no Azerbaijão.

Um dos pontos levantados é que “não está claro”, no Plano Clima, a contribuição do setor agropecuário para atingir as metas a serem estipuladas na nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês).

Para o setor, um dos pontos relevantes é que, em vez de se ampliarem os compromissos do setor agropecuário em termos de reduções de emissões, se deveria avançar em estratégias e propostas para o fortalecimento da agenda de adaptação. “Atualmente tal agenda está totalmente defasada, vide, por exemplo, os escassos recursos para o seguro rural”, assinala.

Outro ponto importante para o setor. Um exemplo, cita o setor, é que, nos últimos dez anos de Plano ABC (de agricultura de baixo carbono), a adoção de tecnologias sustentáveis, fomentadas por “essa importante política pública”, ainda não foi contabilizada no inventário.

“Portanto, caso não haja uma agenda de aprimoramento na contabilização das emissões e remoções do setor agro no inventário, as próprias metas que estão sendo construídas pelo Plano Clima não serão corretamente contabilizadas”, alerta a carta, lembrando do peso do setor agropecuário brasileiro tanto aqui quanto no mundo, “responsável por abastecer 212 milhões de pessoas no País e ainda exportar alimentos”. Este papel “exige uma contabilidade adequada”, reforçam.



*Em carta, representantes do agro destacam que, além de contar com baixos índices de emissões de gases do efeito estufa, o setor possui a capacidade de 'remover carbono'*

Em carta, representantes do agro destacam que, além de contar com baixos índices de emissões de gases do efeito estufa, o setor possui a capacidade de 'remover carbono' Foto: Wilton Junior/Estadão

Os signatários lembram que o setor agropecuário, além de contar com baixos índices de emissões de gases do efeito estufa, ainda possui a capacidade de “remover carbono”. E, além disso, que a redução das emissões na produção agropecuária “é relevante no caso doméstico, mas não é o principal ofensor em nível internacional”. “Não podemos perder de vista os combustíveis fósseis como o principal desafio a ser combatido.”

Nesse sentido, a carta cita o trabalho conduzido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que pretende construir as curvas de descarbonização. Para o setor, se a contabilidade do setor agropecuário não for aprimorada rapidamente “não terá condições de representar a realidade”.

### Remoção de florestas plantadas

“Nos chama a atenção, por exemplo, que o Plano Clima, por meio do modelo Blues, da UFRJ, não está considerando as remoções de florestas plantadas (apenas de florestas nativas)”, assinalam. “Este ponto deve ser mais bem debatido e inserido na modelagem, pois o próprio inventário nacional e o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) consideram estas remoções.”

Para o setor agropecuário, é mais importante, neste momento, a efetiva implementação das atuais metas de redução das emissões, e não a ampliação dessas metas.

“Entendemos como relevante fortalecer a agenda doméstica de atingimento de tais metas, em vez de estabelecer novas metas internacionais que não estejam ligadas às legislações ou a compromissos já estabelecidos pela política doméstica.” Por isso, há um pedido de “cautela” na definição de novas

metas. “Uma estratégia deveria ser ampliar a ambição em investimentos no âmbito da adaptação em vez de somente mitigação”, sugerem. “Esta, sim, seria uma agenda de interesse estratégico doméstico e do Sul Global e uma grande oportunidade a ser liderada pelo Brasil.”

### **Impasse no desmatamento legal**

Embora reforcem a disposição em colaborar com o Plano Clima, os signatários observam que, pós-compromissos assumidos na COP-28, em Dubai, o setor “ainda não conseguiu entender” como o País pretende cumprir o fim do desmatamento legal, “quando nem sequer o ilegal está equacionado”. Além disso, a meta de redução do desmatamento legal no Brasil “confronta diretamente o Código Florestal e gera enorme resistência do setor agropecuário em apoiar as estratégias no âmbito do Plano Clima”.

“Escutamos que existirão compensações ou indenizações quanto à redução do desmatamento legal, mas ainda não está clara a estratégia”, dizem. “Precisamos compreender como isso será realizado.” Além disso, reforçam que o foco, atualmente, precisa ser no desmatamento ilegal. “Estamos aqui para auxiliar no que for possível o enfrentamento do ilegal, que melhorou, mas está longe do essencialmente necessário.”

“O setor agro será o principal afetado pelas metas a serem estipuladas pelo Plano Clima”, continua a carta. “Caso não esteja engajado na agenda, dificilmente ela terá sucesso no longo prazo”, alerta. “Nos colocamos nesse contexto para garantir que as estratégias que estão sendo construídas sejam um plano de Estado e não somente um plano de Governo.”

### **Morosidade do Código Florestal**

Há preocupação também com a morosidade da implementação do Código Florestal no País, com uma nova judicialização da lei ambiental no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em relação a biomas. “Tal contexto põe em xeque nossa capacidade, como País, de integrar a produção agropecuária à conservação ambiental e este é mais um exemplo de que nossos principais desafios são implementar os compromissos domésticos antes de criar novas metas internacionais.”

A carta finaliza alertando que a participação do Brasil no contexto global de combate às mudanças climáticas, com a redução do desmatamento e com a ampliação da restauração florestal, “são de suma importância”.

“Mas não podemos punir o Brasil com compromissos inalcançáveis que somente nos prejudicarão num futuro próximo, afetando a reputação do País, bem como de importantes setores da estrutura socioeconômica do nosso Brasil”, diz. “Neste sentido, entendemos que o momento é de cautela na ampliação de ambições no que tange à mitigação em nível internacional, ao passo que deve ser prioritário solucionar os compromissos e políticas públicas domésticas para assegurar que o Brasil tenha condição de ser um exemplo na transição para uma economia de base renovável e nos colocamos à disposição para aprofundar essa discussão.”

### **Quem assina a carta**

Aline Locks, da Produzindo Certo; André Nassar, da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove); André Schwening, do Grupo Associado de Pesquisa do Oeste Goiano (Gapes); Cristiano Rodrigues, do AgroSB; Fabiana Alves, do Rabobank; Fernando Sampaio, da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec); João Adrien, da Sociedade Rural Brasileira (SRB); José Carlos Fonseca, da Associação Brasileira das Embalagens em Papel (Empapel); Luis Roberto Barcelos, da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrasfrutas); Marcello Brito, do Centro Global Agroambiental do FDC; Paulo Hartung, do Ibá; Pedro Camargo Neto, pecuarista e Sergio Bortolozzo, da Sociedade Rural Brasileira (SRB).

**Fonte:** O Estado de São Paulo - SP

**Data:** 04/09/2024

### ANÁLISE - GALÍPOLO TEM CONVERSAS 'CORDIAIS' COM A OPOSIÇÃO NO SENADO E ADIAMENTO DA SABATINA NÃO PREOCUPA

Entendimento é de que haverá mais tempo para falar com todos os 81 senadores da Casa, antes da votação que deve autorizar o seu nome para a presidência do Banco Central

*Por Alvaro Gribel*

Depois de o governo correr para tentar marcar para o início de setembro a sabatina no Senado do economista Gabriel Galípolo para a presidência do Banco Central, o adiamento da votação em plenário para outubro acabou sendo visto com bons olhos pelo entorno do atual diretor de Política Monetária.

O entendimento é de que agora haverá mais tempo para que ele converse com todos os 81 senadores da Casa, incluindo os parlamentares da oposição e mais ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Desde segunda-feira, Galípolo já conversou com mais de 20 senadores, em encontros que vem sendo articulados pelo líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA). O economista vai pessoalmente aos gabinetes dos parlamentares e, muitas vezes, é recebido por mais de um integrante de um mesmo partido.



*Desde segunda-feira, Galípolo já conversou com mais de 20 senadores. Foto: Diogo Zacarias/MF*

Nesta quarta-feira, ele teve encontros com pelo menos cinco parlamentares – entre eles Omar Aziz (PSD-AM), Fernando Dueire (MDB-PB), Margareth Buzetti (PSD-MT), Fernando Farias (MDB-AL) e Flavio Azevedo (PL-RN)

No Congresso, o que se comenta é que as reuniões são “amenas”, com perguntas sobre conjuntura econômica e política de juros. Até mesmo as conversas com integrantes da oposição acontecem

em clima cordial, a portas fechadas e longe do clima de polarização que toma conta das redes sociais e de votações mais quentes no Plenário.

Segundo relatos de senadores, Galípolo responde a todas as perguntas, que vão do nível atual do dólar e queda da taxa de desemprego ao recorde da Bolsa e crescimento mais forte do PIB do que o esperado. Sobre a política monetária, ele vem repetindo o que está na ata do último comunicado do Copom – que todas as opções estão sobre a mesa, e que a decisão será técnica.

O adiamento para outubro também resolve outro problema: o período de silêncio que ocorre antes de reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). Como a próxima está marcada para o dia 18, Galípolo não pode falar publicamente sobre juros entre os dias 11 e 23 deste mês – período que engloba a semana anterior à reunião até a divulgação da ata. A sabatina durante esse período, portanto, não seria aconselhável.

Além de manter boa relação com parlamentares de todos os partidos, há o entendimento de que a indicação é prerrogativa do Poder Executivo e, por isso, ninguém espera surpresas para sua aprovação. Outro ponto que conta a favor do economista é o fato de ele já ser diretor de Política Monetária e conhecer internamente o funcionamento do Banco Central. Isso deve inibir votos contrários ao seu nome.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 04/09/2024*



## PROJETO DO 'COMBUSTÍVEL DO FUTURO' É DERROTA PARA A PETROBRAS EM SEUS PRINCIPAIS MERCADOS; ENTENDA

Consumidores de energia e indústria temem impacto no preço e produtores de gás dizem que estatal vai absorver custos

*Por Mariana Carneiro*

BRASÍLIA – O agronegócio abateu a Petrobras na aprovação do projeto de lei do “combustível do futuro” – texto que passou no Senado e retornará à Câmara. Além de vetar a entrada do diesel R5 (com parcela vegetal), fabricado pela estatal, o setor de biocombustíveis emplacou o controle sobre fatias crescentes no mercado de gasolina e diesel com o etanol e o biodiesel.

Adicionalmente, os fabricantes de biometano afirmam que a estatal vai absorver o aumento de custos provocado pela adição ao gás natural e não repassará para a indústria – o que é questionado pelos grandes consumidores. Procurada, a Petrobras informou que “acompanha a tramitação do projeto de lei no Senado e aguarda a conclusão da etapa atual para concluir sua avaliação”.

O biometano é um gás de origem vegetal produzido no Brasil principalmente por usineiros a partir da decomposição do bagaço da cana-de-açúcar. Há também produtores que usam o lixo como matéria-prima.



*Usina de biometano em Caucaia, na Ceará. Foto: Grupo MDC/Divulgação*

O projeto do combustível do futuro cria a obrigação do consumo do biometano a partir de 2026. O objetivo é adicioná-lo à oferta de gás natural, com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. A meta é que o biometano reduza em 1% essas emissões.

O percentual pode subir para até 10%, o que preocupa a indústria e grandes consumidores de gás natural, que preveem um aumento do preço do gás natural. Isso porque o biometano, de origem vegetal, é mais caro do que o gás natural, que tem origem na produção de petróleo.

Segundo Adrianno Lorenzon, diretor de gás natural da Abrace, associação que representa os grandes consumidores de energia, será necessário produzir 850 mil metros cúbicos de biometano por dia em 2026 para fazer frente à meta de 1% de descarbonização. Isso significa um aumento de custos avaliado em R\$ 658 milhões por ano aos consumidores de gás do País.

“Estamos fortalecendo os produtores da transição energética, mas jogando o custo para a indústria. E a conta é muito clara, todo custo extra para a indústria será repassado para os produtos que chegam ao consumidor final”, diz Lorenzon.

A iniciativa recebeu o apoio do Ministério de Minas e Energia. A Petrobras, que inicialmente era contra a medida na gestão Jean Paul Prates, cedeu na reta final da votação do projeto já sob Magda Chambriard.

Renata Isfer, presidente da Abiogás, associação que reúne os fabricantes de biometano e biogás, afirma que a Petrobras já tem planos de comprar biometano ou, na ausência dele, de títulos equivalentes chamados de Certificados de Garantia de Origem de Biometano (CJOB). O objetivo da estatal seria usar esses títulos para cumprir as suas próprias metas de descarbonização. Assim, a empresa não repassaria o custo extra aos consumidores de gás, absorvendo o impacto da adição do biometano.

“Não terá impacto no preço da energia, nem do gás para a indústria. Já está no plano de investimentos da Petrobras comprar biometano”, diz ela.

Governo estima impacto pequeno no preço; indústria discorda  
Pelos cálculos do Ministério de Minas e Energia, o impacto da iniciativa no preço do gás seria pequeno, de 0,47%.

Lorenzon afirma que soa contraditório o governo Lula apresentar um programa para ampliar a oferta de gás natural, em decreto baixado na semana passada, e ao mesmo tempo patrocinar um texto que pode encarecer o produto. “O preço do gás natural hoje já está destruindo a indústria, que não suporta nenhum impacto adicional”, afirma Lorenzon.

A indústria de aço, vidros, alumínio, química e siderúrgica podem ser afetados diretamente por esse aumento, segundo o Fórum do Gás, que reúne grandes consumidores do insumo.

“A Petrobras virou entidade de caridade? Combinaram com os acionistas? Vai absorver o custo e não vai repassar? A Petrobras, que já é a fornecedora do gás mais caro do mundo, vai virar Papai Noel”, ironiza Lucien Belmonte, presidente da entidade e da Abividro, associação que reúne os fabricantes do setor.

Renata Isfer, da Abiogás, afirma que a indústria de biometano se prepara para ampliar a oferta, o que tende a contribuir para baixar o preço do combustível. Segundo ela, a capacidade de oferta atual é de 417 mil metros cúbicos por dia e que há 25 projetos em análise na ANP que deverão ficar prontos até 2026.

Além disso, ela afirma que há interesse de empresas na compra do combustível, ainda que mais caro, em razão de metas individuais de descarbonização para cumprir normas ambientais que já foram baixadas na União Europeia e devem ser seguida ao redor do mundo.

“Descarbonizar a produção tem um custo que as empresas de capital aberto (com ações negociadas na Bolsa de Valores) estão dispostas a arcar”, afirma Isfer.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 04/09/2024*



## VALOR ECONÔMICO (SP)

### VALE TENTA NO STJ DERRUBAR EXECUÇÃO MILIONÁRIA DE ISS

Voto do relator, ministro Teodoro da Silva Santos, mantém cobrança no valor original de R\$ 350 milhões

*Por Marcela Villar — De São Paulo*



**Teodoro S. Santos: “CTN autoriza o arbitramento quando a autoridade fiscal entende haver omissão” — Foto: Divulgação**

O placar começou desfavorável à Vale em um julgamento tributário iniciado ontem no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O relator, ministro Teodoro da Silva Santos, reformou um acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) para permitir uma cobrança de ISS no valor de R\$ 350 milhões pelo município de Mangaratiba, no Rio de Janeiro (o equivalente a R\$ 925 milhões em valores corrigidos).

No processo, o município alega que a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR),

controlada pela Vale, teria subfaturado serviços portuários realizados à mineradora, para reduzir a base de cálculo do tributo municipal. A ação foi levada à Justiça pela MBR para anular a cobrança fiscal, referente ao período de 2009 a 2012.

A alegação da empresa é a de que a fiscalização não apresentou provas de que teria havido subfaturamento e que a base de cálculo do ISS é o preço do serviço - não o praticado pelo mercado. Defende ainda que os custos no porto de Mangaratiba são menores que os de cidades vizinhas, por ser privado e só exigir o pagamento de mão de obra.

Já a prefeitura entende que o preço pago pela Vale à MBR por tonelada, de R\$ 0,49, destoa das operadoras vizinhas na Ilha de Guaíba, que varia entre R\$ 17,72 e R\$ 22,38. Essa diferença, que chega a ser 36 vezes maior na vizinhança, segundo o município, configuraria evasão fiscal.

No voto, o relator acatou os argumentos do município. Antes de iniciar a leitura da ementa do voto, Santos disse que o dinheiro dos entes federativos é “dinheiro do povo” e o que mais chama a atenção no caso é a “disparidade de preço exacerbada praticada pela Vale em detrimento de um município pobre e que, sem dúvida, abala a receita deste”.

“É dinheiro público que serve a exemplo para atividades públicas elementares, como educação, saúde, segurança e saneamento”, afirmou o ministro, durante a sessão (REsp 2098242).

Para o relator, a empresa parte da “premissa equivocada acerca da liberdade de contratar, que encontra limites justamente para não permitir a redução artificial do imposto devido”. Na visão do ministro, a base de cálculo do ISS, regulamentado pelo artigo 7º da Lei Complementar nº 116/2003, é o preço dos serviços. Porém, o artigo 148 do Código Tributário Nacional (CTN) autoriza o arbitramento quando a autoridade fiscal entende haver “omissão” nas declarações prestadas pelo contribuinte.

“Mostra-se legítima a iniciativa do Fisco municipal de apurar e arbitrar a base correta do imposto em processo próprio”, o que garantiu ao contribuinte o direito à ampla defesa e ao contraditório. Pediu vista a ministra Maria Thereza de Assis Moura. Não há previsão de retorno à pauta.

Na sustentação oral, a advogada Bianca Mareque, do Vieira Rezende Advogados, que representa a Vale, disse que a MBR deixou clara a diferença nos custos para a formação de preço, que traz lucro de 60%. Ela pediu o não conhecimento do recurso do município por conta da Súmula 7 do STJ, que veda reexame de provas. No mérito, disse não haver “previsão legal que autorize o arbitramento com suposto preço justo de mercado”. “A base de cálculo do ISS é o preço do serviço e não o preço de mercado”, afirmou Bianca.

Carlos Augusto Rolemberg, do Mundim, Costa Leite & Rolemberg Advocacia e Consultoria, que atua pela prefeitura, disse, durante a sessão, que o preço destoa do praticado pela própria Vale no município vizinho, de Itaguaí. Para ele, o artigo 148 do CTN é “categórico” e permite o arbitramento. “Se o preço do serviço não merece fé, como se extrai da própria base fática do acordão recorrido, legítima a atuação do Fisco municipal”, afirmou.

Rolemberg disse ainda que a “fraude fiscal” é tão “evidente” e “escancarada”, que motivou investigação criminal e denúncia pelo Ministério Público Estadual. Ainda não há decisão nesse processo, mas a Vale o elenca como uma das ações de perda possível no último formulário de referência, publicado em julho deste ano, por potenciais “danos à imagem da Vale, diante da alegação de eventual crime tributário por ex-diretores”. Nesse caso, ex-diretores da MBR são investigados por sonegação fiscal.

O escritório de Rolemberg foi subcontratado pelo Celso Sardinha Advogados Associados, escolhido para representar Mangaratiba sem licitação. Não foi possível contato com a prefeitura e não houve retorno do escritório até o fechamento da edição. Procurada pelo Valor, a Vale informou que “não comenta processos judiciais em andamento”.

Segundo João Vitor Kanufre Xavier, sócio do Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados, tanto o CTN quanto a jurisprudência dos tribunais permitem o arbitramento de base de cálculo de tributos. “Se o município verificar que o contribuinte estiver agindo de má-fé, ele pode desconstituir o preço, desconsiderar esses valores e arbitrar uma base de cálculo tendo como comparação o que existe no mercado”, diz Xavier.

Porém, acrescenta, é preciso de provas contundentes de que algum artifício foi usado pela empresa. “Nesse caso, não parece haver um consenso, porque a sentença e o acórdão do TJRJ divergem.” Além disso, ele afirma que o laudo pericial - que foi favorável ao contribuinte - costuma ser “decisivo” para esse tipo de processo e não foi considerada pela sentença.

Na defesa, a mineradora ainda alega que a decisão do juiz Marcelo Borges Barbosa, da Vara Única da Comarca de Mangaratiba - aposentado compulsoriamente por ter favorecido a reintegração de policiais militares - deveria ser anulada. Isso porque a decisão que o afastou foi publicada às 00h05 do dia 10 de maio de 2021, horas antes de proferida a sentença no caso, às 20h05. A juíza Patricia Fernandes de Souza Drumond, contudo, negou a alegação, pois a portaria que afastou oficialmente o magistrado foi publicada no dia 13 de maio, no Diário da Justiça Eletrônico.

Na sentença, Barbosa diz que o laudo do perito “parte da premissa de que o único custo da ré é o pagamento por cessão de mão de obra”, por isso, não elucidou as dúvidas do juízo e que as notas fiscais juntadas nos autos indicam outros tipos de custos assumidos pela empresa. Também afirma que o arrendamento feito pela MBR à Vale “constitui uma manobra para pagar menos imposto” e que “tamanho disparate nos preços levanta suspeita sobre sua correção”.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 04/09/2024*

## MARCOS PEREIRA ABRE MÃO DE DISPUTA PELO COMANDO DA CÂMARA

Decisão busca construir consenso em torno de Hugo Motta (PB), do Republicanos

*Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília*



**Pereira: presidente do Republicanos desistiu diante de dificuldade para aglutinar seu grupo político em torno de sua candidatura — Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados**

O presidente nacional do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), desistiu na terça-feira da candidatura à presidência da Câmara dos Deputados. O gesto é uma tentativa de fazer com que os deputados Elmar Nascimento (União-BA) e Antonio Brito (PSD-BA) também desistam para apoiar o deputado Hugo Motta (PB), líder do Republicanos e aliado de Pereira.

A decisão foi comunicada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em reunião no fim da tarde, ao lado do ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e à noite ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), segundo apurou o Valor.

O deputado que agora desponta como favorito na eleição está em seu quarto mandato de deputado federal e tem apenas 34 anos. Herdeiro de uma poderosa família na política de Patos, quarto município mais populoso da Paraíba, Motta ganhou protagonismo na Câmara pelas mãos do ex-presidente Eduardo Cunha, mas continuou influente mesmo após a cassação deste. No fim do governo Temer (MDB), trocou o MDB pelo Republicanos para disputar a reeleição. Mais recentemente, virou líder do partido na Câmara e se tornou vice-presidente nacional da sigla.

**“O presidente representa a Casa, é independente”**

*— Antonio Brito*

Motta era há meses um dos nomes favoritos de Lira para a sucessão, em especial pelo apoio do presidente nacional do PP, o senador Ciro Nogueira (PI), que o tem como um “filho”. Mas tinha a candidatura interdita por estar no mesmo partido de Pereira - que há três eleições trabalhava para concorrer à presidência da Câmara. O presidente do Republicanos resistia a desistir novamente, mas cedeu pela dificuldade de aglutinar o seu grupo político (Republicanos, MDB, PSD e Podemos) em torno da própria candidatura.

Na terça-feira, Lula pediu ao presidente do PSD, Gilberto Kassab, para retirar a candidatura de Brito por um consenso para eleger Pereira. O presidente do PSD, porém, disse que precisava de mais tempo para avaliar. No partido, acredita-se que Brito seria mais forte contra Elmar Nascimento pelo trânsito entre o baixo clero e popularidade na Casa.

Com um acordo distante entre o bloco PSD, Republicanos e MDB, e com Lira pressionando para decidir logo o candidato, Pereira desistiu na terça-feira e lançou Motta. Em tese, um nome capaz de unir esses grupos todos, já que conta com apoio de Lira e do PP, além de maior simpatia por parte do governo do que Nascimento - que tem histórico de oposição ao PT na Bahia.

O presidente da Câmara pediu ao Republicanos que ainda não faça o anúncio oficial da troca para que possa convencer Nascimento a recuar em prol do acordo. Deve ser oferecida a ele a vaga de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), que será indicada pela Câmara até 2026 com a aposentadoria de Aroldo Cedraz. Mas, até o fechamento desta edição, aliados não tiveram sucesso em contactá-lo, o que foi visto como sinal de insatisfação.

No caso de Brito, petistas dizem que o mais provável é que ele também desista agora, já que seu principal ativo era o apoio de parte do governo. Mas, da mesma forma, também não havia ainda uma decisão neste sentido.

Outra dúvida na noite de terça-feira entre os deputados é o impacto dessa decisão para o governo Lula. O petista quebrou a promessa de não se envolver na disputa do Legislativo e atuou ativamente em favor de um acordo que pode ungar o candidato do Republicanos ao comando da Câmara. Por um lado, isso o aproxima mais do partido e pode facilitar a governabilidade. Por outro, pode atrapalhar as relações com o União e dar mais força a um dos principais aliados de Ciro Nogueira.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 04/09/2024*

## CHINA DEVE ANUNCIAR INVESTIGAÇÕES SOBRE PRODUTOS AGRICULTURA E QUÍMICOS DO CANADÁ

Anunciou aconteceu depois que o Canadá decidiu seguir o exemplo dos EUA e da União Europeia (UE) e lançou tarifas sobre as importações de veículos elétricos chineses

*Por Valor — São Paulo*



*O movimento no porto de Qingdao, na China; exportações — Foto: Chinatopix via Associated Press*

A China está planejando abrir investigações sobre algumas importações de produtos agrícolas e químicos canadenses, aumentando as tensões comerciais depois que o Canadá decidiu impor tarifas sobre veículos elétricos chineses.

Segundo o Ministério do Comércio da China, a investigação antidumping será lançada sobre as importações canadenses de colza — utilizada para produzir óleo para cozinhar e processos industriais — e alguns produtos químicos, para determinar se estão sendo precificados de forma injusta na China.

O anúncio aconteceu depois que o Canadá decidiu seguir o exemplo dos EUA e da União Europeia (UE) e lançou na semana passada uma tarifa de 100% sobre as importações de veículos elétricos chineses e uma tarifa de 25% sobre aço e alumínio importados da China

"A China lamenta veementemente e se opõe firmemente às medidas restritivas unilaterais discriminatórias tomadas pelo Canadá contra suas importações chinesas, apesar da oposição e dissuasão de muitas partes", disse um porta-voz do Ministério do Comércio em um comunicado.

As investigações estão sendo abertas a pedido de grupos da indústria, informou o ministério. No entanto, não foi especificado quando as investigações terão início.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 04/09/2024*

## APÓS SERGIPE, PRÓXIMOS LEILÕES DE SANEAMENTO DEVEM SER DE PIAUÍ, PARÁ, PERNAMBUCO E RONDÔNIA

A Iguá Saneamento venceu a disputa por Sergipe com oferta de R\$ 4,54 bilhões de outorga pelo ativo de Sergipe, ágio de 122,63% em relação ao mínimo previsto no edital

*Por Taís Hirata e Luiz Fernando Figliagi, Valor — São Paulo*



*Na carteira do BNDES, que foi responsável por modelar a concessão de Sergipe, os próximos leilões deverão ser de Pará, Pernambuco e Rondônia — Foto: Custódio Coimbra/Agência O Globo*

Após o leilão da concessão de água e esgoto de Sergipe, realizado nesta quarta-feira (4), as próximas licitações do setor de saneamento deverão ser de projetos no Piauí, Pará, Pernambuco e Rondônia. A Iguá Saneamento venceu a disputa com oferta de R\$ 4,54 bilhões de outorga pelo ativo de Sergipe, ágio de 122,63% em

relação ao mínimo previsto no edital.

O leilão do Piauí foi remarcado para 30 de outubro. A disputa por esse contrato foi cancelada há cerca de três semanas por falta de interessados. Depois disso, o projeto passou por reformulação para conseguir atrair o setor privado.

A principal mudança foi o parcelamento do pagamento da outorga inicial, de R\$ 1 bilhão — na versão anterior, o valor teria que ser desembolsado de uma vez e antes da assinatura do contrato, e agora o pagamento será diluído. Porém, trata-se de um projeto que ainda é considerado desafiador pelo setor privado.

Já na carteira do BNDES, que foi responsável por modelar a concessão de Sergipe, os próximos leilões deverão ser de Pará, Pernambuco e Rondônia, segundo Luciene Machado, superintendente da Área de Soluções para Cidades do BNDES.

Ela afirma que o projeto no Pará é o mais adiantado, e que o governo do Estado quer que o leilão seja realizado em 2024, mas não há confirmação sobre essa data. "O governador nos colocou que gostaria da consulta pública em setembro. É, de fato, o próximo", afirmou Machado, após o leilão.

No caso do Pará, a expectativa é que o Estado seja dividido em quatro blocos, segundo ela. No mercado, a percepção é que os projetos tendem a ser desafiadores.

"O projeto aqui [da concessão de Sergipe, licitada nesta quarta] é de um Estado pequeno, concentrado, com infraestruturas compartilhadas, o que explica, em parte, o ágio elevado; há uma economia de escala provavelmente bastante explorada, tem um bom abastecimento de água. No

Pará, a realidade é diferente. São municípios muito separados, infraestrutura ainda muito atrás em termos de investimentos”, disse ela.

Machado afirma que os estudos para concessões de saneamento em Pernambuco também estão maduros, mas que ainda falta “um passo” para que a consulta pública seja lançada. A iniciativa em Rondônia também está avançada, diz ela. “Depois de Sergipe, esses três [Pará, Pernambuco e Rondônia] estão próximos um do outro.”

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 04/09/2024*

## IGUÁ FINANCIARÁ CONCESSÃO EM SERGIPE COM AUMENTO DE CAPITAL DOS ACIONISTAS E FINANCIAMENTO

Sobre IPO, o presidente da empresa, Roberto Barbuti, reafirmou que a abertura de capital está nos planos, mas que depende de condições de mercado; empresa assinará contrato com Sergipe nos próximos 60 dias

*Por Taís Hirata e Luiz Fernando Figliagi, Valor — São Paulo*



*Em relação aos próximos leilões, Roberto Barbuti diz que a empresa pretende seguir em expansão — Foto: Sílvia Zamboni/Valor*

A Iguá, que venceu o leilão de saneamento de Sergipe, nesta quarta-feira (4), com uma oferta de R\$ 4,5 bilhões de outorga, planeja financiar seus compromissos por meio de um aumento de capital, com aporte dos atuais sócios, e um financiamento com bancos, já pré-amarrado, segundo o presidente da empresa, Roberto Barbuti.

“Haverá um componente de aporte de capital dos acionistas que já está aprovado e financiamento. Já temos bancos que nos deram garantia firme para essa oferta. A estrutura está pronta naquilo que é possível”, disse ele a jornalistas, após o leilão, realizado na sede da B3, em São Paulo.

Hoje, a Iguá tem 16 operações no país, em seis Estados, e atende a cerca de 3 milhões de pessoas. A principal operação da empresa é um dos blocos do Rio de Janeiro, conquistado em 2021.

Os principais acionistas da companhia são os fundos canadenses CPP (Canada Pension Plan) e AIMCo (Alberta Investment Management Corporation), que juntos detêm cerca de 90% do negócio. O BNDESPar tem os outros 8,6%.

A empresa encerrou o segundo trimestre deste ano com uma alavancagem financeira (medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda) de 7,2 vezes, uma redução em relação ao indicador de 8,3 vezes registrado no ano anterior, mas um patamar ainda elevado. Excluindo a operação do Rio de Janeiro, a maior da Iguá, a alavancagem fica em 3,7 vezes.

### Sobre oferta inicial pública de ações (IPO)

Questionado sobre a possibilidade de uma oferta inicial pública de ações (IPO, na sigla em inglês), o executivo reafirmou que a abertura de capital está no plano da Iguá, mas que depende de melhores condições de mercado no Brasil. “Temos que estar preparados. Temos isso na nossa estratégia e temos o compromisso com o BNDES e com a B3, mas não vou me comprometer com prazo porque isso depende de mercado.”

A nova concessão também representa um salto de tamanho para a Iguá, que hoje tem seis operações, com atendimento a cerca de 3 milhões de pessoas. A nova concessão deverá somar em torno de 2,3 milhões de clientes à base da companhia. “Será nossa concessão com o maior número de pessoas atendidas e a segunda maior concessão da Iguá”, afirmou Barbuti.

Em relação aos próximos leilões do setor, Barbuti também destacou que a empresa pretende seguir em expansão. “A gente é ambicioso, tem uma meta de crescimento, o mercado tem projetos relevantes, a gente vai estudar e participar na medida em que se alinhe com a nossa estratégia. Claro que, quando se dá um passo relevante, tem que se analisar com cuidado o próximo passo, para caminhar dentro de conforto. Mas a nossa estratégia é de crescimento”, afirmou.

### **Iguá irá assinar contrato com Sergipe nos próximos 60 dias**

Os próximos passos após a concessão, segundo o governador de Sergipe, Fábio Mitidieri (PSD), será explicar para a população como será feita a transição. A empresa irá assinar o contrato nos próximos 60 dias e haverá uma gestão assistida e compartilhada, entre o Estado e a Iguá.

“Durante seis meses, haverá uma transição, onde a empresa acompanha o dia a dia da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), e, após esse período, ela assume efetivamente a fase de distribuição da água e do esgotamento sanitário. Estava apostando que superaria os R\$ 4 bilhões, mas foi ainda além. Acredito que isso demonstra a credibilidade e que o mercado está confiante”, diz.

Além do pagamento da outorga, a Iguá terá que fazer R\$ 6,3 bilhões de investimentos, para universalização dos serviços até 2033. Nos primeiros dez anos, deverão ser aplicados cerca de R\$ 4,7 bilhões. A concessão tem duração de 35 anos.

“Os recursos arrecadados já foram divididos de acordo com a lei, sendo 45% para o Estado, 45% aos municípios e 10% para a própria companhia. Os recursos devem ser obrigatoriamente utilizados em obras e infraestrutura com viés ambiental”, diz o governador.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 04/09/2024*



## **AGÊNCIA BRASIL - DF**

### **ECONOMIA - SILVEIRA PEDE PLANO DE CONTINGÊNCIA AO OPERADOR DO SISTEMA ELÉTRICO**

Objetivo é garantir segurança energética do país até 2026

*Por Agência Brasil - São Paulo*



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, solicitou nesta terça-feira (3) que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) elabore um plano de contingência capaz de garantir a segurança energética no país até 2026.

O pedido ocorreu durante encontro preparatório da 295ª reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). No encontro, Silveira reforçou a necessidade de acionar as termelétricas devido ao período de seca verificado nos últimos meses.



"A seca acima da média que vem castigando diversas regiões do país tem exigido de nós, gestores do setor elétrico, que tomemos medidas urgentes. A segurança energética do Brasil é uma prioridade do governo Lula", disse o ministro aos diretores do ONS.

Os meses de junho, julho e agosto deste ano registraram o menor volume de chuvas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste nos últimos 94 anos. Com a piora nos reservatórios devido à seca, a expectativa é um acionamento de 70% a 80% das termelétricas, para garantir a oferta de energia.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico foi criado pela lei 10.848 de 2024, tendo por missão acompanhar e avaliar, permanentemente, a continuidade e a segurança do suprimento de energia em todo o território nacional.

O comitê é formado por quatro representantes do Ministério de Minas e Energia, e por titulares dos órgãos como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

**Fonte: Agência Brasil - DF**

**Data: 04/09/2024**

## **DINO PRORROGA PRAZO PARA CGU APRESENTAR RELATÓRIO SOBRE EMENDAS**

Ministro do STF quer mais transparência ao chamado "orçamento secreto"

**Por Agência Brasil - Brasília**

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino prorrogou por 72 horas o prazo para que a Controladoria-Geral da República (CGU) apresente o resultado de uma análise técnica sobre as emendas parlamentares RP8 e RP9, que ficaram conhecidas como "orçamento secreto". A prorrogação do prazo foi pedida pelo Poder Executivo.

A CGU analisa dados sobre os dez municípios que receberam o maior volume de emendas parlamentares por habitante no período entre 2020 e 2023 e deve responder às seguintes questões: qual foi a tramitação dessas emendas nos executivos federal e municipal? Em que estágio se encontram as obras ou ações para as quais os recursos das emendas foram destinados? E, por último, quais os procedimentos ou regras de rastreabilidade, comparabilidade e publicidade foram usados em cada um dos municípios beneficiados?

Após a CGU entregar o relatório, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o PSOL, autor da ação, terão um prazo de 10 dias para se manifestar.

No dia 1º de agosto, Dino determinou que as emendas devem seguir critérios de rastreabilidade e mandou a CGU auditar os repasses realizados por parlamentares. A decisão foi tomada após o ministro concluir que o Congresso não estava cumprindo a decisão da Corte que determinou transparência na liberação desses tipos de emendas.

No dia 14 de agosto, o magistrado suspendeu a execução das emendas impositivas ao Orçamento. O ministro entendeu que a execução das emendas pode continuar nos casos de obras em andamento e calamidade pública. A liberação dos recursos está condicionada ao atendimento de requisitos de transparência e rastreabilidade dos recursos.

**Fonte: Agência Brasil - DF**

**Data: 04/09/2024**

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### CAMORIM LANÇA PRIMEIRO DA SÉRIE DE 5 REBOCADORES AZIMUTAIS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 04/09/2024 - 20:29



'C-Fênix', com previsão de entrega em novembro, inaugura pacote contratado junto ao estaleiro Detroit Brasil, que deve ser concluído até maio de 2025. Unidades terão 70 toneladas de BP e representam investimentos da ordem de R\$ 200 milhões

A Camorim lançou o primeiro da série de cinco rebocadores azimutais em construção no estaleiro Detroit Brasil, em Itajaí (SC). O batismo do C-Fenix ocorreu na última sexta-feira (30/08). O contrato para construção desses cinco novos rebocadores com 70 toneladas de

tração estática (bollard pull), firmado entre as duas empresas no início de 2024, prevê investimentos da ordem de R\$ 200 milhões. O contrato prevê as entregas das cinco unidades entre setembro de 2024 e maio de 2025.

A embarcação batizada na última semana está prevista para ser entregue pelo Detroit em novembro deste ano. O C-Fênix contará também com o FIFI (Fire Fighting System), um sistema de combate a incêndios externo utilizado em embarcações. A embarcação terá 24,3 metros de comprimento total, com 11 metros de boca, 4,6 metros de pontal e calado máximo de 5,4 metros.

A Camorim informou que a escolha do nome desta embarcação faz uma alusão ao 'renascimento, à resiliência e ao recomeço' alinhado à trajetória do grupo. "Estamos celebrando não apenas o lançamento de uma embarcação, mas o início de uma nova era para a Camorim — uma fase de reinvenção e crescimento, com uma equipe forte, dedicada e preparada para o futuro", afirmou o diretor comercial da empresa, Eduardo Adami.

Adami contou à Portos e Navios que os resultados positivos dos últimos meses possibilitaram à Camorim realizar investimentos significativos na ampliação e modernização da frota. A empresa reforçou a capacidade operacional adicionando cinco novas embarcações offshore em 2024. Entre elas, estão dois LHs (manuseio de linhas e amarrações), entregues em maio, e três embarcações de grande porte: um MPSV 4.500 (multipropósito), entregue em julho; um OSRV (combate ao derramamento de óleo), que está a caminho do Brasil com chegada prevista para meados de setembro; e um PSV 4.500 (transporte de suprimentos), que virá de Singapura e chegará ao Brasil ainda em 2024.

Adami destacou a diversificação da frota para atender diferentes demandas, com PSVs, AHTS (manuseio de âncoras), LHs, balsas, cábreas, lanchas e rebocadores de todos os portes, além de um terminal de uso privado (TUP) para embarque e movimentação de cargas dentro do próprio estaleiro Camorim, no Rio de Janeiro.

O diretor considera que a construção dos cinco novos rebocadores azimutais é um projeto ambicioso. Após o C-Fênix, o cronograma de lançamentos das próximas embarcações da série prevê o C-Falcão para dezembro de 2024 e o C-Albatroz em janeiro de 2025. O lançamento do C-Condor está estimado para abril de 2025, enquanto o C-Harpia deve ser lançado em maio de 2025. "Esses rebocadores não só reforçam nossa atuação no setor portuário, como também garantem suporte eficaz às operações do segmento offshore que demandam entrada ou passagem pelos portos brasileiros", destacou Adami.

### **Ficha técnica do 'C-Fênix'**

- Comprimento total – 24,35m
- Boca – 11,00m
- Pontal moldado – 4,60m
- Calado máximo operacional – 5,42m
- Tração estática – 70tbp
- Potência – 2x2000 kw

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/09/2024

### **DTA ENGENHARIA ASSUMIRÁ DRAGAGEM NO RIO AMAZONAS**

Da Redação Indústria naval 04/09/2024 - 18:48



O governo federal anunciou, nesta quarta-feira (4), a DTA Engenharia como empresa vencedora da licitação para realizar a dragagem de um trecho de 200 quilômetros do rio Amazonas, entre Manaus e Itacoatiara (AM). O contrato, no valor de R\$ 92,8 milhões, faz parte de um plano mais amplo do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), que prevê investir cerca de R\$ 500 milhões nos próximos cinco anos para assegurar a navegabilidade ao longo de mais de 1.500 quilômetros de rio, desde a fronteira com o Peru e a Colômbia até Itacoatiara.

A DTA iniciará os trabalhos em breve, conforme informou o secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes. O objetivo é minimizar os impactos da estiagem sobre a navegabilidade e o escoamento de insumos na região Norte. A dragagem será realizada em pontos críticos identificados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que realizou uma inspeção técnica em abril. Outros trechos que serão contemplados incluem Coari-Codajás, Benjamin Constant-Tabatinga, e Benjamin Constant-São Paulo de Olivença.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/09/2024

### **FINANCIAMENTO DO FMM SEGUIRÁ 5 ORDENS DE PRIORIDADE**

Por Danilo Oliveira Indústria naval 04/09/2024 - 16:29

Portaria do MPor estabeleceu critérios e limitou, a 30% da receita anual do fundo, desembolsos para projetos de obras de infraestrutura portuária e aquaviária. Presença feminina será levada em conta pelo conselho diretor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) estabeleceu critérios para priorização de pedidos de financiamento e concessão de empréstimos com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM). A portaria, que entrou em vigor nesta terça-feira (3), classifica em cinco ordens de prioridade os projetos financiáveis com recursos do FMM, subdivididas e ordenadas de acordo com uma tabela. Uma das novidades previstas na portaria é que as empresas que contarem com mais de 40% de seu quadro societário e diretivo formado por mulheres terão prioridade em relação aos projetos da respectiva ordem.

A avaliação dos projetos financiáveis com recursos do FMM, deverá considerar como prioridade de primeira ordem os projetos destinados a empresa brasileira de navegação (EBN), até 90% do valor do projeto aprovado, para construção de embarcação em estaleiro brasileiro; e jumborização, conversão, modernização, docagem e manutenção.

A manutenção abrange serviços preventivos, ou reparação de embarcação própria ou afretada, inclusive para aquisição e instalação de equipamentos necessários, quando realizadas por estaleiro



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 090/2024  
 Página 68 de 84  
 Data: 04/09/2024  
 www.mercosshipping.com.br  
 mercos@mercoshipping.com.br

brasileiro ou por empresa brasileira especializada, podendo a EBN adquirir diretamente materiais e equipamentos, bem como contratar os serviços do estaleiro ou das empresas especializadas.

### 240903-tabela-criterio-priorizacao-projetos.jpg

A portaria classifica como prioridade de segunda ordem os projetos destinados às empresas brasileiras, até 90% do valor do projeto aprovado, para construção, jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, inclusive preventiva, ou reparação, quando realizadas por estaleiro brasileiro ou por empresa especializada. Isso vale para qualquer tipo de embarcação,

própria ou afretada, de aplicação comercial, industrial ou extrativista, no interesse do desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras.

A segunda ordem também inclui empresas públicas não dependentes vinculadas ao Ministério da Defesa, até 100% do valor do projeto aprovado, para construção e reparos, em estaleiros brasileiros, de embarcações auxiliares, hidrográficas e oceanográficas, bem como de embarcações a serem empregadas na proteção do tráfego marítimo.

O grupo de prioridades de terceira ordem poderá conter projetos destinados aos estaleiros brasileiros para financiamento à produção de embarcação destinada à EBN e à exportação. Também é direcionado para estaleiros brasileiros, para financiamento de reparo de embarcações. Abrange ainda estaleiros, arsenais e bases navais brasileiros, para expansão e modernização de suas instalações ou para construção de novas instalações. Nestes casos, a regra vai até 90% do valor do projeto aprovado.

A prioridade de quarta ordem vale para os projetos destinados às empresas estrangeiras, até 80% do valor do projeto aprovado, para construção, jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, inclusive preventiva, ou reparação, quando realizadas por estaleiro brasileiro ou por empresa brasileira especializada, de qualquer tipo de embarcação própria ou afretada, de aplicação comercial, industrial ou extrativista, no interesse do desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras.

Também estão na quarta categoria recursos voltados às entidades públicas, instituições de pesquisa e a outros

CRITÉRIO QUANTITATIVO DE PRIORIZAÇÃO DE PROJETOS

Beneficiário	Critério	Enquadramento proposto 1 representa a maior prioridade e 5 a menor prioridade
Empresa brasileira de navegação	As empresas que possuem mais de 40% de seu quadro societário e diretivo formado por mulheres	1
	Construção de embarcação em estaleiro brasileiro	1.1
	Jumborização/ conversão/ modernização Docagem/ manutenção	1.2 1.3
Empresas brasileiras	As empresas que possuem mais de 40% de seu quadro societário e diretivo formado por mulheres	2
	Construção de embarcação em estaleiro brasileiro	2.1
	Jumborização/ conversão/ modernização Docagem/ manutenção	2.2 2.3
Empresas públicas não dependentes vinculadas ao Ministério da Defesa	Construção e reparos, em estaleiros brasileiros, de embarcações auxiliares, hidrográficas e oceanográficas, bem como de embarcações a serem empregadas na proteção do tráfego marítimo	2.4
	As empresas que possuem mais de 40% de seu quadro societário e diretivo formado por mulheres	3
Estaleiro brasileiro	Produção de embarcação	3.1
	Reparo de embarcações	3.2
	Construção expansão e modernização de instalações de estaleiros, arsenais e bases navais	3.3
Empresas estrangeiras	As empresas que possuem mais de 40% de seu quadro societário e diretivo formado por mulheres	4
	Construção de embarcação em estaleiro brasileiro	4.1
	Jumborização/ conversão/ modernização Docagem/ manutenção	4.2 4.3
Entidades públicas, instituições de pesquisa e a outros órgãos	Construção de embarcações auxiliares, hidrográficas e oceanográficas, em estaleiros brasileiros	4.4
	Projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos voltados para os setores da Marinha Mercante, construção ou reparo naval	4.5
Outras aplicações em investimentos	Projetos no interesse do desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, cujos projetos obedecerão aos critérios de enquadramento na política nacional da Marinha Mercante e na indústria de construção e reparação naval brasileiras definidos em regulamento	4.6
	As empresas que possuem mais de 40% de seu quadro societário e diretivo formado por mulheres	5
Obras de Infraestrutura	Projetos relacionados a concessões, tais como concessões de canal de acesso portuário e concessões hidroviárias, tem prioridade aos demais.	5.1
	Projetos relacionados à terminais arrendados em área do Porto Organizado.	5.2
	Pleitos relacionados a obras de melhorias em área do Porto Organizado, inclusive acessos terrestres.	5.3
	Pleitos relacionados aos terminais de uso privado (TUP) brownfield.	5.4
	Pleitos relacionados aos terminais de uso privado (TUP) greenfield com acesso terrestre existente.	5.5
	Pleitos relacionados aos terminais de uso privado (TUP) greenfield sem acesso terrestre existente.	5.6

órgãos, inclusive os representativos de classe dos setores de marinha mercante e de construção naval, até 100% do valor do projeto aprovado, para a construção de embarcações auxiliares, hidrográficas e oceanográficas, em estaleiros brasileiros.

Nessa categoria entram ainda recursos para EBN, estaleiro e outras empresas ou entidades brasileiras, inclusive as representativas de classe dos setores de marinha mercante e de construção naval, para projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos voltados para os setores da marinha mercante, construção ou reparo naval, até 90% do valor do projeto aprovado.

Completam a lista de quarta ordem de prioridades outras aplicações em investimentos, no interesse do desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, cujos projetos obedecerão aos critérios de enquadramento na política nacional da marinha mercante e na indústria de construção e reparação naval brasileiras definidos em regulamento.

A avaliação dos projetos financiáveis com recursos do FMM deverá considerar como prioridade de quinta ordem os projetos destinados à realização de obras de infraestrutura portuária e aquaviária, que estejam qualificados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e/ou no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), até 90% do valor do projeto aprovado.

A classificação seguirá uma ordem, começando pelos pleitos de projetos relacionados a concessões portuárias, tais como concessões de canal de acesso portuário, e concessões hidroviárias. Em seguida vêm os pleitos relacionados à terminais arrendados em área do porto organizado; pleitos relacionados a obras de melhorias em área do porto organizado, inclusive acessos terrestres. Na sequência pleitos relacionados aos terminais de uso privado (TUP) brownfield e TUPs greenfield com acesso terrestre existente; e TUP greenfield sem acesso terrestre existente.

A concessão de prioridade para os empreendimentos de infraestrutura portuária e aquaviária deve considerar tratamento preferencial para projetos que tenham convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de visem o fortalecimento do desenvolvimento regional.

Os desembolsos para os projetos de obras de infraestrutura portuária e aquaviária não podem comprometer mais que 30% da receita anual do FMM, previstos no fluxo de caixa, exceto nos casos autorizados expressamente pelo CDFMM. A equipe técnica do CDFMM deverá emitir um relatório técnico contendo a lista de todos os projetos ordenados pelos critérios de priorização apresentados na portaria.

Na portaria, o MPor determinou que, no caso de escassez de recursos, esses critérios subsidiarão a tomada de decisão para a escolha dos projetos a serem aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM). Na hipótese de empate entre os projetos a serem priorizados deverão ser escolhidos os projetos com maior geração de empregos. Os casos omissos ou não abrangidos nessa portaria deverão ser deliberados pelo conselho diretor do fundo setorial. Portos e Navios apurou que há possibilidade de a portaria ser examinada na reunião do CDFMM, prevista para a próxima sexta-feira (6).

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 04/09/2024*

## DRAGAGEM E INFRAESTRUTURA SÃO APONTADAS COMO ESSENCIAIS PARA PREPARAÇÃO DA COP30

*Por Lorena Parrilha Teixeira Navegação 04/09/2024 - 18:02*



Em seminário promovido pela praticagem, especialistas apresentaram soluções para melhorar eficiência e sustentabilidade dos portos brasileiros

O 2º Seminário Planejamento Portuário, realizado na última terça-feira (3), no Rio de Janeiro, apresentou estudos sobre a modernização e eficiência das operações portuárias no Brasil. O evento, promovido pela Praticagem do Brasil, trouxe à tona discussões sobre as dimensões e limites de canais de acesso para navios de cruzeiro, bem como a implementação de tecnologias avançadas como o e-

Navigation e a gestão energética buscando à operação dos Green Ports.

Durante a apresentação de Luiz Carlos Veloso, da Praticagem da Barra do Pará, foram discutidos os obstáculos técnicos e operacionais enfrentados para tornar a operação desses navios viável na

região. Eles enfatizaram que, embora as manobras sejam tecnicamente possíveis, a dragagem do rio é essencial para garantir a segurança e a eficácia das operações. "Sem a dragagem adequada, a manobra desses navios, especialmente em condições de maré e vento desfavoráveis, torna-se extremamente desafiadora", destacou Veloso.

A deficiência da rede hoteleira em Belém (PA) também foi mencionada como um fator crítico, aumentando a urgência de viabilizar o uso de navios de cruzeiro como hospedagem alternativa durante a COP30. Os especialistas ressaltaram ainda a necessidade de maiores investimentos por parte do governo e da iniciativa privada para que essas iniciativas avancem a tempo da COP30.

Durante a tarde, o foco foi a gestão energética nos portos, com uma palestra liderada por Silva Junior, Marcus Ramos e Alexandre Tito, da Whybim Energy, que discutiram as práticas para alcançar operações sustentáveis em portos através da eficiência energética.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 04/09/2024*

### SUBSEA7 ABRE 56 VAGAS DE EMPREGO NO RIO DE JANEIRO

*Da Redação Empresas e negócios 04/09/2024 - 18:02*



#### Divulgação

A Subsea7 anunciou a abertura de novas oportunidades de emprego para início imediato nas cidades do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras. Com vagas disponíveis tanto para atuação onshore quanto offshore, a empresa oferece posições para candidatos de diferentes níveis de escolaridade, desde o ensino médio até o superior. Pessoas com deficiência (PcDs) também são incentivadas a participar do processo seletivo.

Entre as 56 vagas disponíveis estão: Almojarife, Analista de Planejamento Offshore, Analista de Recursos Humanos, Coordenadora(r) de Operações Offshore, Engenheiro de Operações, Engenheiro de Qualidade, Especialista de Fabricação, Especialista Suprimentos, Gerente de Fabricação, Marinheira(o) de Convés Guindaste, Marinheira(o) de Máquinas, Técnica(o) Mecânica Offshore, e Técnica(o) Segurança do Trabalho Offshore.

Os interessados em se candidatar devem acessar o site da Subsea7 para obter mais detalhes sobre os pré-requisitos e realizar a inscrição. As inscrições serão encerradas conforme as vagas forem preenchidas. Além da remuneração, os selecionados terão acesso a benefícios como vale-alimentação, vale-refeição, plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e Gympass.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 04/09/2024*

### GUSTAVO SANTI ASSUME A VICE-PRESIDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS DA CEVA LOGISTICS NA AMÉRICA LATINA

*Por Executivos 04/09/2024 - 18:02*



Gustavo Santi foi nomeado Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios da CEVA Logistics para a região da América Latina. Com mais de 20 anos de experiência no setor de logística, Santi possui uma trajetória marcada por sua atuação em operações técnicas, produtos aéreos e marítimos, além de atendimento ao cliente. Antes de ingressar na CEVA, Santi trabalhou na Bolloré Logistics como Diretor Geral, cargo que ocupava antes da aquisição pela CEVA. Em sua nova posição, ele será responsável por liderar as estratégias de desenvolvimento de negócios na América Latina, com o objetivo de expandir a presença da empresa na região e atender às demandas do mercado local.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 04/09/2024

## NOVO PORTÊINER AUMENTA PRODUTIVIDADE EM 15% NO PORTO ITAPOÁ

Da Redação Portos e logística 04/09/2024 - 18:02



O Porto Itapoá iniciou em 2024 as operações com um novo portêiner, um dos maiores em operação no Brasil, capaz de trabalhar com as maiores embarcações do mundo. Desde a sua implementação, foi registrado um aumento de 15% na produtividade das operações de navios. O equipamento faz parte do sétimo "terno" do porto, que começou a operar em agosto.

Segundo Sergni Pessoa Rosa Jr., diretor de Operações, Tecnologia e Meio Ambiente do Terminal, a média de movimentos por hora (MPH) em agosto foi de 94 nas operações dedicadas aos navios. Em alguns momentos, esse número chegou a 197 MPH. O portêiner tem 70 metros de lança e capacidade para alcançar navios de até 65 metros de largura.

Além disso, o Porto Itapoá adquiriu dez guindastes RTGs operados por controle remoto, com um investimento de mais de 25 milhões de dólares. A operação do terminal também foi expandida com a compra de 20 caminhões elétricos para a movimentação interna de contêineres, no valor de R\$ 20 milhões, o que resultou na maior frota de Terminal Tractors (TTs) elétricos entre os terminais portuários do Brasil.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/09/2024

## GABRIELA COSTA ASSUME DIRETORIA DA ATP

Por Executivos 04/09/2024 - 08:50



Gabriela Costa é a nova diretora-executiva da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), após deixar a Secretaria Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), onde atuava desde dezembro de 2023. Com vasta experiência no setor portuário, Gabriela será responsável pelo planejamento, organização, coordenação e controle das atividades da ATP, que representa 60% da movimentação portuária do país.

Gabriela tem formação em Relações Internacionais, com pós-graduação na mesma área pela Universidade de Brasília (UnB) e em Gestão de Operações Portuárias pela Abracomex. Ela atuou por quase 13 anos na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e foi a primeira mulher a assumir um cargo de direção na Agência.

Gabriela declarou que vê as instalações portuárias privadas como uma parte fundamental do setor portuário brasileiro e que está entusiasmada para buscar novas oportunidades para o desenvolvimento contínuo do segmento.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/09/2024

## FPSO ANITA GARIBALDI COMPLETA UM ANO DE PRODUÇÃO



Em agosto, a MODEC completou um ano de produção do FPSO Anita Garibaldi MV33, que tem contribuído para o aumento da produção de petróleo no Brasil em 2024. Desde o início de suas operações na Bacia de Campos, em agosto de 2023, o FPSO atingiu 100% de eficiência operacional no segundo mês, desempenhando um papel na revitalização dos Campos de Marlim e Voador.

A unidade possui uma capacidade de produção de até 150.000 barris de petróleo e 280 milhões de pés cúbicos de gás natural por dia e é a 16ª embarcação entregue pela

MODEC ao setor brasileiro, operando sob um contrato de afretamento de 25 anos para a Petrobras.

O FPSO Anita Garibaldi MV33 é comandado pela engenheira Amanda Barbosa, que é a primeira mulher a ocupar o cargo de Gerente de Operações na MODEC Brasil. A embarcação conta com o maior topside já instalado pela empresa e utiliza um conceito de tanque de separação para o tratamento de grandes volumes de água produzida.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 04/09/2024*

## ACIDENTE EM DATACENTER DEIXA PORTOS E NAVIOS OFFLINE

*Da Redação Portos e logística 04/09/2024 - 07:35*



Na madrugada da segunda-feira (2), um acidente deixou inoperante o data center que hospeda os serviços de internet da Portos e Navios. Em consequência, a revista ficou offline até a madrugada desta quarta-feira.

Localizado em Nuremberg, Alemanha, o data center sofreu interrupção com a queda de um raio em suas instalações, em meio a uma tempestade. As altas temperaturas danificaram as conexões primária e secundária no sistema de resfriamento.

O sistema de resfriamento agora está restaurado e após a verificação dos equipamentos, foi possível religar todos os servidores.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 04/09/2024*

## GOVERNO FEDERAL DESTINA R\$ 400 MILHÕES PARA REVITALIZAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

*Da Redação Portos e logística 04/09/2024 - 07:35*



Com investimentos do Novo PAC, os recursos serão investidos em obras de dragagem e melhorias na infraestrutura portuária

O Porto do Rio de Janeiro receberá dragagem para navios New Panamax, com comprimento de 366 metros, largura de 52 metros e capacidade para aproximadamente 14 mil TEUs. Os recursos foram anunciados em cerimônia nesta segunda-feira pelo ministro Silvio Costa Filho e o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Avila. Com conclusão prevista para novembro, a obra representa

um investimento de R\$ 163 milhões.



Na mesma oportunidade, foram divulgadas as obras de dragagem do Cais da Gamboa e de Barra Grande, que terão início no dia 30 de outubro. Com um investimento de quase R\$ 117 milhões, essas obras fazem parte do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e estão previstas para os anos de 2024 e 2025.

Além disso, foi destacada a dragagem de manutenção no Canal do Mangue, a área com maior incidência de sedimentação no Porto do Rio de Janeiro. Com um investimento de R\$ 11,5 milhões, o serviço está previsto para começar no dia 30 de outubro.

Durante o evento, um novo projeto de cooperação técnica entre o governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) também foi anunciado. Esta iniciativa visa promover o desenvolvimento sustentável dos portos do Rio de Janeiro, alinhando as operações portuárias com a preservação ambiental e o bem-estar social. O projeto se concentrará na identificação e implementação de práticas sustentáveis, como a melhoria da eficiência energética, a gestão adequada de resíduos, a preservação de ecossistemas locais e a promoção da conscientização e educação ambiental.

Adicionalmente, a parceria contribuirá para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, alinhando-se aos objetivos do Acordo de Paris. Também serão implementadas ações para compensar os impactos negativos da infraestrutura portuária, maximizando seus benefícios e assegurando um impacto positivo duradouro.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 04/09/2024*

## TCP TORNA-SE O PRIMEIRO TERMINAL PORTUÁRIO DO BRASIL AUTORIZADO A REALIZAR AMOSTRAGEM DE AMENDOIM PARA A EUROPA

*Da Redação Portos e logística 04/09/2024 - 07:35*



*Processo trará maior agilidade e redução de custos para exportadores*

Neste mês de agosto, a TCP, empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá, tornou-se o primeiro terminal do Brasil a obter autorização do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) para que o processo de amostragem de amendoim seja realizado em uma área portuária.

A amostragem de amendoim para verificação de aflatoxinas é uma etapa necessária para que a mercadoria passe pela análise laboratorial, atestando a qualidade do produto de acordo com os padrões estabelecidos pela União Europeia para exportação. O continente é o mercado mais exigente e o que melhor paga pelo produto brasileiro.

Segundo Giovanni Guidolim, gerente comercial, de logística e de atendimento da TCP, “a realização de amostragem diretamente no Terminal de Contêineres de Paranaguá garante maior agilidade, segurança e menores custos logísticos para nossos clientes, que não precisarão mais destinar o amendoim para um armazém intermediário para executar o processo”.

Para os exportadores que embarcam o amendoim por outros terminais, a carga precisa passar primeiramente por um armazém intermediário que possua a autorização do MAPA para a realização da amostragem.

A Beatrice Peanuts, maior exportador brasileiro de amendoim, será beneficiada pela medida. Embarcando entre 50 e 55 mil toneladas do produto por ano, sendo que 50% deste volume tem como destino o continente europeu, a empresa de Tupã (SP) exporta todo o seu amendoim pela TCP, uma parceria que já dura 8 anos.

A gerente de exportação, Angela Nistarda, destaca que “com os processos de amostragem e armazenagem centralizados na TCP, teremos operações mais rápidas, reduzindo as chances de perda de embarque, e evitando custos extras com detenção e no-show. Além disso, outra vantagem é a segurança e a rastreabilidade do produto, que não precisará passar por um armazém intermediário”.

As tratativas para a conquista da autorização iniciaram no segundo semestre de 2023, a partir do diálogo entre a equipe da TCP e da Beatrice Peanuts, que enfrentava uma limitação na capacidade de amostragem quando o processo era realizado em armazéns intermediários.

“Mobilizamos o nosso time regulatório para que entendêssemos quais eram as exigências dos órgãos intervenientes em termos de segurança e condições ideais para que o processo de amostragem acontecesse em um terminal portuário. A partir de estudos e laudos técnicos, conseguimos comprovar que o Terminal oferecia os mais elevados padrões sanitários e a expertise necessária para que o processo fosse realizado em nosso armazém”, explica Rafael Stein, gerente institucional e jurídico da TCP.

Com a autorização, agora os exportadores de amendoim podem solicitar que laboratórios certificados pelo MAPA realizem o processo de amostragem dentro do armazém alfandegado do Terminal, após as cargas serem devidamente aferidas, desovadas e posicionadas pela equipe da TCP.

O gerente de operações logística da TCP, Fabio Mattos, explica que, de forma geral, “o processo de posicionamento, desova e paletização das cargas segue uma série de normas rigorosas para impedir que haja qualquer tipo de contaminação do produto. O contêiner é escaneado na entrada do terminal e, após a coleta da amostra, o amendoim volta a ser estufado na unidade, sendo, posteriormente, armazenado no pátio de operações enquanto aguarda a liberação do laboratório contratado pelo cliente”.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 04/09/2024*

## APROVADO ACORDO QUE PAGARÁ R\$ 1,15 BILHÃO A MAIS DE 8 MIL PARTICIPANTES DO PORTUS

*Da Redação Portos e logística 04/09/2024 - 07:35*



Presidente da APS lembra que 40 mil pessoas serão beneficiadas indiretamente no Brasil

Em assembleia com a presença do presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, e dos diretores de Administração e Finanças, Júlio César de Oliveira e de Operações, Beto Mendes, da APS, além de dirigentes sindicais, mais de 300 participantes do Fundo de Pensão Portus aprovaram, nesta segunda (2), a proposta do Sindaport (Sindicato dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia, nos Terminais Privativos e Retroportuários e na Administração em

Geral dos Serviços Portuários do Estado de São Paulo) para que recebam os direitos trabalhistas pelos quais lutam há 20 anos. A decisão foi tomada em reunião comandada pelo presidente Everandy Cirino.

O acordo é fruto de uma luta da categoria e lideranças que impediram a liquidação do Portus. O presidente da APS destacou que a decisão é fruto de uma postura firme do presidente Lula, dos ministros Silvio Costa Filho e Márcio França. “Apoiados por Lula e pelos ministros foi realizado um esforço jurídico e político pelos sindicatos, em respeito aos que, com seu suor, construíram o Porto de Santos que temos hoje. Este recurso vai beneficiar indiretamente mais de 40 mil pessoas no Brasil, sendo 52% de famílias de baixa renda”, afirmou Pomini, que parabenizou os trabalhadores aposentados, Everandy Cirino, os advogados e sindicalistas presentes ao evento.

A proposta aprovada vai agora cumprir uma tramitação de praxe nos órgãos federais e, quando esta fase estiver concluída, serão beneficiadas diretamente mais de oito mil pessoas no Brasil, entre aposentados e pensionistas. Só na Baixada Santista devem ser incluídas 3.949 mil pessoas, além de 592 no Espírito Santo (Codesa); 1.417 no Rio de Janeiro (CDRJ); 324 no Pará (CDP); 574 na Bahia (Codeba) e, em outros estados, exatos 1.195 participantes do PBP1 (Plano de Benefícios Previdenciários do Portus).

Este acordo implicará um aporte estimado de R\$ 1,15 bilhão, que vai proporcionar, entre outros benefícios, o pagamento do 13º salário do ano de 2020, que na ocasião não foi pago, além de reajustar em 12,41% os valores mensais recebidos, já computados a partir de março deste ano. Também está no acordo que, a partir de janeiro de 2025, sejam aplicados os reajustes determinados pelos índices nacionais, além da volta do seguro de vida e a pensão por falecimento, inclusive aos que deixaram de receber a partir de 2020 até o presente. Será permitida ainda a instituição do empréstimo consignado para os associados.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/09/2024

## SUAPE ESPERA HOMOLOGAÇÃO DE CANAL DE ACESSO ATÉ FINAL DE OUTUBRO

Por Danilo Oliveira Portos e logística 04/09/2024 - 07:35



*Autorização para tráfego no canal externo aprofundado para -20m vai contribuir com atracação de navios de maior porte*

A administração do Porto de Suape (PE) tem expectativa de que, até o final de outubro, estará com o canal de acesso balizado e homologado para profundidade de -20 metros. As obras de dragagem do canal externo foram concluídas em maio deste ano e estão em processo de homologação junto à autoridade marítima. O porta-contêineres MSC Orion, primeiro navio com 366 metros de comprimento a escalar Suape, deve voltar ao porto em até dois meses.

O serviço da MSC ficará regular a partir do final de setembro e vai tocar os portos de Suape e Salvador (BA), no Nordeste. Nas próximas semanas, será iniciada a dragagem do canal interno, que abrange o aprofundamento para 16,2 metros, da bacia de evolução e dos píeres de granéis líquidos 3A e 3B (até 18,5 metros). Estas intervenções devem ser concluídas num prazo de sete meses.

O presidente do Porto de Suape, Márcio Guiot, disse à Portos e Navios que a autoridade portuária vem revisando projetos dentro da estratégia de oferecer a infraestrutura adequada. Os planos incluem ainda a construção de dois berços de atracação com 17m a partir de 2025. O objetivo, segundo Guiot, é manter um diferencial competitivo, sem deixar o porto estrangulado, para ir atrás de investimentos.

Para os novos berços, que são vocacionados à movimentação de grãos, ainda será definido qual modelo de exploração ou arrendamento será adotado. "Decidimos revisar o projeto porque já queremos fazer berços preparados para 17m. Os cinco berços hoje são preparados para até 15,5m", detalhou Guiot. O complexo possui cinco berços em operação, com dois quilômetros de cais em operação. O plano diretor permite chegar a pouco mais de 10 quilômetros.

Outra expectativa para os próximos dois anos é o início de operação do segundo terminal de contêineres do complexo, a ser operado pela APM Terminals, do grupo Maersk. Atualmente, o Tecon Suape é operado pela arrendatária, de matriz filipina, ICTSI. "Estamos felizes de poder contar com dois grandes operadores globais. A partir de 2026, Suape contará com dois terminais para ofertar mais linhas e gerar mais competitividade e melhoria na eficiência. Ter dois Tecons está dentro de uma estratégia acertada", disse Guiot.

Ele também acredita que, ao fornecer bunker em Suape, o porto que tem águas mais profundas do que portos do Sudeste, por exemplo, reduzirá os riscos de omissão de portos brasileiros em rotas de longo curso. "Ofertando a profundidade, propiciamos que navios façam bunkering aqui. Pode ser que essa conjunção de fatores: dragagem aqui com o bunker sendo ofertado, portos do Sudeste possam carregar mais porque hoje os navios têm que fazer bunkering lá. Isso acaba ocupando a capacidade do navio", ressaltou.

Na semana passada, o Porto de Suape esteve num evento no Centro-Oeste, com objetivo de abrir conversas com segmentos para não ficar restrito aos grãos agrícolas — por exemplo, proteínas e cargas containerizadas. "De certa forma, está tudo linkado: obra de aprofundamento do canal, serviço de bunker, nova linha (MSC), novas cargas e novas possibilidades. Assim, vamos promovendo o desenvolvimento de Suape", projetou Guiot, que participou da Feira Internacional de Comércio Exterior do Brasil Central (Ficomex), em Goiânia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/09/2024

## IMO CONVOCA INDÚSTRIA MARÍTIMA A PARTICIPAR DE ESTUDO PARA PROMOVER A DIVERSIDADE DE GÊNERO

Da Redação Navegação 04/09/2024 - 07:35



A Pesquisa IMO-WISTA sobre Mulheres no Transporte Marítimo começou nesta segunda-feira (2) e termina em 31 de dezembro

A segunda Pesquisa sobre Mulheres no Setor Marítimo foi lançada para coletar dados básicos importantes sobre a participação das mulheres nos setores marítimo e oceânico. O secretário-geral da IMO, Arsenio Dominguez, fez um apelo para que governos, empresas, organizações e instituições acadêmicas participem.

Realizada a cada três anos pela Organização Marítima Internacional (IMO) e pela Associação Internacional de Mulheres no Transporte Marítimo (Wista International), a pesquisa faz uma análise global de quantas mulheres trabalham nesses setores e em quais funções.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/09/2024

## INVESTIMENTOS EM EXPLORAÇÃO DE E&P PARA 2024 SÃO ESTIMADOS EM R\$ 10 BILHÕES

Da Redação Offshore 04/09/2024 - 07:35



A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicou o Relatório Anual de Exploração 2023, que apresenta um panorama do desempenho do segmento de exploração de petróleo e gás natural no Brasil entre 2016 e 2023. O relatório também prevê investimentos na fase de exploração para o período de 2024 a 2027, com base nos Planos de Trabalho Exploratórios (PTEs) apresentados à ANP pelas empresas detentoras de contratos de E&P.

Para 2024, está previsto um investimento de R\$ 9,97 bilhões, representando a maior parte dos R\$ 18,31 bilhões projetados para o período até 2027. A maior parte desse montante será alocada no ambiente marítimo, com R\$ 9,50 bilhões destinados, dos quais R\$ 8,50 bilhões serão aplicados na perfuração de poços. No ambiente terrestre, o investimento estimado é de R\$ 470 milhões.

Em 2023, o Brasil encerrou o ano com 251 blocos sob contrato, registrando uma redução em relação ao ano anterior, devido ao baixo número de novos contratos e ao alto número de devoluções de

blocos. Além disso, o ano de 2023 manteve a tendência de baixa na perfuração de poços exploratórios, com apenas 22 poços perfurados na fase de exploração.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/09/2024

## CORIO GENERATION MIRA 5 PROJETOS EÓLICOS OFFSHORE

Por Danilo Oliveira Offshore 04/09/2024 - 07:35



*Companhia considera que existe grande sinergia entre projetos de geração eólica no mar e indústria de O&G. Preocupação fica principalmente com propostas de regulamentação da atividade*

A Corio Generation desenvolve projetos de cinco parques eólicos offshore em três diferentes regiões do Brasil que possuem cerca de 1,2 gigawatt (GW) cada. Desde 2022 no país, a empresa foi atraída pela possibilidade aberta a partir dos termos de referência do Ibama para esse tipo de instalação. A avaliação é que existe uma sinergia muito

grande entre projetos eólicos offshore e indústria de petróleo e gás. A preocupação, porém, fica principalmente com propostas de regulamentação da atividade em discussão no Congresso.

Os estudos em andamento, acompanhados pela Corio nos últimos dois anos, abrangem avaliações sobre ventos, marés, solos e portos ao longo da costa brasileira. Um projeto da empresa está localizado no Nordeste, outro no Sudeste, além de três no Rio Grande do Sul, estado em que a empresa firmou parceria recente com os Estaleiros do Brasil (EBR), localizado em São José do Norte.

A escolha do EBR, segundo a Corio, levou em conta a infraestrutura apropriada para receber a base da Corio futuramente. “Esse MOU (acordo preliminar) dá caráter de mais robustez para abrirmos números e informações, começando a avaliar aluguel de uma área no futuro com definições infralégais (concessões de áreas offshore junto ao Ministério de Minas e Energia)”, disse o CEO da Corio, Ricardo De Luca, em entrevista à Portos e Navios.

A avaliação da Corio é que o EBR já está acostumado com a indústria de O&G forte e porque, apesar de contratos firmados com outras empresas do setor, ainda existe ociosidade do estaleiro, tanto de área quanto da atividade. Ele destacou que, nesse tipo de projeto, há muito trabalho de caldeiraria, soldagem, além da utilização da área que a empresa pretende implementar lá. “Vemos ciclos de quatro a cinco anos no O&G, que vive de altos e baixos. Nossa indústria entra para nivelar essa demanda (...). Vamos continuar a manter atividade naval e portuária num nível bacana”, traçou De Luca.

Um dos pontos principais desses projetos é ter uma estrutura portuária por perto para a logística de instalação dos equipamentos e de operação dos parques. “Fica muito caro e praticamente inviável fazer esse projeto longe de um porto ou de área offshore num estaleiro. Todas as empresas têm procurado colocar seus projetos perto dos melhores portos e estaleiros do Brasil para serem usados depois como uma base offshore para poder levar, instalar e fazer manutenção dos equipamentos”, pontuou De Luca.

O executivo considera que existe uma sinergia muito grande entre projetos eólicos offshore e a indústria de O&G, principalmente em relação às empresas utilizadas para instalações, navegação e estudos. Uma consultoria fez um estudo para a Corio que indicou portos com mais capacidade de receber indústria de eólica offshore, semelhante ao que a indústria de O&G já está fazendo.

Em março, a Corio assinou um acordo com o Porto do Açu (RJ) para estudar a viabilidade de uma área que fica na hinterlândia do complexo portuário e industrial do norte fluminense. De Luca

acrescentou que as três áreas no Rio Grande do Sul possuem potencial de vento, portos e proximidade de conexão com o grid e perto do centro consumidor de energia.

Um dos principais desafios observados pela Corio está em propostas consideradas 'jabuti' no texto do projeto de lei das eólicas offshore. "Estamos pendurados com um PL sem subsídio, sem incentivo do governo e estamos sendo massacrados por causa dos 'jabutis' que não têm nada a ver com o tema", apontou o CEO da empresa.

O mercado estima que um projeto de geração eólica offshore com 1 GW de capacidade representa um investimento da ordem de US\$ 3 bilhões, com uma média entre oito e 10 anos para sair do papel. Segundo De Luca, já existem projetos em Brasília para 2032. Há também um cálculo que projetos de eólica offshore geram em torno de 15 mil a 30 mil empregos por GW. Atualmente, existem mais de 240 GW requisitados para esse tipo de fonte no Brasil.

Para De Luca, esse é um ecossistema grande, que mexe com estaleiros e com praticamente uma nova indústria de O&G sendo desenvolvida, considerando o tamanho dos investimentos e do impacto de benefícios nas regiões, por meio da distribuição de receitas para municípios, estados e governo federal. "Isso tudo tem que ser montado no porto para poder sair de embarcação e ir direto para área instalada, com melhor infraestrutura. Serão portos que receberão investimentos, tanto de empresas chinesas, quanto de norte-americanas e europeias dessa indústria", projetou.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 04/09/2024*

## LUCROS COM PORTA-CONTÊINERES DISPARAM NO SEGUNDO TRIMESTRE

*Da Redação Navegação 01/09/2024 - 19:32*



O setor global de transporte de contêineres viu os lucros aumentarem para mais de US\$ 10 bilhões no segundo trimestre, devido a volumes recordes e aumento nas taxas de frete. O novo cenário acontece após o início dos desvios do Mar Vermelho em consequência dos ataques a navios promovidos pelo grupo Houthi, de acordo com uma nova análise.

O lucro líquido das principais armadores de contêineres do mundo, incluindo a dinamarquesa Maersk e a chinesa Cosco, quase dobrou em relação aos três primeiros meses do ano e ultrapassou os US\$ 8,88 bilhões arrecadados no segundo trimestre de 2023, de acordo com um relatório divulgado no sábado pelo consultor John McCown, do Center for Maritime Strategy, um think tank e instituição de pesquisa sem fins lucrativos estadunidense.

O lucro do trimestre também revela a boa performance do mercado de comércio internacional de bens, segundo McCown.

As fortunas no setor, que transporta 80% do comércio global de mercadorias, cresceram durante a pandemia em meio à forte demanda do consumidor e às interrupções nas cadeias de suprimentos relacionadas à Covid, antes de registrar novamente um prejuízo coletivo no último trimestre de 2023. Agora, as companhias marítimas estão novamente se beneficiando de fatores positivos de oferta e demanda e os lucros estão se recuperando, embora ainda estejam muito abaixo dos picos da pandemia.

Os volumes globais atingiram um recorde histórico no último trimestre, de 46,4 milhões de TEUs, superando o recorde anterior de 46,2 milhões de TEUs do segundo trimestre de 2021, de acordo com números da Container Trades Statistics Ltd, citados por McCown.

A demanda tem sido especialmente forte nos EUA, onde varejistas e outros importadores estão estocando em armazéns em meio a preocupações com novas tarifas sobre produtos chineses e uma possível greve de estivadores nos portos do Leste e da Costa do Golfo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ  
Data: 01/09/2024

## ECONOMIZAR ENERGIA E DESENVOLVER TECNOLOGIA SÃO O CAMINHO IMEDIATO PARA REDUZIR AS EMISSÕES, REVELA NOVO RELATÓRIO DA DNV

Da Redação Navegação 01/09/2024 - 19:21



A previsão marítima para 2050 da DNV, neste ano, destaca a importância da eficiência energética e das tecnologias digitais na redução do consumo de combustível e das emissões, ao mesmo tempo em que descreve vários caminhos e estruturas regulatórias para atingir as metas de redução de emissões de GEE da IMO.

A meta de 20% de descarbonização do transporte marítimo até 2030, definida pela Organização Marítima Internacional, não será atingida sem economias significativas de energia, de acordo com a última Previsão Marítima da DNV para 2050. O relatório enfatiza que, até que combustíveis neutros em carbono se tornem viáveis, priorizar o desenvolvimento e o uso de tecnologias que reduzam o consumo de energia é crucial para diminuir as emissões do transporte marítimo.

Para atingir as metas de descarbonização da IMO para 2030, o transporte marítimo precisará de 7 a 48 Mtep (milhões de toneladas de petróleo equivalente) de combustíveis neutros em carbono. No entanto, com a produção global intersetorial de combustíveis neutros em carbono prevista para atingir apenas entre 44 e 63 Mtep até 2030, será quase impossível para o transporte marítimo garantir sua parcela necessária. À medida que regulamentações como o Sistema de Comércio de Emissões da UE (ETS) e o FuelEU Maritime começam a impor custos sobre as emissões, os armadores devem explorar todas as opções para reduzir o consumo de combustível.

Knut Ørbeck-Nilssen, CEO da DNV Maritime, disse: "Embora estejamos testemunhando uma desaceleração da descarbonização no transporte marítimo, estamos entrando em uma era de exploração tecnológica sem precedentes que impulsionará o progresso. Com combustíveis neutros em carbono em falta, a tomada de decisões inteligentes e os investimentos estratégicos hoje são cruciais para estabelecer as bases para futuras reduções de emissões. Priorizar a eficiência energética, alavancar soluções tecnológicas e adotar a digitalização são etapas essenciais para reduzir a carga de custos extras e atingir nossas metas de descarbonização."

A oitava edição da Previsão Marítima da DNV para 2050 fornece uma perspectiva atualizada sobre regulamentações, motivadores, tecnologias e combustíveis necessários para a descarbonização marítima, incluindo quatro cenários que exploram condições que podem acelerar a adoção de combustíveis e tecnologias específicas até 2050. O relatório enfatiza que, independentemente da direção que a jornada de descarbonização da indústria tome, ela terá um custo significativo. Os quatro cenários simulados projetam esses aumentos de custo por trabalho de transporte; com estimativas variando de 69-75% para graneleiros, 70-86% para petroleiros e 91-112% para navios porta-contêineres.

"Nossas últimas análises mostram que a descarbonização do transporte marítimo pode dobrar o custo do transporte de mercadorias por contêineres", disse Eirik Ovrum, consultor principal e autor principal da Previsão Marítima para 2050. "No final das contas, os custos crescentes do transporte marítimo precisarão ser repassados pela cadeia de valor e o mercado já está vendo tendências para transferir esses custos para os usuários finais. Para permanecerem competitivos, os armadores devem desenvolver e executar planos estratégicos de gerenciamento de frotas."

De acordo com o relatório, reduzir as perdas de energia é a maneira mais direta para a frota global cortar as emissões. Medidas de eficiência energética operacional e técnica podem reduzir o consumo

de combustível entre 4% e 16% até 2030. Reduzir o consumo de energia em 16% para a frota mundial economizaria 40 Mt de combustível e 120 Mt de emissões de CO<sub>2</sub>.

O relatório destaca a captura de carbono a bordo (OCC) como potencialmente a maneira mais eficaz de descarbonizar, pois permite o uso contínuo de combustíveis e tecnologias convencionais. No entanto, a infraestrutura de manuseio de CO<sub>2</sub> precisa de desenvolvimento significativo. Soluções como energia de terra e baterias, que podem reduzir a dependência de combustíveis neutros em carbono caros, também são destacadas. Por exemplo, a energia de terra pode cortar 7% do consumo total de energia que os navios usam nos portos, substituindo a eletricidade gerada a bordo por combustíveis fósseis.

Por fim, o relatório enfatiza o papel cada vez mais importante que a digitalização desempenha na complementação de medidas operacionais e técnicas de eficiência energética. Ferramentas de verificação digital também são cruciais para estabelecer uma infraestrutura de confiança, fomentando a colaboração em toda a indústria e facilitando novos acordos contratuais, incentivando a economia de energia.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 01/09/2024*

## 'MSC MARIE' ESTABELECE NOVO RECORDE DE CAPACIDADE DE CARGA NO CANAL DO PANAMÁ

*Da Redação Navegação 01/09/2024 - 19:04*



O porta-contêiner "MSC Marie", da armadora MSC, estabeleceu um novo recorde de capacidade em trânsito pelo Canal do Panamá. O navio recém-lançado, de 202.562 dwt, foi entregue à MSC e tem uma capacidade máxima de 17.640 TEUs.

O "MSC Marie" tem as mesmas dimensões básicas do recordista anterior, o "Ever Max" da Evergreen, que estabeleceu o recorde em agosto de 2023. Ambos os navios têm 366 metros de comprimento e uma média de 51 metros de boca. O "Ever Max" tem uma capacidade nominal de 17.312 TEUs e ao chegar ao Canal do Panamá foi forçado a descarregar contêineres que foram transbordados por ferrovia através do istmo para atender às restrições de calado.

Esses navios também ilustram o crescimento contínuo do setor e a implantação de embarcações de maior capacidade em rotas comerciais usando o Canal do Panamá. O "Ever Max" e agora o "MSC Marie" eram iguais em tamanho ao "CMA CGM Zephyr", que estabeleceu o recorde de capacidade em 2022 com 16.285 TEUs.

A Autoridade do Canal do Panamá destacou que a nova marca mostra que o canal pode lidar com os maiores e mais modernos navios.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 01/09/2024*

## COSCO ENCOMENDA 12 PORTA-CONTÊINERES MOVIDOS A METANOL

*Da Redação Indústria naval 01/09/2024 - 18:53*



A Cosco Shipping Heavy Industry e a Cosco Shipping Container Lines assinaram um contrato para a construção de 12 navios porta-contêineres de 14.000 TEUs com propulsão bicombustível a metanol.

Os novos navios, medindo 335,9 metros de comprimento e 51 metros de largura, são um desenvolvimento conjunto entre a Cosco Shipping Lines, a Cosco Shipping Heavy Industry e a



China Shipbuilding and Ocean Engineering Design and Research Institute. Os navios apresentam designs inovadores, incluindo um dispositivo de economia de energia de proa e popa de "bulbo invisível".

Equipados com tecnologias verdes avançadas, os navios ostentam "o gerador de eixo de ímã permanente mais poderoso do mundo, um defletor de vento de proa, um sistema de lubrificação de ar para o casco e sistemas inteligentes", de acordo com a Cosco Shipping. Espera-se que o motor principal e o gerador, ambos movidos a metanol, reduzam significativamente as emissões de gases de efeito estufa.

O contrato faz parte da estratégia mais ampla da Cosco Shipping Holdings para acelerar a transição verde de sua frota. A empresa também encomendou 12 navios porta-contêineres a metanol de 24.000 TEUs e assinou contratos para converter oito navios existentes para propulsão bicomcombustível a metanol.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 01/09/2024*

### TRANSPETRO: O TP 25 É BOM PARA O BRASIL!

*Da Redação Empresas e negócios 01/09/2024 - 18:40*



#### PUBLIEDITORIAL

A Transpetro anunciou recentemente o TP 25, Programa de Renovação e Ampliação da Frota, e com ele vai atender à nova estratégia do Sistema Petrobras que visa à ampliação da capacidade própria de logística de petróleo e derivados e redução de sua exposição ao afretamento na cabotagem.

Desenvolvido em conjunto entre Petrobras e Transpetro, o TP 25 é bom para o Brasil, porque recoloca o país como protagonista no setor naval.

A decisão de ampliar a frota própria na cabotagem está ancorada numa posição empresarial, porque essa opção logística gera mais valor, traz mais segurança operacional e dá retorno para os acionistas da Petrobras.

Com o TP 25, a Transpetro vai ampliar em 25% sua capacidade logística no transporte de petróleo e derivados na costa brasileira, em linha com o crescimento da produção e do refino planejado pela Petrobras.

Além disso, o Programa de Renovação e Ampliação da Frota impulsiona a Transpetro para o futuro, cria perspectivas de crescimento das suas operações logísticas e com navios mais sustentáveis.

O primeiro lote de contratações, lançado em julho, prevê a aquisição de quatro navios da classe handy. Essas embarcações irão incorporar um pacote tecnológico que garante uma redução de até 30% no volume de emissões.

Se esses handys usarem etanol como combustível, será possível inclusive classificar essas operações como carbono neutro.

Ou seja, o TP 25 é um programa efetivamente bom para o Brasil e essencial para o Sistema Petrobras.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 01/09/2024*

### CBO CONTRATA ENEL PARA AQUISIÇÃO DE CRÉDITO DE CARBONO

*Da Redação Navegação 01/09/2024 - 18:36*



O Grupo CBO empresa firmou contrato para compensação das emissões de suas embarcações, via créditos de carbono, e de três unidades administrativas, através de I-RECs (Certificados Internacionais de Energia Renovável), localizadas em Niterói, São Gonçalo e Macaé. O novo acordo comercial, firmado com a Enel, amplia as ações de sustentabilidade do Grupo CBO, que em 2023 já tinha firmado um outro contrato com a Enel para aquisição de créditos de carbono, com o objetivo de compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEEs) de suas embarcações.

Pelo acordo, a Enel Trading, comercializadora do Grupo Enel, vende créditos de carbono de usinas da Enel Green Power

Além dos créditos de carbono, o novo contrato prevê a aquisição de 1.944 I-RECs, que atestam que a energia fornecida para o Grupo CBO é originada de fonte não poluente. Os I-RECs são um sistema global de rastreamento de atributos ambientais de energia, projetado para oferecer transparência e confiabilidade na contabilidade de carbono. Esses certificados são os únicos que garantem a rastreabilidade da energia. Por isso, apenas de posse deles as empresas que comprem energia no mercado livre podem atestar que utilizam fontes renováveis para suprir suas demandas. Como diferencial de mercado, o Grupo Enel, por meio dos IRECs de suas usinas de geração, consegue garantir que toda a energia comercializada no mercado livre de energia é proveniente de fonte renovável, atrelando o consumo de empresas parceiras à emissão de I-RECs.

"A Enel busca parceiros comerciais como o Grupo CBO, que demonstram um firme compromisso com a agenda ESG e estão alinhados com as ações necessárias em todos os setores da cadeia produtiva para reduzir as emissões. As mudanças climáticas são uma realidade urgente para toda a sociedade. A Enel está comprometida em acompanhar as empresas em suas jornadas de descarbonização, conciliando sustentabilidade e competitividade econômica", afirma Matteo de Zan, responsável pelas atividades de Comercialização e Trading da Enel.

"Na CBO temos o compromisso público de compensar a totalidade das emissões atmosféricas dos navios até 2025 e a parceria com a Enel será fundamental para que possamos atingir essa meta. Em 2023, a CBO registrou 13% de aumento na compensação de CO2 das embarcações por meio de créditos de carbono e iniciou as atividades da primeira embarcação híbrida, com uso de baterias, a operar no apoio marítimo no Brasil, o PSV "Delta Commander", outro importante avanço em termos de inovação e sustentabilidade para o nosso grupo e outro exemplo do nosso comprometimento com a descarbonização no setor de navegação", disse Marcos Tinti, CEO do Grupo CBO.

Os créditos de carbono comercializados entre o Grupo CBO e a Enel totalizaram 95.493 CERs (Reduções Certificadas de Emissões, na tradução da sigla em inglês), atestando que a companhia compensou suas emissões em 2023 e certificando a CBO como empresa comprometida com a compensação de suas emissões, rumo a embarcações carbono neutro.

As empresas que adquirem créditos de carbono atestam que compensaram e até zeraram suas emissões dos GEEs na atmosfera. Os créditos de carbono têm como objetivo compensar as emissões dos três escopos do Programa Brasileiro GHG Protocol, que é responsável pela adaptação do método GHG Protocola o contexto brasileiro e desenvolvimento de ferramentas de cálculo para estimativas de emissões de GEE.

O primeiro escopo diz respeito às emissões diretas de GEE, que pertencem ou são controladas pela empresa. No segundo escopo, estão previstas também as emissões indiretas de GEE pelo consumo de energia. Já o terceiro escopo refere-se ainda às emissões indiretas de GEE que não pertencem ou não são controladas pela empresa, com fornecedores e parceiros, por exemplo.

Os créditos de carbono garantem a emissão de certificados de "carbono evitado", que comprovam a redução da emissão de gases de efeito estufa em algum lugar do mundo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ  
 Data: 01/09/2024

## FROTA OFFSHORE TEM MAIS DE 15% DAS EMBARCAÇÕES COM BANDEIRA ESTRANGEIRA

Por Danilo Oliveira Offshore 31/08/2024 - 08:38



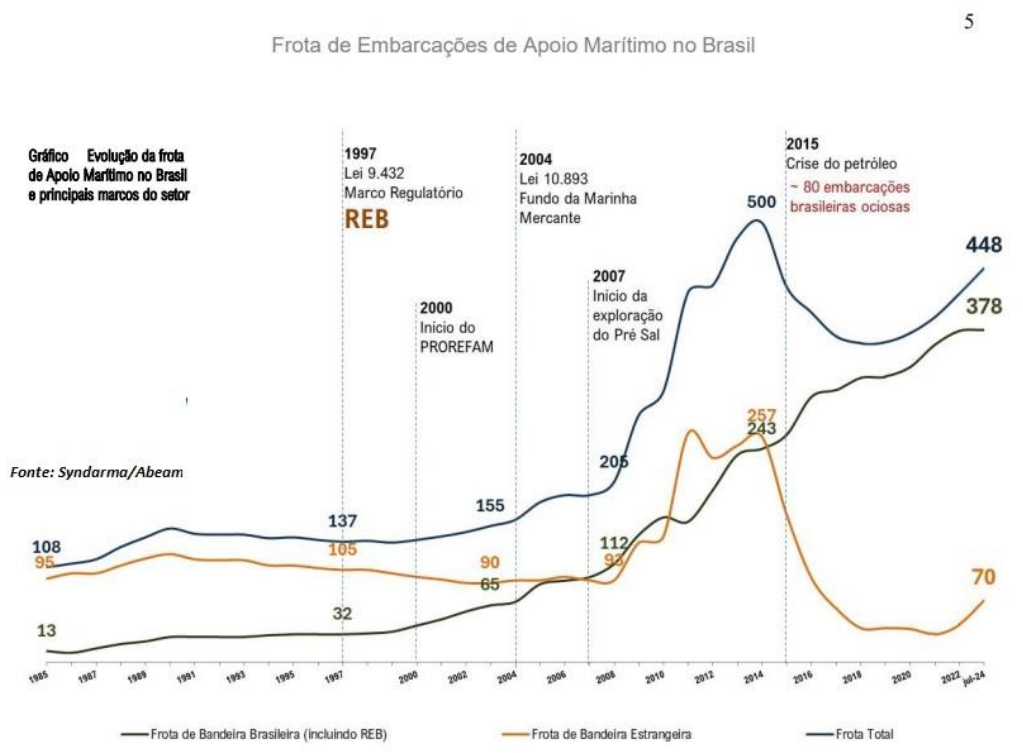
Embarcações de bandeira brasileira totalizaram 378 unidades, segundo relatório Syndarma/Abeam. Aquecimento de demanda faz com que Syndarma/Abeam já projete possibilidade de que a frota alcance 500 unidades até o final de 2024

A frota de apoio marítimo em águas jurisdicionais brasileiras (AJB) totalizou 448 embarcações em julho, com três embarcações a mais do que em junho (445) e 37 unidades a mais do que ao final dos seis primeiros meses de 2023. De acordo com o relatório

mais recente da Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam) e do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), 378 correspondiam a unidades de bandeira brasileira e 70 de bandeira estrangeira, na posição de julho de 2024.

Em relação a dezembro de 2015, quando a demanda começou a ser impactada pela retração no setor de petróleo e gás, foram desmobilizadas 197 embarcações de bandeira estrangeira e acrescentadas 117 de bandeira brasileira. Cerca de 83 embarcações, originalmente de bandeira estrangeira, tiveram suas bandeiras trocadas para o pavilhão nacional nesse período.

As embarcações com bandeira nacional representam 84% da frota de apoio offshore, enquanto 16% correspondem a embarcações de apoio com bandeiras estrangeiras. Nos meses anteriores, os percentuais de participação da bandeira nacional na atividade foram de 85% em julho, 86% em maio e em abril, 85% em março, 86% em fevereiro e 87% em janeiro. O principal motivo é o aquecimento de demanda, o que faz com que o Syndarma/Abeam já projete a possibilidade que a frota alcance 500 unidades até o final do ano.





Em junho, o levantamento Syndarma/Abeam havia identificado 445 embarcações, das quais 379 de bandeira brasileira e 66 de bandeiras estrangeiras. Em maio, o levantamento Syndarma/Abeam havia identificado 437 embarcações, das quais 376 de bandeira brasileira e 61 de bandeiras estrangeiras. Em abril, havia 375 de bandeira brasileira e 59 de bandeira estrangeira. Em março, havia 371 de bandeira brasileira e 63 de bandeiras estrangeiras. Em fevereiro, eram 435 embarcações, das quais 372 de bandeira brasileira e 63 de bandeiras estrangeiras. Em janeiro, eram 431 embarcações, das quais 373 de bandeira brasileira e 58 de bandeiras estrangeiras.

De acordo com a publicação, a frota em julho era composta por 47% de PSVs (transporte de suprimentos) e OSRVs (combate a derramamento de óleo), totalizando 208 barcos, três a mais que em junho. Outros 14% eram LHs (manuseio de linhas e amarrações) e SVs (mini supridores), que correspondem a 63 barcos. Os AHTS (manuseio de âncoras) somaram 64 unidades no período (14%), enquanto 27 barcos de apoio eram FSVs (supridores de cargas rápidas) e crew boats (transporte de tripulantes), 21 MPSVs (multipropósito), 19 RSVs (embarcações equipadas com robôs) e 17 PLSVs (lançamento de linhas).  
A Bram Offshore/Alfanave, do grupo norte-americano Edison Chouest, permanece como a empresa de navegação com mais embarcações em operação, ou aguardando contratação, com 75 unidades (12 estrangeiras), seguida pela CBO, que opera 45 barcos de apoio de bandeira brasileira. A Tranship e a Wilson Sons Ultratug aparecem na sequência com 25 barcos de pavilhão nacional cada. A OceanPact, com 23 embarcações de bandeira brasileira, vêm logo em seguida. Segundo o relatório, a DOF/Norskan (17 de bandeira brasileira e 5 estrangeiras) aparece com 22 barcos de apoio. Já a Sarnav tem 21 de bandeira brasileira.

A frota da Bram/Alfanave, segundo o relatório, conta com 53 PSVs/OSRVs, 12 AHTS, 2 PLSVs, 2 RSVs, 2 MPSVs, entre outras embarcações. A CBO é a empresa de apoio offshore que, em julho, tinha mais AHTS: 13 embarcações desse tipo, além de 27 PSV/OSRVs e 5 RSVs. A Tranship permanece como a empresa com mais embarcações LH/SV: 22 unidades, seguida pela Camorim, que tem 15 unidades com essas especificações.

Nem todas as unidades listadas na publicação estão em operação, pois o relatório inclui embarcações que podem ou não estar amparadas por contratos, estar no mercado spot, em manutenção ou fora de operação. O relatório não considera embarcações dos tipos lanchas, pesquisa, nem embarcações com porte inferior a 100 TPB ou BHP inferior a 1.000. Os dados foram obtidos junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), à Diretoria de Portos e Costas da Marinha (DPC), publicações especializadas e informações das empresas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/09/2024



## MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : InforMS

Data: 04/09/2024